



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

CARLA ANDREA DE FREITAS BEZERRA

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE BUSCA ATIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (2019 A 2023)**

FORTALEZA

2025

CARLA ANDREA DE FREITAS BEZERRA

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE BUSCA ATIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (2019 A 2023)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em avaliação de políticas públicas. Área de concentração: políticas públicas e mudanças sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Willame Alves Bezerra.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B469a Bezerra, Carla Andrea de Freitas.

Avaliação da política de busca ativa nas escolas públicas de ensino fundamental do município de Fortaleza (2019 a 2023) / Carla Andrea de Freitas Bezerra. – 2025.
123 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.

Coorientação: Prof. Dr. Francisco Willame Alves Bezerra.

1. Busca ativa escolar. 2. Avaliação de políticas públicas. 3. Abandono escolar. I. Título.

CDD 320.6

CARLA ANDREA DE FREITAS BEZERRA

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE BUSCA ATIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (2019 A 2023)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em avaliação de políticas públicas. Área de concentração: políticas públicas e mudanças sociais.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Willame Alves Bezerra (Coorientador)
Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME)

Profa. Dra. Francisca Mônica Silva da Costa
Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME)

Profa. Dra. Germânia Kelly Ferreira de Medeiros
Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC)

Profa. Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos meus filhos, Julia e Juliano Bezerra, e ao meu esposo, Willame Bezerra, cujos olhares e doces palavras me motivaram a seguir nos tempos mais desafiadores.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre esteve comigo, nos momentos alegres e de desafios.

À força da natureza que me proporcionou esvaziar momentos de desânimo e cansaço.

Aos meus filhos e esposo que tanto me acolheram nessa jornada.

À minha querida mãezinha, Idália de Freitas pela compreensão e apoio diário.

Aos meus irmãos amados, Wanessa e Gledson de Freitas.

Ao Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso, querido orientador, obrigada pela paciência, esclarecimentos preciosos e disposição, sua ajuda foi inestimável, gratidão.

Aos professores e colegas do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), pelas trocas de aprendizagem, afeto e respeito.

À Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME), que possibilitou o acesso ao mestrado e o estudo às escolas municipais dessa pesquisa.

À minha querida líder e amiga da Assessoria de Governança (ASGOV), Marisa Botão de Aquino e aos amigos da ASGOV, Elany Rufino e Marcelino Brandão.

À minha querida Aninha pela parceria e amizade nessa incrível jornada do mestrado.

À Lidiana Gomes pelas orientações, compartilhamento de ideias, acolhimento e multiplicação do saber.

Aos meus familiares e amigos que me acompanharam de pertinho e que sempre estiveram na torcida por mim.

E ao meu querido Luke que me fez desligar de problemas e tensões.

Gratidão a todos que estiveram comigo nesse período tão rico de saberes, inquietações, diálogos, desafios e conquistas.

“A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Paulo Freire, 2000, p. 67).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a Política de Busca Ativa Escolar em três escolas públicas de ensino fundamental do município de Fortaleza no período de 2019 a 2023, tendo como grupo específico os atores envolvidos na política, dispondo como *locus* as três escolas situadas nos bairros de menor IDH da cidade de Fortaleza. O estudo analisou de forma atenta os questionamentos propostos acerca do contexto de criação e da análise da política, buscando compreender a relação entre a política da busca ativa e as contribuições para a melhoria do desempenho escolar dos estudantes, tanto no cotidiano das aprendizagens quanto nos resultados obtidos em avaliações externas. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma análise dos documentos oficiais que formalizam e regulamentam a referida política no âmbito federal e municipal, bem como aplicadas entrevistas semiestruturadas com os gestores escolares e pais/responsáveis, além de questionários com os agentes da busca ativa escolar. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, voltada para a compreensão sensível e aprofundada dos fenômenos sociais em seus contextos cotidianos, como a observação participante, onde realizou-se visita domiciliar para compreender o contexto da comunidade, valorizou-se as perspectivas e significados atribuídos pelas pessoas envolvidas, reconhecendo a riqueza e a complexidade de suas vivências. A investigação se apoia na avaliação em profundidade, conforme orienta Rodrigues (2008), buscando captar os sentidos e nuances que emergem do cotidiano. O estudo se apoia em autores que contribuem com fundamentos teóricos e metodológicos alinhados a essa perspectiva de pesquisa, como Guba e Lincoln (2011); Lejano (2012) e Gussi e Breyner (2016). Constatou-se que a política de Busca Ativa Escolar tem desempenhado um papel importante na redução da exclusão escolar em Fortaleza, ao identificar e acompanhar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Observou-se que a partir do envolvimento das famílias, comunidades e de diferentes áreas profissionais, oportuna-se a criação de caminhos mais seguros para que esses alunos permaneçam na escola e tenham seus direitos garantidos. No entanto, manter essa política ativa é fundamental, pois o afastamento da escola ainda é uma realidade silenciosa e desafiadora. A continuidade desse trabalho possibilita respostas mais ágeis, fortalece a atuação conjunta entre os setores e ajuda a construir uma educação mais acolhedora, justa e acessível para todos, evitando retrocessos nos avanços já conquistados.

Palavras-chave: busca ativa escolar; avaliação de políticas públicas; abandono escolar.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the School Active Search Policy in three public elementary schools in the municipality of Fortaleza from 2019 to 2023, with the specific group of actors involved in the policy, with the three schools located in the lowest HDI neighborhoods in the city of Fortaleza as the locus. The study carefully analyzed the questions posed about the context in which the policy was created and implemented, seeking to understand the relationship between the active search policy and the contributions it makes to improving students' school performance, both in everyday learning and in the results obtained in external assessments. To achieve this goal, an analysis was made of the official documents that formalize and regulate this policy at federal and municipal level, as well as semi-structured interviews with school managers and parents/guardians, and questionnaires with active school search agents. This research adopts a qualitative approach, aimed at a sensitive and in-depth understanding of social phenomena in their everyday contexts. It values the perspectives and meanings attributed by the people involved, recognizing the richness and complexity of their experiences. The investigation is based on in-depth evaluation, as guided by Rodrigues (2008), and uses strategies such as document analysis, semi-structured interviews and participant observation, seeking to capture the meanings and nuances that emerge from the shared experiences. It was found that the Active School Search policy has played an important role in reducing school exclusion in Fortaleza, by identifying and monitoring children and adolescents in situations of vulnerability. It was observed that by involving families, communities and different professional areas, it has been possible to create safer ways for these students to stay in school and have their rights guaranteed. However, it is essential to keep this policy active, as withdrawal from school is still a silent and challenging reality. The continuity of this work enables more agile responses, strengthens joint action between sectors and helps to build a more welcoming, fair and accessible education for all, avoiding setbacks in the progress already made. To this end, the research relies on authors who contribute theoretical and methodological foundations in line with this research perspective, such as Rodrigues (2008) who highlights in-depth evaluation as a means of understanding the meanings and subtleties of the practices being examined; Guba and Lincoln (2011) emphasize the importance of listening to different voices and the collective construction of knowledge; Lejano (2012) proposes an interpretative reading of policies, considering their narrative dimensions; and Gussi and Breyner (2016) address the relationship between institutional practices and local realities, reinforcing the need for an attentive and humanized look at the subjects who experience public policies on a daily basis.

Keywords: active school search; public policy evaluation; school dropout.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapeamento das Políticas Educacionais do Município de Fortaleza 2024.....	34
Figura 2 -	Tela da inserção da infrequência diária do SGE.....	48
Figura 3 -	Tela da inserção da infrequência diária do SGE, opção de justificativa da falta selecionada.....	48
Figura 4 -	Tela da Busca Ativa Escolar do SGE.....	49
Figura 5 -	Protocolo de busca ativa da SME - Fortaleza.....	50
Figura 6 -	Tela do SGE, histórico Busca Ativa.....	50
Figura 7 -	Tela do SGE, histórico da inserção do passo da Busca Ativa.....	51
Figura 8 -	Tela do SGE, acompanhamento da Busca Ativa.....	51
Figura 9 -	Tela do SGE, acompanhamento após notificação ao Conselho Tutelar.	52
Figura 10 -	Descrição dos objetivos da pesquisa e metodologia proposta na avaliação.....	54
Figura 11 -	Mapa com o IDH por bairro de Fortaleza.....	56
Figura 12 -	Distribuição das Escolas em Tempo Integral nos Distritos de Educação de Fortaleza (2025).....	67
Figura 13 -	Nuvem de Palavras geradas com as entrevistas dos gestores pelo programa IRaMuTeQ.....	82
Figura 14 -	Nuvem de Palavras geradas com opinião dos pais/responsáveis sobre os benefícios da busca ativa escolar pelo programa IRaMuTeQ.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Taxas de Rendimento Escolar (2012 - 2023).....	59
Gráfico 2 -	Distorção Idade-Série nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental (2012 a 2023).....	60
Gráfico 3 -	Spaece-Alfa, número de escolas com padrão desejável de aprendizagem (2012 a 2023).....	62
Gráfico 4 -	Evolução das matrículas do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza (2012 a 2024).....	66
Gráfico 5 -	Idades dos Pais/Responsáveis.....	71
Gráfico 6 -	Estado Civil dos Pais/Responsáveis.....	72
Gráfico 7 -	Escolaridade dos Pais/Responsáveis.....	72
Gráfico 8 -	Os principais motivos apontados para a falta dos estudantes.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Indicador de distorção idade-série nas escolas públicas municipais de Fortaleza.....	21
Tabela 2 -	Taxas de Rendimento nas escolas públicas municipais de Fortaleza.....	21
Tabela 3 -	Número de matrículas nos Anos Iniciais e Finais no período de 2019 a 2023.....	57
Tabela 4 -	Taxas de Rendimento Escolar nos Anos Iniciais no período de 2019 a 2023.....	59
Tabela 5 -	Taxas de Rendimento Escolar nos Anos Finais no período de 2019 a 2023.....	58
Tabela 6 -	Indicadores de distorção idade-série no Ensino Fundamental de Fortaleza no período de 2019 a 2023.....	59
Tabela 7 -	Resultados de Desempenho e Participação em Fortaleza no SPAECE no período de 2019 a 2023.....	61
Tabela 8 -	Metas para o Ideb nos anos 2019, 2021 e 2023.....	63
Tabela 9 -	Evolução de equipamentos de ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza (2012 a 2024).....	65
Tabela 10 -	Número de matrículas nos Anos Iniciais e Finais no período de 2019 a 2023.....	75
Tabela 11 -	Taxas de Rendimentos das Escolas no período de 2019 a 2023.....	75
Tabela 12 -	Taxa de Abandono das Escolas no período de 2019 a 2023.....	76
Tabela 13 -	Indicador de distorção idade-série EM A.....	77
Tabela 14 -	Indicador de distorção idade-série EM B.....	77
Tabela 15 -	Indicador de distorção idade-série EM C.....	78
Tabela 16 -	Resultados dos 2º anos de Desempenho e Participação das escolas A, B e	

C no SPAECE (2019 a 2023).....	78
Tabela 17 - Resultados dos 5º e 9º anos de Desempenho e Participação das escolas A, B e C no SPAECE (2019 a 2023).....	79
Tabela 18 - IDEB das escolas A, B e C no SPAECE (2019 a 2023).....	81
Tabela 19 - Consolidado das resposta da Questão 14 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	92
Tabela 20 - Consolidado das respostas da Questão 15 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	92
Tabela 21 - Consolidado das respostas da Questão 16 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	93
Tabela 22 - Consolidado das respostas da Questão 21 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	93
Tabela 23 - Consolidado das respostas da Questão 17 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	93
Tabela 24 - Consolidado das respostas da Questão 22 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	94
Tabela 25 - Consolidado das respostas da Questão 18 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	94
Tabela 26 - Consolidado das respostas da Questão 19 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	94
Tabela 27 - Consolidado das respostas da Questão 20 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Trabalhos selecionados na revisão de Literatura na plataforma de pesquisa BDTD.....	26
Quadro 2 -	Quadro resumo dos documentos oficiais referentes à frequência e à Busca Ativa.....	44
Quadro 3 -	Quadro resumo das atribuições dos Superintendentes referentes à frequência e à Busca Ativa Escolar.....	45
Quadro 4 -	Esferas educacionais de acompanhamento a política de Busca Ativa Escolar.....	47
Quadro 5 -	Quadro resumo dos ícones utilizados nos passos da busca ativa escolar..	49
Quadro 6 -	Lista dos 5 bairros de Fortaleza com os piores IDH.....	55
Quadro 7 -	Proposta da avaliação em profundidade e a pesquisa em ação.....	64
Quadro 8 -	Quadro de correspondências dos participantes das entrevistas.....	65
Quadro 9 -	Localização e características da Escola Municipal A.....	68
Quadro 10 -	Localização e características da Escola Municipal B.....	69
Quadro 11 -	Localização e características da Escola Municipal C.....	69
Quadro 12 -	Programas e Projetos da Educação de Fortaleza (2013-2024).....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR	Avaliação Diagnóstica de Rede
ASGOV	Assessoria de Governança
BAE	Busca Ativa Escolar
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BSM	Brasil Sem Miséria
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEI	Centro de Educação Infantil
CESUPE	Célula de Superintendência Escolar
CME	Conselho Municipal de Educação de Fortaleza
COGEST	Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONSEC	Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais
CT	Conselho Tutelar
D1	Diretor 1
D2	Diretor 2
D3	Diretor 3
DE	Distritos de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EM A	Escola Municipal A

EM B	Escola Municipal B
EM C	Escola Municipal C
EMTI	Escola Municipal em Tempo Integral
ETI	Escola de Tempo Integral
ETP	Escola de Tempo Parcial
FUNCI	Fundação da Criança Cidadã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEC	Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Ministério Público
PISA	Programme for International Student Assessment
PME	Plano Municipal de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
R1	Pais/Responsáveis 1
R2	Pais/Responsáveis 2
R3	Pais/Responsáveis 3
R4	Pais/Responsáveis 4
R5	Pais/Responsáveis 5

R6	Pais/Responsáveis 6
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Fortaleza
SDHDS	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria da Educação do Ceará
SGA	Sistema de Gestão Acadêmica
SGE	Sistema de Gestão Educacional
SME	Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SPAEC	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	Justificativa da pesquisa.....	20
2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	24
3	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
3.1	Direito à educação.....	28
3.2	Busca ativa escolar.....	30
3.3	As políticas públicas e a educação.....	35
3.4	Abandono e evasão escolar.....	38
3.5	Educação inclusiva.....	40
3.6	Gestão escolar.....	43
3.7	Operacionalização da busca ativa escolar.....	45
4	PERCURSO METODOLÓGICO E AVALIATIVO DA PESQUISA.....	53
4.1	Metodologia da pesquisa.....	54
4.2.	Amostra e instrumentos de coleta de dados.....	55
4.3	Dados educacionais de Fortaleza (2019 - 2023).....	57
4.4	Os dados das entrevistas.....	63
4.5	<i>Locus da pesquisa.....</i>	65
4.5.1	<i>Perfil das unidades escolares.....</i>	70
4.5.2	<i>Perfil dos gestores escolares.....</i>	70
4.5.3	<i>Perfil dos agentes da busca ativa escolar.....</i>	70

4.5.4	<i>Perfil dos pais/responsáveis.....</i>	71
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	73
5.1	Análise das entrevistas sobre a política da busca ativa escolar.....	81
5.2	Análise da política da busca ativa pelo olhar dos gestores escolares.....	84
5.3	Análise da política da busca ativa pelo olhar dos agentes da busca ativa.....	90
5.3.1	<i>Análise da atuação dos agentes de busca ativa sobre seu papel e desempenho....</i>	91
5.4	Análise da política da busca ativa pelo olhar dos pais/responsáveis.....	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	102
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AGENTES DA BUSCA ATIVA ESCOLAR.....	108
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES MUNICIPAIS.....	113
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PAIS E RESPONSÁVEIS.....	118
	APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	122
	ANEXO A - IDH DOS BAIRROS DE FORTALEZA.....	124

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social existe em todo o território brasileiro (IBGE, 2021), e revelou-se ainda mais complexa para os estudantes pobres no período da pandemia¹ e pós-pandemia. Em algumas regiões as aulas presenciais foram substituídas pelas remotas, intensificando a distância à educação, pois muitas famílias de condição vulnerável não tinham acesso a internet, celular, tablet, computador, dentre outros recursos tecnológicos. Diferentemente das famílias mais abastadas que possuíam ferramentas digitais e assistência psicológica, recursos fundamentais para a redução dos impactos educacionais na pandemia.

Ribeiro (2023), destaca outro ponto preocupante do período pandêmico, a segurança alimentar, mais um aspecto da desigualdade social vivida por crianças e adolescentes. Ao ficarem longe da escola, muitos perderam o acesso diário a uma alimentação segura, nutricional e adequada, comprometendo não só a saúde, mas principalmente a dignidade humana garantida pela escola.

A suspensão das aulas presenciais das escolas públicas trouxe à tona uma grande preocupação em relação à alimentação, antes oferecida presencialmente nas unidades escolares aos estudantes, ficando então a cargo das famílias e muitas delas sem renda familiar por conta dos altos índices de desemprego gerados pela crise econômica na pandemia. Neste período, verificou-se que a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME) realizou várias ações de enfrentamento às dificuldades impostas à época, com o intuito de minimizar a insegurança alimentar das famílias vulneráveis, o combate a evasão escolar e os impactos na aprendizagem dos estudantes, dentre as quais se destacam a distribuição de kits alimentares, kits pedagógicos, chips de internet e tablets². Conforme notícia publicada em 13 de maio de 2021 no portal da SME.

Assim, a infrequência dos estudantes é uma preocupação permanente nas unidades escolares, e após o retorno às aulas presenciais, depois da pandemia da COVID-19, foram observados impactos preocupantes em relação à frequência e à aprendizagem dos alunos (Correa, 2022; Larissa, *et al.* 2021), causados pelo grande período de isolamento social e distanciamento escolar. Portanto, entende-se que a frequência e a permanência do estudante na

¹Quando todos os continentes do mundo são atingidos por uma determinada doença. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Acesso em: 09 jun. 2025.

²Chips, tablets e kits pedagógicos são entregues aos alunos da Rede de Ensino. https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6282:itenspedag%C3%B3gicos-fortalecem-estudo-remoto-de-alunos-da-rede-de-ensino&catid=79&Itemid=435. Acesso em: 17 nov. 2024.

escola devem favorecer o acolhimento e a recomposição da aprendizagem, de forma a superar os desafios impostos neste retorno ao convívio da comunidade escolar. A garantia do acesso e o monitoramento da frequência dos estudantes pelo grupo gestor, em parceria com a família, tendem a impactar, significativamente, no desempenho acadêmico e nos resultados das avaliações externas.³ Dessa forma, buscou-se, nesta pesquisa, avaliar a política da Busca Ativa Escolar, procurando compreender sua operacionalização nas unidades escolares e identificando contribuições no combate à reprovação, ao abandono e ao fortalecimento da aprendizagem.

Diante desse cenário, esta pesquisa objetivou-se a analisar os efeitos da política de Busca Ativa Escolar em três escolas da rede municipal de Fortaleza, entre os anos de 2019 e 2023, localizadas em territórios marcados por vulnerabilidade social. A pesquisa buscou compreender como a atuação dos agentes da busca ativa, em parceria com os gestores escolares e a comunidade, tem contribuído para a permanência dos estudantes e para a superação dos fatores que levam à exclusão educacional.

A relevância deste estudo está na possibilidade de colaborar para o aprimoramento das estratégias de combate à infrequência, abandono e evasão escolar, fortalecendo uma educação pública comprometida com a justiça social, a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes. A dissertação está organizada em capítulos que abordam o marco teórico, o contexto da política, a metodologia utilizada e a análise dos dados empíricos, culminando nas considerações finais com propostas de encaminhamento para o fortalecimento da política.

Na próxima seção, apresenta-se a justificativa da pesquisa da política da Busca Ativa Escolar.

1.2 Justificativa da pesquisa

A identificação do escopo da pesquisa surge em 2010 quando houve o ingresso da pesquisadora no cargo de professora na Rede Pública de Ensino de Fortaleza e logo vieram diversas inquietações quanto docente de sala de aula, principalmente em relação às faltas contínuas dos estudantes e o elevado índice de abandono e reprovação, além das altas taxas de distorção idade-série, que representa a proporção de estudantes que apresentam dois ou mais

³A avaliação externa recebe essa designação porque é criada, projetada, corrigida e tem seus resultados verificados externo à escola. Ela busca conferir o aproveitamento demonstrado pelos estudantes, a fim de que seja possível comparar o que o ensino é com o que deveria ser, do ponto de vista da abrangência de algumas capacidades. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/avaliacao-externa>. Acesso em: 17 nov. 2024.

anos de atraso em relação à idade considerada adequada para a série em que estão matriculados. Esse indicador é relevante para a avaliação da qualidade da educação básica, pois reflete os desafios enfrentados na trajetória escolar e na progressão contínua dos alunos ao longo do processo de aprendizagem. Logo abaixo, são apresentadas algumas tabelas que corroboram com as preocupações da pesquisadora em relação às faltas e os baixos indicadores do rendimento escolar dos estudantes.

Tabela 1 - Indicador de distorção idade-série nas escolas públicas municipais de Fortaleza

Idade-série (2010 a 2012)			
Série/Ano	2010	2011	2012
1º	9,9%	9,6%	7,6%
2º	28,3%	25,6%	24,4%
3º	39,2%	38,1%	36,1%
4º	42,8%	43,0%	41,8%
5º	41,8%	42,9%	42,9%
6º	50,6%	50,4%	50,0%
7º	48,0%	47,5%	45,2%
8º	45,5%	43,3%	41,8%
9º	41,6%	40,2%	34,9%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Os dados retratam uma alta taxa de distorção que se mantém durante os anos de 2010 a 2012, nas séries do 1º ao 9º ano, e sem grandes variações, revelando um alto prejuízo educacional para os alunos da rede pública de Fortaleza.

Tabela 2 - Taxas de Rendimento nas escolas públicas municipais de Fortaleza

Anos iniciais (2010 - 2012)			
Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
2010	83,7%	12,1%	4,2%
2011	83,9%	11,9%	4,2%
2012	89,6%	7,6%	2,8%

Anos finais (2010 - 2012)			
Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
2010	76,5%	14,4%	9%
2011	73,2%	17%	9,8%
2012	77,2%	16,9%	6%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

De acordo com os dados fornecidos em números absolutos pela plataforma QEdu⁴, 12.225 (doze mil duzentos e vinte e cinco) alunos dos anos iniciais entre 2010 e 2012 abandonaram a escola. E 11.866 (onze mil oitocentos e sessenta e seis) estudantes dos anos finais entre 2010 e 2012 abandonaram a escola em Fortaleza. O abandono escolar gera atraso na aprendizagem, maior desigualdade social, desmotivação, vulnerabilidade, menores salários, redução da inserção no mercado de trabalho, aumento da criminalidade e dano ao desenvolvimento social e econômico do país.

Visando contribuir ainda mais para o enfrentamento a essa realidade, a partir de 2013, a pesquisadora exerceu a função de Superintendente Escolar desempenhando ações de acompanhamento do rendimento escolar junto às escolas e o planejamento de ações pedagógicas frente aos dados encontrados na realidade de cada unidade escolar, fortalecendo, assim, o elo permanente entre a SME Sede, os Distritos de Educação e os Gestores Escolares.

Em 2021, como técnica na Assessoria de Governança (ASGOV), da Secretaria Municipal da Educação, foi possível acompanhar os comitês de aprendizagem, que tratavam, permanentemente, do monitoramento da frequência escolar e busca ativa, Avaliações Diagnósticas de Rede (ADRs), fluxo escolar, além de outros temas relevantes para o crescimento nos avanços da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, compreendeu-se ainda mais a relevância da atuação da busca ativa escolar como estratégia fundamental no combate à infrequência, o abandono e à evasão escolar, que comprometem o direito à educação de crianças e adolescentes⁵.

A política aqui mencionada e avaliada, trata-se da Busca Ativa Escolar (BAE), que de acordo com o documento Memorial da Educação de Fortaleza (2013-2024) foi instituída por meio da Portaria nº 0603/2018 - SME, estabelecendo normas do Sistema de Busca Ativa para a Rede Municipal de Educação de Fortaleza e definindo diretrizes gerais para a gestão dessa política. Dentre elas, destacam-se os quatro passos da busca ativa escolar (ligação, comunicado, visita domiciliar e encaminhamento ao Conselho Tutelar) para todos os alunos em situação de evasão ou abandono. Distritos de Educação e Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar (COGEST) monitoram, através do Sistema de Gestão Educacional (SGE), os

⁴Plataforma Qedu: é um site de dados educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2304400-fortaleza/taxas-rendimento>. Acesso em: 26 nov. 2024.

⁵O Comitê de Aprendizagem é responsável pelo acompanhamento cuidadoso dos processos de aprendizagem. O trabalho é desenvolvido por meio de reuniões quinzenais com foco no acompanhamento individual do estudante, incluindo o registro de sua frequência diária, através da busca ativa. Este Comitê acompanha também os resultados de aprendizagem do conjunto da rede, definindo metas para as escolas e monitorando resultados. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1jjKNP0gTugrBW1eXNkuedUoQuPAhRPAW/view>. Acesso em: 20 de jan. 2025.

percentuais de frequência e os estudantes que estão na busca ativa para dirimir ações, a fim de localizar os alunos e garantir sua permanência, aprendizado e o fortalecimento de vínculos com a escola.

O documento destaca também que o sistema da Busca Ativa Escolar, empregado em 2018, foi uma iniciativa da SME, em parceria com o Ministério Público (MP), a Fundação da Criança Cidadã (FUNCI), a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS). E que essa cooperação realiza ações concomitantes para assegurar, de forma contínua, o controle do abandono e da evasão escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Fortaleza, encaminhando as providências necessárias para cada instituição.

Nesse contexto, a política de Busca Ativa Escolar surge como uma resposta intersetorial ao desafio da exclusão educacional, articulando diferentes setores e profissionais para identificar precocemente os casos de risco, mobilizando ações territoriais e garantindo a permanência dos estudantes na escola. No entanto, não encontrou-se pesquisas que analissem os resultados dessa política na rede de ensino de Fortaleza, especialmente a partir da escuta ativa dos sujeitos que a vivenciam, como: gestores, professores, agentes da busca ativa, família e estudantes.

Ao avaliar a política da Busca Ativa Escolar em escolas públicas de Fortaleza, busca-se contribuir para a produção de conhecimento sobre as políticas de permanência escolar, na escuta qualificada e na valorização do território como espaço de ação e cuidado. A relevância social da pesquisa está no potencial de fundamentar o aprimoramento das práticas já existentes, fortalecendo a corresponsabilidade entre escola, família e poder público. No campo acadêmico, pretende-se ampliar o debate sobre políticas educacionais voltadas à equidade, à justiça social e à garantia do direito de aprender.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do direito à educação, combater a exclusão escolar e enfrentar as desigualdades, esta pesquisa busca compreender como a política de Busca Ativa Escolar tem sido vivenciada na rotina das escolas públicas, especialmente naquelas localizadas em contextos de maior vulnerabilidade social.

Nesse sentido, avaliou-se a Política de Busca Ativa Escolar em três escolas públicas de ensino fundamental do município de Fortaleza no período de 2019 a 2023, a partir das seguintes perguntas norteadoras:

- As unidades escolares realizam os passos da Busca Ativa Escolar e inserem as informações no sistema de acordo com as orientações da SME?
- Os agentes da Busca Ativa realizam suas atividades de acordo com as recomendações e formações realizadas pela COGEST?
- Quais as contribuições da política da Busca Ativa Escolar em relação ao fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono) nas unidades escolares?

Tendo o objetivo geral como balizador, foram estabelecidos os objetivos específicos da pesquisa: 1) Analisar o contexto para a criação da política, seu marco legal e sua finalidade; 2) Compreender como ocorre a operacionalização dos procedimentos da Busca Ativa nas unidades escolares; 3) Identificar as contribuições da política da Busca Ativa em relação ao rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) nas unidades escolares.

As respostas a essas questões são discutidas ao longo da dissertação, sendo retomadas de forma conclusiva na última seção, onde se apresenta um panorama geral da política.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da questão que norteia o propósito da pesquisa, realizou-se em junho de 2024 uma busca *online* por produções científicas relevantes à temática, cuja finalidade foi conhecer a literatura sobre melhoria da frequência escolar nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

A base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), foi utilizada para a pesquisa, abrangendo publicações nacionais e internacionais. Utilizou-se os descritores: “busca ativa”, “busca ativa escolar”, “frequência escolar” e os seus correspondentes em língua inglesa, “*active search*”, “*school active search*” e “*school attendance*”. Os descritores foram combinados com a utilização do operador booleano *AND*, não sendo encontrados artigos sobre o assunto pesquisado. A mesma pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), porém, também sem sucesso.

A revisão de literatura foi conduzida com o propósito de mapear os estudos já produzidos sobre a temática da Busca Ativa Escolar no contexto do Ensino Fundamental. A partir dessa base, foi possível identificar os principais enfoques e abordagens que vêm sendo explorados na área, além de incorporar à presente pesquisa as contribuições, percepções e interpretações dos autores que se debruçaram sobre esse desafio educacional. Esse diálogo com a produção existente enriquece a compreensão do problema e amplia as possibilidades de análise e reflexão.

Dando continuidade à revisão de literatura, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores “busca ativa escolar” e “frequência escolar”, considerando publicações no período de 2019 a 2024. A pesquisa inicial resultou em 171 trabalhos, entre dissertações e teses. Após análise criteriosa, foram excluídas as produções que não apresentavam relação direta com o ensino fundamental, resultando na seleção de quatro dissertações que dialogam de forma mais significativa com os objetivos deste estudo.

Quadro 1 - Trabalhos selecionados na revisão de Literatura na plataforma de pesquisa BDTD

Título da Dissertação	Autor(a)	Ano
A implementação da busca ativa/monitoramento da frequência diária do estudantes em escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, como política pública para garantia de permanência dos alunos na escola	Máximo, Edilia Maria Ribeiro	2021
Direito à permanência escolar: contribuição para políticas públicas	Monteiro, Mirella de Carvalho Bauzys	2021
Por trás da ausência: busca ativa escolar e o fortalecimento da escola na rede de proteção social	Sebastião, Roberta Rocha Pereira de Veras	2024
Busca ativa escolar: uma política de enfrentamento ao abandono escolar na rede municipal de São Leopoldo/RS no contexto pandêmico da Covid-19	Doro, Daiane da Silva	2024

Fonte: Levantamento realizado pela autora na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A dissertação de Máximo (2021), analisa a implementação da política pública de Busca Ativa Escolar e do Monitoramento da Frequência Diária do Estudante na rede municipal de ensino de Fortaleza, com foco na garantia da permanência de crianças e adolescentes na escola — um desafio ainda presente em diversas regiões do país, especialmente nas redes públicas. A pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e documental, abrange o período de 2017 ao primeiro semestre de 2021 e se apoia em fontes como portarias, termos de cooperação, atas de reuniões e publicações institucionais, buscando compreender se a implementação seguiu as diretrizes inicialmente previstas e a análise revelou que a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza tem avançado na consolidação da política, fortalecendo sua institucionalização como estratégia de enfrentamento à exclusão escolar e como instrumento de proteção ao direito à educação.

O trabalho de Monteiro (2021), parte do princípio constitucional de que o direito à educação é essencial ao pleno desenvolvimento do cidadão, enfatizando que esse direito só se concretiza plenamente quando há garantia tanto do acesso quanto da permanência dos estudantes na escola. Embora o acesso ao ensino fundamental tenha se ampliado significativamente, persistem desafios relacionados à frequência e à conclusão da educação básica, especialmente entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Vislumbra-se que a pesquisa realiza uma análise crítica das políticas públicas voltadas à permanência escolar, destacando a insuficiência da atuação estatal atual, que muitas vezes recai sobre a responsabilização legal das famílias, sem enfrentar as causas estruturais da evasão. Monteiro argumenta que o desinteresse escolar — um fator recorrente — exige uma

resposta prioritária dos profissionais da educação, aliada à atuação intersetorial para superar de forma integral as barreiras à permanência. A partir do estudo de políticas como o Programa Bolsa Família e a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, a autora identifica os desafios e possibilidades de articulação entre os setores. Ao final, propõe caminhos para a institucionalização de uma política pública mais eficaz, baseada na regulamentação clara de diretrizes, no fortalecimento da atuação dos educadores e na consolidação de práticas intersetoriais para garantir que nenhum aluno fique para trás.

O estudo de Sebastião (2024), investiga o papel da estratégia de Busca Ativa Escolar na promoção da equidade educacional e na consolidação da escola como eixo central da rede de proteção social no Brasil, especialmente em territórios marcados por alta vulnerabilidade social. Reconhecendo a evasão e o abandono escolar como fenômenos complexos e profundamente conectados às desigualdades socioeconômicas, a pesquisa adota a metodologia de estudos de caso, com entrevistas realizadas com quinze gestores e diretores escolares de municípios paulistas que implementaram com êxito a Busca Ativa. As análises revelam percepções sobre os principais desafios enfrentados, os fatores que contribuíram para o sucesso da estratégia e o impacto positivo da política na redução da evasão escolar. Entre os achados, destacam-se a importância da atuação intersetorial e da escuta individualizada como elementos fundamentais para a efetividade da política. A dissertação conclui que, ao articular diferentes áreas — como saúde, educação e assistência social — e ao ir além do controle de frequência, a Busca Ativa Escolar contribui de forma decisiva para a inclusão educacional e para o fortalecimento da escola como espaço de cuidado, proteção e desenvolvimento social.

Doro (2024), investigou o projeto Busca Ativa Escolar no município de São Leopoldo/RS, com foco em sua implementação durante a pandemia da covid-19. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizou o estudo de caso como método, integrando análise documental, análise de conteúdo e dados provenientes de indicadores educacionais, documentos oficiais e do banco de dados do núcleo Busca Ativa da Secretaria Municipal de Educação (SMED). A investigação revelou que, embora nos últimos dez anos tenham ocorrido avanços em indicadores como reprovação e distorção idade/ano, a taxa de abandono escolar manteve certa estabilidade, evidenciando a complexidade do fenômeno. As entrevistas com equipes diretivas apontaram que os principais motivos para o afastamento dos estudantes entre 2020 e 2022 estavam ligados à vulnerabilidade social, como falta de acesso a tecnologias, instabilidade residencial, questões de saúde e trabalho precoce. A pesquisa destacou o papel da Busca Ativa como elo mediador entre famílias, escolas e diferentes setores da SMED, promovendo o diálogo intersetorial e contribuindo para a criação do Centro

Municipal de Educação (CEMEI) Paulo Freire. Além disso, identificou a articulação da Busca Ativa com seis outras políticas públicas locais, reforçando sua relevância como estratégia de enfrentamento ao abandono escolar e fortalecimento da rede de proteção à educação no município.

Ainda, a partir da busca no portal *SciELO* com os descritores “frequência escolar” AND “aprendizagem”, foram identificadas publicações que ressaltam a importância de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da permanência escolar, a redução das defasagens e da evasão, bem como o incentivo à aprendizagem e à motivação dos estudantes. Essas ações são consideradas fundamentais não apenas para a redução das desigualdades educacionais, mas também para o desenvolvimento de talentos e a promoção do bem-estar de famílias e comunidades. Entre os estudos encontrados, destaca-se o artigo de Moreira e Elias (2021), que reforça o papel transformador da escola como espaço de construção coletiva, crítica e propositiva. Os autores argumentam que a escola abre caminhos para a realização de sonhos e, por isso, torna-se imprescindível o investimento contínuo em todos os setores que favoreçam a aprendizagem e a elevação dos indicadores educacionais.

A questão do acesso e da frequência escolar são muito importantes, e são abordadas de diferentes perspectivas, como: a sociológica, a pedagógica, a econômica e a política. Para Teixeira (1962), a educação é um direito; a educação básica pública é obrigatória; a educação técnica e superior devem ser oferecidas ao maior número possível de estudantes, desenvolvendo seu senso crítico e preparando-os para a cidadania.

Freire (1970) acredita, profundamente, na escola como um motor de transformação social. Ele destaca que é essencial não apenas garantir o acesso do aluno à escola, mas, também, sua permanência. Segundo o educador, a escola deve ser um lugar que promova a conscientização, elemento fundamental para formar estudantes que se tornarão agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade em geral.

Dando continuidade ao fortalecimento do acesso à educação, apresenta-se no próximo tópico o direito legal à educação.

3.1 Direito à educação

É imprescindível destacar os principais documentos legais que garantem, promovem e fortalecem o direito à educação e à frequência escolar. Dentre estes, podemos citar a Constituição Federal de 1988, que, no artigo 6º, destaca a educação como um direito social e, no artigo 205, reafirma a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, em seu artigo 2º, destaca que a educação é dever da família e do Estado; no artigo 4º fala da garantia da educação básica, obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, e coloca, também, o direito ao Ensino Fundamental e Médio para todos que ainda não concluíram na idade certa (Brasil, 2017a).

Além da garantia da matrícula, é imprescindível assegurar a frequência dos estudantes. Sobre a frequência escolar, a LDB faz os seguintes destaques:

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: Art. 5º III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação (Brasil, 1996).

Outro importante documento é a Lei nº 8.069/1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, em seu artigo 129, estabelece medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis; entre elas, no inciso V, a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar (Brasil, 2017b).

Porém, é urgente acabar com a exclusão escolar, como aponta a pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), publicada em setembro de 2022, explicada por Nascimento e Arrais (2023, p. 12):

2 milhões de meninos e meninas de 11 a 19 anos que ainda não haviam terminado a educação básica não estavam frequentando a escola no Brasil. Eles representam 11% do total da amostra da pesquisa. Os dados de abandono escolar, que se ampliaram com a pandemia de covid-19, estão entre os aspectos mais relevantes a serem considerados no planejamento do direito à educação, uma vez que o contexto de desigualdades no Brasil (regionais, de raça/etnia e de gênero) ainda é fator prioritário de exclusão escolar. O sistema educacional brasileiro é caracterizado por uma forte marca excludente, por vezes reiterada pelas formas de organização da escola, pela burocracia interna e pela necessidade de atender aos requisitos relacionados a planejamento macro e financiamento das ações educacionais.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶, também revela dados importantes sobre a análise da taxa de escolarização, que é o percentual de pessoas de 0 a 14 anos que frequentam a escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

⁶Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 06 de jul. 2024.

Divulgada pelo suplemento de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), a pesquisa aponta que, no Brasil, houve uma queda no percentual de crianças entre 4 e 5 anos matriculadas na escola, de 92,7 % em 2019 para 91,5% em 2022. A região Nordeste e o Estado do Ceará também tiveram queda na escolarização da mesma faixa etária de 4 e 5 anos e período. O Ceará apresentou, também, diminuição do percentual de matrículas entre 6 e 14 anos, de 99,2% em 2019 para 99,0% em 2022. Em Fortaleza houve declínio na escolarização nos seguintes grupos de idade: de 0 a 3 anos, de 32,8% em 2019 para 31,1% em 2022; em relação às matrículas entre 4 e 5 anos, de 94,8% em 2022 para 92,1% em 2023; e, quanto aos estudantes de 6 a 14 anos, de 99,1% em 2019 para 97,9% em 2022.

O próximo tópico trata do conceito e funcionamento da Busca Ativa Escolar.

3.2 Busca ativa escolar

De acordo com o guia de Peres e Bauer (2017), o conceito de busca ativa veio para inverter a lógica padrão do cidadão procurar o Estado. Nesse novo modelo, os cidadãos invisíveis e vulneráveis, que vivem à margem da sociedade, serão buscados por ações intersetoriais numa mobilização social nas diversas áreas, como saúde, educação, dentre outros, para garantir os direitos dessa população excluída.

Em 2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, a busca ativa foi utilizada como estratégia para encontrar a população que não tinha seus direitos básicos atendidos, como: falta de documentação, acesso à saúde, à educação, assistência social. Desse modo, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM)⁷ deu luz a essa população invisível e excluída, a partir da parceria entre o terceiro setor, municípios, estados, bancos públicos e setor privado. Por meio da política da Busca Ativa, as pessoas começaram a ser identificadas enquanto cidadãos de direito, sendo cadastradas e incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e destinadas para os serviços da rede de proteção social existentes em cada município.

Ainda de acordo com o guia, no cenário nacional da educação, o projeto iniciou com o intuito de incluir crianças e adolescentes com deficiência na rede regular de ensino. Atualmente, o objetivo é utilizar a Busca Ativa Escolar para encontrar as crianças e

⁷O Plano Brasil Sem Miséria, lançado em junho de 2011, destinava-se a famílias com renda familiar abaixo de R\$ 70 por pessoa ao mês. Em quatro anos esse programa retirou 22 milhões de pessoas da pobreza. O plano incluiu três pilares: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. A garantia de renda implica alívio imediato da pobreza extrema, dada a natureza desesperadora desse fenômeno. O segundo pilar trata das condições de educação e saúde, bem como questões de cidadania para os mais carentes. Inclusão produtiva, por sua vez, implica aumento de habilidades, oportunidades de emprego e renda para as famílias mais pobres, tanto na cidade quanto no campo.

adolescentes vulneráveis e em situação de exclusão escolar por meio da intersetorialidade, e garantir matrícula nas escolas públicas. Importante ressaltar que a política da BAE contempla a universalização da educação dos 4 aos 17 anos, estratégia prevista no Plano Nacional da Educação (Brasil, 2014).

Segundo Fonseca *et al.* (2022), no ano de 2017, a UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), elaborou a Busca Ativa Escolar, uma ferramenta de tecnologia gratuita e metodologia social que proporciona a identificação das crianças e adolescentes que estão fora da escola a partir da intersetorialidade de diversas áreas, proporcionando o mapeamento desse público pela administração pública e garantindo o acesso e a permanência desses alunos na escola. Sendo assim, esta política é um auxílio importante para municípios e estados, fortalecendo a política de intersetorialidade e proporcionando o enfrentamento à exclusão escolar e ao abandono.

A BAE é uma articulação intersetorial, um cruzamento de base de dados, além de atividades socioeducativas, palestras, mutirões, campanhas, ou seja, é a conexão entre diversos setores em prol da cidadania das muitas pessoas marginalizadas e invisíveis em nosso país.

Em 2018, a Prefeitura de Fortaleza aderiu à plataforma de Busca Ativa Escolar do UNICEF, firmando um termo de cooperação técnica que marcou o início de uma atuação integrada com diversos parceiros, como a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), o Ministério Público do Ceará e o próprio UNICEF. A adesão ao sistema representou um passo importante no enfrentamento da exclusão escolar, oferecendo uma ferramenta que apoia a identificação, o registro, o controle e o monitoramento de crianças e adolescentes fora da escola, permitindo ações rápidas para garantir sua matrícula e permanência.

Ainda em 2018, por meio da Portaria nº 0603/2018 da Secretaria Municipal da Educação (SME), foi institucionalizado o Sistema de Busca Ativa Escolar na rede municipal, com o propósito de acompanhar de forma sistemática a frequência dos estudantes em todas as etapas da aprendizagem. Com foco na articulação entre escolas, famílias e diferentes setores da sociedade, a política busca assegurar o direito à educação por meio do acesso, da permanência e do êxito escolar, fortalecendo a corresponsabilidade entre os diversos atores envolvidos na formação dos estudantes. O artigo 1º da mesma portaria estabelece as seguintes competências e atribuições da Busca Ativa Escolar:

I – Implementar o Sistema informatizado de Registro Diário da Frequência Escolar na rede municipal de ensino de Fortaleza; II – Fortalecer a parceria com Instituições que tenham assento na gestão e monitoramento das ações destinadas à busca ativa dos educandos da rede municipal de ensino de Fortaleza; III – Implementar o Sistema informatizado de Registro de Acompanhamento dos procedimentos diários pertinentes à Busca Ativa na rede municipal, que consiste em comunicação via telefone com a família ou o próprio estudante, caso tenha alcançado a capacidade civil, envio de comunicado escrito, visita domiciliar e, por último, esgotados os meios de busca do estudante pela unidade de ensino, envio de ofício ao Conselho Tutelar. IV - Promover ações efetivas para a identificação, retorno e permanência dos alunos evadidos na rede municipal de ensino de Fortaleza. V - Elaborar plano de ação articulado envolvendo SME, Distritos de Educação, escolas, famílias e instituições parceiras; VI – Instituir o Comitê de Aprendizagem como instância de gestão, monitoramento e avaliação do Sistema de Busca Ativa; VII - Designar grupo técnico da SME responsável pela coordenação das atividades internas e externas de implementação dos Sistemas. VIII – Instituir o Comitê Gestor para acompanhamento e monitoramento das atividades pactuadas, que serão definidas por meio de Regimento Interno, elaborado após ato de criação do referido Comitê (Fortaleza, 2018).

A coordenação da política da Busca Ativa Escolar acontece por meio da Célula de Superintendência Escolar (CESUPE) e está ligada à Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar (COGEST). O sistema da Busca Ativa está integrado ao Sistema de Gestão Educacional (SGE), responsável por gerenciar diversos processos educacionais, incluindo a frequência escolar, matrícula, mapas de classe, enturmação e rendimento. A gestão escolar (diretor, coordenador pedagógico e secretário escolar) tem o compromisso de lançar no SGE a frequência dos estudantes diariamente e, junto ao agente da Busca Ativa, realizar os passos no sistema.

No sistema de Busca Ativa, no SGE, são registradas as ações relacionadas às faltas dos estudantes, seguindo os procedimentos estabelecidos, que incluem telefonemas, comunicados por escrito, visitas domiciliares e o envio de notificações ao Conselho Tutelar, se necessário.

É importante destacar que as visitas às residências são realizadas pelos agentes da BAE. Esses profissionais são selecionados por meio de um processo simplificado para compor o banco de voluntários que atuam como mediadores e facilitadores da aprendizagem no Programa Aprender Mais, conforme o Edital Permanente nº 02/2024, da SME. De acordo com o item 2.2 do referido edital, esses agentes possuem as seguintes atribuições:

- I – Apoiar a escola no acompanhamento diário da frequência do estudante e identificar os alunos em situação de possível abandono no turno regular e contraturno;
- II – Realizar visitas em campo para identificar alunos em situação de possível abandono e/ou não matriculados;
- III – Acompanhar os casos que estão sob sua responsabilidade e todas as informações relacionadas a estes;
- IV - Apoiar a escola no diálogo com a família ou responsáveis pela criança ou adolescente com o objetivo de coletar informações sobre os motivos da infrequeência

e evasão escolar;

V - Elaborar relatório de Análise Técnica, que servirá de base para a tomada de decisões estratégicas para (re)matrícula da criança ou do adolescente;

VI - Cumprir carga horária de acordo com as diretrizes e especificidades do Programa;

VII - Participar das formações em serviço realizadas pela SME/Distritos de Educação e Escolas;

VIII - Desenvolver as atividades do Programa, conforme as diretrizes e orientações pedagógicas determinadas pela SME/Distritos de Educação;

IX - Apoiar a escola no cumprimento de todo o protocolo do Sistema de Monitoramento da Frequência Escolar e busca ativa.

X - Participar das formações realizadas pela SME/Distritos de Educação e Escolas.

Atualmente, todas as unidades escolares, incluindo creches parceiras⁸, Centros de Educação Infantil (CEI), Escolas de Tempo Parcial (ETP) e Escolas de Tempo Integral (ETI), contam com agentes da BAE. Esses profissionais são acompanhados nos Distritos de Educação, pelo Gerente de Gestão, que é apoiado por um Articulador e Agentes da Busca Ativa. Importante destacar que os agentes da busca ativa recebem formação pela COGEST e pelo Distrito de Educação ao qual está inserido.

Para compreender com maior profundidade o papel dos Distritos de Educação no âmbito da política de Busca Ativa Escolar, é fundamental conhecer o modelo de governança adotado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. Segundo o estudo Educação em Fortaleza: investigando iniciativas de alto impacto (2024), os Distritos de Educação (DE) ocupam uma posição estratégica na gestão educacional do município. Mais do que responsáveis por procedimentos administrativos, atuam como um elo essencial entre as escolas e a SME, fortalecendo o acompanhamento pedagógico e contribuindo para uma atuação mais próxima, sensível e efetiva no cotidiano das unidades escolares.

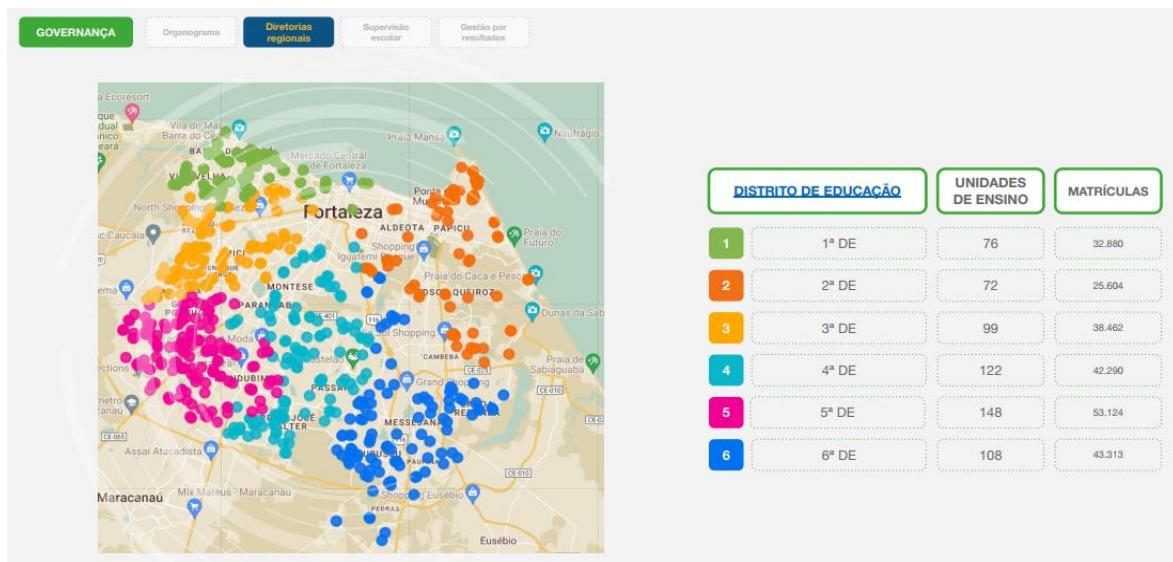
Diariamente, os Distritos de Educação se fazem presentes nas escolas por meio da atuação dos superintendentes escolares, que acompanham de perto aspectos como a frequência dos estudantes e a implementação da BAE. Esse acompanhamento contínuo fortalece o monitoramento da política e promove reflexões e ações conjuntas entre a gestão superior, os gestores escolares e os demais profissionais envolvidos, contribuindo para uma atuação mais integrada, sensível e comprometida com a permanência dos alunos na escola.

É possível visualizar a atuação dos distritos em toda a rede de Fortaleza, a partir da

⁸Cooperação entre Organizações da Sociedade Civil e a Secretaria Municipal da Educação para administração de creches, em imóveis privados e públicos, para o cuidado integral às crianças de um a três anos na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. Antes nomeadas como "creches conveniadas", essas unidades escolares passaram a ser chamadas de "creches parceiras", a partir da vigência do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Disponível em: https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6538&Itemid=610. Acesso em: 17 nov. 2024.

imagem a seguir:

Figura 1 - Mapeamento das Políticas Educacionais do Município de Fortaleza 2024



Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (CONSEC)⁹.

Cada Distrito de Educação é responsável pelas unidades escolares que compõem a sua área de atuação. De acordo com a Seção VI da Coordenadoria dos Distritos de Educação, do Decreto nº 15.924, de 07 de março de 2024, sobre o regulamento da SME, podemos destacar algumas atribuições: participar do planejamento estratégico e operacional da SME; assegurar o cumprimento da legislação educacional vigente no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza; coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito de sua jurisdição, e conforme política e diretrizes da SME, o funcionamento das escolas municipais, bem como a execução dos programas, projetos e ações; garantir que as ações do Distrito de Educação e das unidades escolares de sua jurisdição estejam articuladas com o eixo e os referenciais pedagógicos da política educacional da SME; fortalecer a eficiência da interlocução com a Direção Superior, Gerência Superior, Assessorias, demais coordenadorias da SME e com os gestores escolares, visando à consecução dos objetivos educacionais da Rede Municipal de Ensino; promover a inter-relação entre escola e comunidade, visando ao fortalecimento do papel social da escola, dentre outros.

Na sequência, apresenta-se um pouco do contexto das políticas públicas e da educação no Brasil.

⁹Memorial de Políticas Municipais. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ND6KbgV18G7nwt7WUbtMpLm3GsmFtjgO/view?usp=drive_link. Acesso em: 05 abr. 2025.

3.3 As políticas públicas e a educação

As políticas públicas no Brasil têm início após o ano de 1930, com o intuito de transpor as dificuldades econômicas. O país, que era essencialmente agrícola, passa por uma forte transformação para se tornar industrial. Ao contrário de alguns países desenvolvidos que, na época, já proporcionavam o bem-estar social à população, o Brasil ainda estava em processo de modernização, num regime autoritário e de natureza desenvolvimentista.

Segundo Bacelar (2003), o Estado brasileiro, historicamente, tem uma tendência centralizadora. A ênfase limitada no bem-estar, ou seja, a tradição de priorizar mais o crescimento econômico do que a proteção social abrangente, resultou em uma postura estatal mais orientada para a execução de tarefas do que para a regulação. Não há tradição de um Estado regulador, mas sim de um Estado executor e protetor. A prática de regular, de negociar os espaços políticos com a sociedade, é algo que ainda se está aprendendo. O modelo de Estado regulador demanda um diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil, ou seja, ainda não há uma participação social ampla na definição, implementação e controle das políticas públicas, na garantia do bem-estar coletivo e definição da sociedade desejada.

A preocupação do governo, ao longo dos tempos, tem sido e continua sendo as questões econômicas. Muito se fala na criação de políticas públicas, mas, até hoje, o Estado ainda não sabe dialogar com a sociedade e suscitar maior participação da população para regular tais políticas. Inúmeras decisões são tomadas distantes da realidade e necessidade do povo, fragilizando as causas sociais.

Ainda para Bacelar (2003), trata-se de um país muito rico, mas que pouco considera os anseios das comunidades locais, sendo o Brasil tratado como uma média, não direcionando as políticas necessárias para cada região ou localidade, deixando as demandas sociais cada vez mais de lado e privilegiando o mercado e a individualidade.

É preciso romper com esse modelo autoritário de fazer política pública e avançar na democratização, oportunizando a participação de conselhos municipais e Organizações Não Governamentais (ONGs), proporcionando o engajamento da população para, então, tentar superar as desigualdades sociais.

O Estado é responsável por garantir à população uma vida digna, assegurando saúde, educação, lazer, habitação, transporte, saneamento básico, dentre outros. Deve proporcionar a todos uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana e o bem-estar social. Portanto, é dever do Estado criar políticas públicas capazes de efetivar a garantia desses direitos de forma plena e adequada.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, estabelece como uma das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Emenda Constitucional nº 53/2006 e nº 85/2015), onde a cooperação é um compromisso para garantir, no país, os direitos humanos, incluindo a educação e a igualdade entre os estados:

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”. No parágrafo único do mesmo artigo, destaca-se que “Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional (Brasil, 1988).

Outrossim, a política pública é uma importante ferramenta para atender às necessidades e desejos da coletividade, desde o seu planejamento, tomada de decisões, implantação e controle por parte da sociedade. Sua principal função é garantir os direitos básicos da população, principalmente daqueles que estão excluídos e invisíveis à sociedade. A proteção social é dever do Estado, garantindo a diminuição das desigualdades e o bem-estar social para todos.

Portanto, é fundamental reconhecer que, ao buscar atender às demandas da sociedade, o Estado empenha-se em implementar o "Estado em ação" por meio de políticas públicas em vários setores. Conforme argumentado por Rua (2009), a política pública possui duas dimensões: a primeira refere-se a um planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado, chamado de "*policy*"; por outro lado, existe uma segunda face, que resulta das ações de atores políticos que buscam promover seus valores e interesses.

Importa ressaltar que a trajetória histórica e institucional na formação e estruturação do Estado, considerando a extensa burocracia existente no Brasil, frequentemente prejudica a eficácia das ações estatais relacionadas às políticas públicas. Além disso, é fundamental reconhecer que as forças e interesses sociais e econômicos em constante disputa frequentemente resultam em políticas que favorecem uma minoria.

Nesse contexto, observa-se que o Estado tem adotado políticas públicas em diversos momentos da história recente do Brasil, e, ao mesmo tempo, a sociedade tem se tornado cada vez mais atuante e participativa nesse processo. Portanto, em sintonia com Arretche (2013), é inegável que toda forma de avaliação implica, necessariamente, um ato de julgamento. Em outras palavras, trata-se, primariamente, de atribuir um valor ou uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público específico, analisando-o a partir de uma certa perspectiva de justiça, seja explícita ou implícita.

A justiça social, assim como a educação brasileira, ao longo da formação do país, não teve prioridade. Reverberam, desde as raízes, marcas de um sistema educacional que, por

muito tempo, excluiu a massa popular e privilegiou a elite. É urgente a criação de políticas públicas para reparar tantos anos de retrocesso na educação e na desigualdade social. É fundamental lutar por uma educação de qualidade, e, para isso, é necessário que mais recursos sejam destinados a essa pasta, bem como igualdade de oportunidades para todos os cidadãos brasileiros.

As políticas públicas devem garantir oportunidades iguais para todos, reconhecendo o direito de cada cidadão, tendo como pilar a educação, tratando-a como prioridade. No entanto, é importante destacar que não se deseja uma “educação bancária”, como diz Paulo Freire (1970) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, ou seja, uma educação que limita, domesticadora, a serviço da opressão, sem criatividade, sem transformação, uma educação estanque. Almeja-se um ensino transformador, questionador, que pratique a dialética, que estimule a curiosidade e, principalmente, que esteja a serviço da libertação. O ser humano precisa entender seu papel de sujeito transformador, que pensa, problematiza e, acima de tudo, questiona a realidade.

Fica claro que a reparação das injustiças sociais deve ocorrer por meio de uma educação transformadora para aqueles que seguem marginalizados e vulneráveis em nossa sociedade, produto de uma coletividade que exclui e dita suas regras a favor da dominação e do consumo capitalista. A superação desse oprimido ocorre por meio da transformação social. A escola e as políticas públicas devem proporcionar inclusão social, democracia, solidariedade, ética, diálogo, enxergar quem está à margem da sociedade e incluí-los com atenção e comprometimento.

Não há outra via reparatória que não seja por meio da Educação. A transformação e a libertação daqueles que seguem marginalizados e vulneráveis devem acontecer na escola, na igreja, na universidade, em todos os espaços, multiplicando o entendimento e o diálogo sobre as classes sociais, as formas de poder, a formação cidadã, a humanização, a interação social, enfim, a consciência e a prática desse sujeito na sociedade, lutando por políticas transformadoras e pela garantia dos direitos humanos.

É preciso fazer valer o que diz a Constituição de 1988: direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à construção de uma sociedade justa, livre e solidária, à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E, principalmente, à erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988).

Observa-se, ao longo da história, que sempre houve uma classe dominante que se preocupou em utilizar a educação para suas necessidades mercantis, religiosas, capitalistas e

exploratórias. Para haver mudança social, é necessário suscitar políticas públicas de inclusão e utilizar as ciências, a tecnologia e os direitos humanos para esse fim, reconhecendo que somos sujeitos autônomos na sociedade e não massa de manobra para fins econômicos, políticos e sociais.

É necessário desenvolver uma visão questionadora dentro da sociedade, ter ciência de que existem grupos opressores e dominantes que utilizam as classes menos favorecidas para se manterem no poder. Somos parte de um coletivo e temos o poder de transformar a sociedade, mas, para isso, é preciso estar atento, forte e resiliente no propósito de transformar as realidades impostas. A justiça social virá de nós, para nós, e é nossa responsabilidade provocar o Estado para a criação de políticas públicas que promovam, cada vez mais, educação de qualidade e frentes propulsoras de equidade social.

O próximo tópico apresenta a diferença entre abandono e evasão, mostrando que ambos trazem prejuízos à educação e à vida dos estudantes.

3.4 Abandono e evasão escolar

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), existe diferença entre abandono e evasão escolar: “Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema”¹⁰. Porém, é importante saber quais são os motivos que levam esses estudantes a deixarem de frequentar a escola. Freire (1991), refuta o conceito de evasão, pontuando que as crianças populares são “varridas” da escola por conta de uma sociedade injusta, que produz obstáculos e dificuldades para o acesso, a permanência e a finalização dos estudos para os filhos dos trabalhadores.

A Sociologia da Educação de Bourdieu, descrita por C. Nogueira e M. Nogueira (2002, p. 18), traz a seguinte reflexão:

O grau variado de sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais – relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular –, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares.

Ou seja, para entender por que alguns alunos têm mais sucesso do que outros, não basta olhar para suas características individuais, mas é importante ponderar o papel das

¹⁰Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar>. Acesso em: 06 ago. 2024.

desigualdades sociais que moldam suas trajetórias escolares.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), afirma que é papel da escola auxiliar os estudantes a aprenderem a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seus projetos de vida.

Lück (2009), destaca que a escola deve se concentrar no sucesso de seus estudantes, proporcionando formação social e pessoal, oportunizando aprendizagens por meio de atividades motivadoras, estimulantes e de grande qualidade. É papel da escola fazer com que os alunos desenvolvam suas habilidades e o gosto pelo estudo, sendo a aprendizagem o início e o fim nos planos de ações e avaliações da escola.

É importante que a escola consiga enxergar, dentro da coletividade, a unidade, entendendo que cada indivíduo possui uma história de vida, com seus conhecimentos, competências e desafios para alcançar o sucesso escolar. Destaca-se, ainda, que, para os estudantes do Ensino Fundamental, a questão se torna ainda mais delicada, pois, de acordo com Sanchez e Bertolozzi (2007), os alunos do Fundamental apresentam alto fator de vulnerabilidade social e afetiva.

Os aspectos referentes à vulnerabilidade emergem no contexto escolar e se apresentam nas questões comportamentais e de aprendizagem. De forma geral, pode-se considerar que a vulnerabilidade social é um fator que envolve situações contextuais, de ordem estrutural, familiar, econômica, dificuldades de acesso à saúde, privação de recursos e violência. Assim, a vulnerabilidade social se constitui de diferentes aspectos além do individual, abrangendo questões contextuais, culturais e coletivas.

Em 2015, um estudo do UNICEF, realizado em Fortaleza e em seis municípios do Ceará, sobre homicídios na adolescência, revelou que 60% do abandono escolar ocorreu por esse motivo — a vulnerabilidade social e afetiva — e com um intervalo de apenas seis meses para a morte (com exceção de Sobral)¹¹, ou seja, alta vulnerabilidade dos adolescentes aos assassinatos. A pesquisa sugeriu, como plano de prevenção ao abandono escolar, o monitoramento da frequência escolar e a realização da Busca Ativa em parceria intersetorial para as crianças e adolescentes que estavam fora da escola e, também, o estímulo ao acompanhamento pedagógico dos professores e à orientação educacional aos estudantes, a fim

¹¹Disponível em:
https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/unicef/trajetorias_interrompidas_unicef_2017.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

de tornar a escola mais atrativa, agradável e que atenda às necessidades de aprendizagem dos alunos.

A PNAD Contínua (2019) apontou o trabalho, o desinteresse e a gravidez como os principais motivos para o abandono escolar na faixa etária entre 14 e 29 anos no Brasil¹².

A necessidade de trabalhar foi a principal razão alegada por jovens de todas as regiões, sendo que no Sul (48,3%) e no Centro-Oeste (43,1%) as taxas são maiores e no Nordeste, menor (34,1%). Já o não interesse em estudar foi o segundo principal motivo informado, sempre acima de 25%, com destaque para o Nordeste, com 31,5%.

Observa-se a urgência de mais investimento em políticas de acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas, além do acompanhamento diário da frequência dos estudantes em parceria com as famílias e uma educação com mais significado para todos. A escola tem papel fundamental no monitoramento do sucesso escolar de seus alunos, não deixando ninguém para trás, seja na aprendizagem, nas oportunidades, na cidadania e, principalmente, nos seus direitos respeitados.

Constata-se que o abandono e a evasão escolar são inadmissíveis, trazem prejuízos irreparáveis para a vida das crianças e adolescentes, causando vulnerabilidade social e econômica, ficando mais suscetíveis ao risco, à violência, às drogas, ao desemprego, dentre outros. O Estado, a sociedade e a família precisam garantir que os estudantes ocupem seus espaços dentro da escola, na rotina familiar, nos grêmios, no esporte, na cultura, ou seja, nos locais onde esse jovem tenha total oportunidade de crescimento e desenvolvimento cognitivo-emocional.

Na próxima seção, apresenta-se a educação inclusiva como garantia de acesso, permanência e participação plena de todas as crianças e adolescentes no processo de ensino e aprendizagem, com as oportunidades e apoios necessários para que se desenvolvam com equidade.

3.5 Educação inclusiva

Conferências e documentos em nível mundial inspiraram a construção da educação inclusiva no país. Entre esses, destaca-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), realizada em Jomtien, na Tailândia, que ressaltou como objetivo o atendimento às necessidades fundamentais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Além disso,

¹²Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>. Acesso em: 12 ago. 2024.

apontou como prioridade o combate ao analfabetismo, a garantia do acesso à educação, à equidade e à qualidade da aprendizagem, e a construção de um ambiente científico, tecnológico e intelectual voltado ao desenvolvimento da pesquisa, fortalecendo e impulsionando a trajetória educacional de todos os estudantes da educação básica.

Destaca-se também a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994, p. 2)¹³, que apresenta os seguintes princípios:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso I, determina que todo estudante deve ter “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). Isso significa que a educação inclusiva diz respeito a todos os indivíduos que precisam estar na escola, independentemente de deficiências, diferenças, faixa etária, sexo, religião ou classe social. Os estudantes devem ter seus direitos respeitados, com a ampliação de habilidades e competências a partir das aprendizagens desenvolvidas no ambiente escolar.

Fica explícito que todos os indivíduos possuem direito à educação, pois apresentam características e interesses próprios, o que resulta em aprendizagens singulares.

A Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova e estabelece diretrizes para o Plano Nacional de Educação (PNE), destaca, na meta 2, o fortalecimento da educação inclusiva ao prever a universalização do Ensino Fundamental para toda a população de seis a 14 (quatorze) anos durante os nove anos dessa etapa (Brasil, 2014). Em consonância com essa meta, a Lei nº 10.371/2015, de 24 de junho de 2015, aprova o Plano Municipal de Educação (PME) 2015–2025 e estabelece estratégias importantes. Destacam-se algumas dessas estratégias a seguir.

¹³Disponível em: <a href="https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394#:~:text=Acreditamos%20e%20proclamamos%20que:%20E2%80%A2%20cada%20crian%C3%A7a%20tem. Acesso em: 18 ago. 2024.

- Realizar, anualmente, a Chamada Escolar de modo a identificar as crianças e adolescentes que estão fora da escola, e promover a busca ativa e o acompanhamento dessas crianças, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, a fim de universalizar a oferta do ensino obrigatório.
- Ampliar e garantir a manutenção da rede física com aquisição de novos equipamentos públicos de ensino extinguindo os prédios alugados ou que ofereçam riscos à integridade física da comunidade escolar e de seu entorno de modo a ofertar os serviços educacionais, obrigatórios, de qualidade social, o mais próximo da residência de seus usuários.
- Garantir o deslocamento dos alunos que residem em localidades de difícil acesso, ampliando, se for o caso, a oferta do transporte escolar e/ou o passe com crédito.
- Adaptar os prédios escolares para garantir acessibilidade aos alunos com deficiência.
- Garantir a aquisição e manutenção de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos para salas de aula, bem como para outros ambientes de suporte ao ensino – laboratórios de informática, matemática e ciências, quadras esportivas, salas de artes e bibliotecas.
- Intensificar o Acompanhamento Pedagógico ao professor, integrando-o ao processo de formação docente continuada, com reorganização do trabalho pedagógico para garantia do planejamento, da avaliação da aprendizagem e dos estudos do professor, de modo a colaborar para a melhoria da qualidade do ensino e para a permanência, com êxito, do aluno na escola (Fortaleza, 2015, p. 17).

Máximo (2021), explica que a Busca Ativa foi implantada no município de Fortaleza com o intuito de atender às metas do PME, Fortaleza 2040¹⁴ e o Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal da Educação. A proposta consistia em monitorar a frequência diária dos estudantes e resgatar crianças e adolescentes que estivessem fora da escola, por meio de parcerias intersetoriais, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência, assegurando que esses estudantes concluíssem seus estudos no tempo certo e com sucesso, sem que houvesse comprometimento da escolarização.

A Obra Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza: um olhar para todos (Fortaleza, 2024, p. 8), apresenta a educação inclusiva e a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, da seguinte forma:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. **A educação especial, na perspectiva da educação inclusiva**, é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular.

É imprescindível que a escola valorize a diversidade e acolha as diferenças como

¹⁴O Plano Fortaleza 2040 é um planejamento urbano participativo, em que a sociedade e a Prefeitura de Fortaleza trabalham juntas para determinar o futuro das cidades. Permite responder à dúvida sobre a aplicação dos recursos públicos, abrindo sua ação unicamente a seguir os eixos urbanístico, social, ambiental e econômico e andar para a visão de cidade e da Região Metropolitana. O objetivo principal é fazer de Fortaleza uma cidade mais inclusiva, equitativa e sustentável, estabelecendo as bases para uma cidade mais inteligente. Disponível em: <https://fortalezainteligente.fortaleza.ce.gov.br/metas-fortaleza2040>. Acesso em: 18 ago. 2024.

elemento fundamental para reduzir os índices de evasão e abandono escolar. Estudantes com deficiência e/ou outras necessidades, em situação de vulnerabilidade social, bem como as minorias historicamente marginalizadas, necessitam de oportunidade e acesso à educação. A responsabilidade social da escola para com esses estudantes é inegociável; todas as vozes devem ser ouvidas no espaço escolar. O respeito, a participação, a cultura, a adaptação do currículo, a infraestrutura acessível, o acompanhamento individualizado e especializado e a parceria com a comunidade escolar proporcionam um ambiente inclusivo, para que todos os estudantes tenham direito à aprendizagem, à participação e à igualdade de oportunidades para desenvolverem seus potenciais, possibilitando, assim, a edificação de uma educação justa e acessível para todas as crianças e jovens.

Na sequência, evidencia-se o papel relevante da equipe gestora na redução da infrequência, na diminuição do abandono escolar e na melhoria dos resultados de aprendizagem.

3.6 Gestão escolar

Segundo Lück (2009), na unidade escolar, o(a) diretor(a) é responsável pela liderança e pela organização do trabalho de todos que atuam na instituição, orientando os profissionais com vistas à promoção da aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes, de modo a superar os desafios impostos pela rotina escolar.

Um dos principais desafios enfrentados diariamente pela gestão escolar é a infrequência e o abandono dos estudantes. Crianças e adolescentes precisam estar presentes no ambiente escolar para aprenderem e desenvolverem habilidades cognitivas e socioemocionais. As faltas contínuas e a evasão escolar ocasionam atraso educacional e tornam esses indivíduos socialmente vulneráveis.

O papel do(a) gestor(a) e de sua equipe em relação à frequência escolar e à Busca Ativa dos estudantes está previsto em diversos documentos da SME, tais como:

Quadro 2 - Quadro resumo dos documentos oficiais referentes à frequência e à Busca Ativa

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA E BUSCA ATIVA
Lei Complementar Nº 169, de 12 de setembro de 2014.	Dispõe sobre a Gestão Democrática e Participativa da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza.	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor escolar: garantir o acesso e a permanência do aluno na escola pública de Fortaleza; - Coordenador pedagógico: Acompanhar os indicadores de rendimento da aprendizagem, identificando estudantes com dificuldade de aprendizagem e/ou defasagem idade-série, encaminhando ações para superação do desafio; - Secretário escolar: manter registros atualizados de dados estatísticos (frequência, reprovação, aprovação, etc.) e informações educacionais (SPAEC¹⁵, Ideb¹⁶, PISA¹⁷, e outros).
Orientações para Construção do Plano da Gestão Escolar 2021-2025.	Instrumento que auxilia o planejamento da escola para o alcance dos resultados/metas alinhados ao planejamento estratégico da SME.	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a frequência dos estudantes em todos os níveis escolares, com meta diária de 95%; - Verificar a eficiência das ações de acompanhamento à Busca Ativa.
Rotinas de Trabalho das Equipes Gestoras das Unidades de Ensino de Fortaleza 2023.	Orientações sobre a rotina de trabalho do grupo gestor das unidades escolares de Fortaleza.	<ul style="list-style-type: none"> - Diretores, coordenadores e secretários escolares devem acompanhar a frequência e a busca ativa dos estudantes.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos documentos da SME.

Além do papel estabelecido nas competências do grupo gestor, observou-se que as escolas da rede pública de Fortaleza contam com a parceria do superintendente escolar, que fomenta, fortalece e acompanha os processos escolares (matrícula, avaliação da aprendizagem e outros); indicadores (frequência, busca ativa dos estudantes, desempenho escolar, avaliação externa, dentre outros) e instrumentos de gestão (plano de metas e ações da escola, regimento escolar, projeto político-pedagógico, calendário escolar e outros).

Em relação ao trabalho específico do superintendente com relação à frequência e à

¹⁵SPAEC é uma avaliação externa em larga escala, promovida pela Secretaria da Educação do Ceará, que tem como objetivo medir o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio em Língua Portuguesa e Matemática, contribuindo para o aprimoramento da qualidade da educação pública no estado.

¹⁶Ideb é um indicador que avalia a qualidade da educação básica no Brasil, combinando o desempenho dos estudantes nas avaliações do Saeb com as taxas de aprovação registradas no Censo Escolar, abrangendo tanto o ensino fundamental quanto o médio, nas redes pública e privada.

¹⁷PISA é uma avaliação internacional promovida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico que analisa o desempenho de estudantes de 15 anos em matemática, leitura e ciências, com o objetivo de verificar em que medida as escolas estão preparando os jovens para os desafios da vida adulta e do mundo do trabalho.

busca ativa escolar, o documento “Caminhos para a Superintendência Escolar” destaca:

Quadro 3 - Quadro resumo das atribuições dos Superintendentes referentes à frequência e à Busca Ativa Escolar

ATRIBUIÇÕES DOS SUPERINTENDENTES
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudos sobre as unidades escolares; - Refletir sobre os dados de frequência e a busca ativa escolar dos estudantes com os gestores buscando estratégias de melhoria, garantindo o engajamento e a presença regular dos estudantes; - Planejar e realizar visitas às unidades escolares, monitorando e acompanhando a frequência e a busca ativa escolar; - Acompanhar a inserção da frequência dos alunos no sistema e a realização das ações da Busca Ativa; - Acompanhar as informações da Busca Ativa para otimizar a tomada de decisões e consolidar a frequência de todos os estudantes na escola; - Garantir que o percentual de estudantes frequentando esteja alinhado com a meta da Rede de Ensino; - Verificar a atualização das informações do farol da frequência nas unidades escolares.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no documento “Caminhos para a Superintendência Escolar”.

A rede de ensino de Fortaleza apresenta um modelo estruturado de acompanhamento, fortalecimento e enfrentamento aos desafios encontrados diariamente nas unidades escolares, nos quais gestores e superintendentes escolares refletem conjuntamente sobre os dados de frequência e de busca ativa dos estudantes. A partir dessa análise, são elaboradas estratégias para garantir o engajamento e a permanência regular dos alunos. Os superintendentes realizam visitas sistemáticas às escolas, monitorando e apoиando a implementação das ações de busca ativa, além de acompanhar a inserção e atualização das informações no sistema. Essa atuação contribui para decisões mais assertivas, promovendo o fortalecimento da cultura de presença e o enfrentamento das desigualdades educacionais no cotidiano escolar.

Lück (2009) destaca, ainda, que os estudantes devem ser envolvidos em um ambiente pedagógico que os estimule e os motive para que tenham sucesso na sua formação social, pessoal e acadêmica. A escola deve ter como foco principal o aluno e pensar ações e estratégias que colaborem com o aprendizado de todos.

A seguir, apresenta-se a operacionalização da busca ativa escolar, desde a inclusão da falta no sistema até a visita domiciliar.

3.7 Operacionalização da Busca Ativa Escolar

A partir da Lei Complementar nº 169, de 12 de setembro de 2014, que dispõe sobre a Gestão Democrática e Participativa da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, a

frequência escolar passou a ser monitorada e acompanhada pelo superintendente escolar nas unidades escolares, como informa a Seção III, art. 57 da Superintendência Escolar:

Art. 57 – São atribuições do cargo de Superintendente Escolar: I. Acompanhar e monitorar os indicadores: frequência de alunos, professores e funcionários; movimento, rendimento e fluxo escolar; desempenho acadêmico em avaliações externas e internas; ambiente educativo e espaço físico das escolas de sua abrangência; II. Acompanhar e monitorar os processos escolares: matrícula e lotação; planejamento pedagógico; prática pedagógica e avaliação da aprendizagem das escolas de sua abrangência; III. Acompanhar e monitorar os instrumentos de gestão: Calendário Escolar; Regimento Interno; Plano de Ação; Projeto Político Pedagógico e Plano de Desenvolvimento da Escola das unidades de ensino de sua abrangência; IV. Realizar visitas periódicas às escolas que acompanha; V. Elaborar relatórios das visitas realizadas às escolas; VI. Planejar e promover encontros sistemáticos com os diretores escolares das unidades de ensino que acompanha para realizar estudos sobre os indicadores de desempenho e rendimento dos alunos; VII. Organizar a pauta de reuniões dos diretores escolares com o Distrito de Educação; VIII. Realizar audiência individual com os diretores escolares das escolas que acompanha, caso necessário; IX. Monitorar a alimentação do Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) pelas escolas de sua responsabilidade; X. Consolidar dados e indicadores das escolas de sua abrangência; XI. Realizar contato com os diretores escolares para solicitar e/ou passar informações/orientações do Distrito Educacional/SME; XII. Despachar processos referentes às unidades de ensino que acompanha; XIII. Realizar estudos sobre os programas e políticas implementadas pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (Fortaleza, 2014).

Os superintendentes escolares iniciaram o trabalho na Rede Pública de Ensino de Fortaleza com a função de realizar visitas mensais às escolas de sua responsabilidade para apoiar os gestores escolares, gerando reflexão e ação para os processos, indicadores e instrumentos de gestão, acompanhando a frequência e a matrícula escolar, o fluxo escolar, as avaliações internas e externas, entre outras atribuições. Nesse período, a inserção da frequência observava os prazos mensais estipulados pela superintendência e também era observada nas visitas in loco às unidades escolares.

Anos depois, especificamente em 2017, a SME disponibilizou uma seção de acompanhamento diário das faltas dos estudantes por meio do SGE (Sistema de Gestão Educacional); a inserção da infrequência passou a ser diária, possibilitando, assim, o acompanhamento constante da ausência e permanência dos educandos de toda a rede de ensino.

No ano de 2018, é instituída a busca ativa por meio da Portaria nº 0603/2018-SME, que estabelece as normas do Sistema de Busca Ativa para a Rede Municipal de Educação de Fortaleza. Dentre os destaques, incluem-se: implantação de sistema informatizado para inserção da frequência e dos passos da busca ativa, parcerias com instituições, acompanhamento diário da busca ativa pelo sistema e implantação de comitê de aprendizagem para monitorar e avaliar os casos de busca ativa, buscando soluções.

Durante o ano de 2019, o Decreto nº 14.405, de 22 de abril, aprova o regulamento

da Secretaria Municipal da Educação, por meio do qual a política de Busca Ativa Escolar passa a ser acompanhada de forma contínua pelas seguintes esferas educacionais:

Quadro 4 – Esferas educacionais de acompanhamento a política de Busca Ativa Escolar

ESFERA	COMPETÊNCIA	ATRIBUIÇÃO
Seção III - Da Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar	Art. 29º - Célula de Superintendência Escolar	XI - coordenar o processo de Busca Ativa dos alunos matriculados na rede municipal de ensino
Seção IV - Da Coordenadoria dos Distritos de Educação	Art. 37º - Compete às Células de Acompanhamento e Superintendência Escolar (CEGEST-I, II, III, IV, V e VI)	IV - monitorar, acompanhar e consolidar os dados da Busca Ativa dos alunos matriculados na rede municipal de ensino
Seção III - Da Coordenadoria de Planejamento	Art. 46 - Compete à Coordenadoria de Planejamento (COPLAN)	XIX - manter o Sistema de Busca Ativa diariamente atualizado, cumprindo as medidas estabelecidas no procedimento operacional padrão integrante do sistema
CAPÍTULO I - DOS CARGOS DE DIREÇÃO	Art. 73 - São atribuições básicas do Diretor Escolar	XIX - manter o Sistema de Busca Ativa diariamente atualizado, cumprindo as medidas estabelecidas no procedimento operacional padrão integrante do sistema

Fonte: Produzido pela autora.

Evidenciou-se que a Busca Ativa Escolar é compreendida como uma política pública, uma vez que agrega os principais elementos que caracterizam esse tipo de ação, como: objetivos públicos estabelecidos, regulamentação, monitoramento e acompanhamento realizados pela gestão municipal da educação, articulação intersetorial, garantia de direitos à educação e continuidade da política.

Assim, a política se inicia com a inserção da infrequência diária no sistema e segue com a realização dos passos da Busca Ativa para o resgate dos estudantes faltosos e evadidos, conforme sequência de imagens explicativas do SGE:

Figura 2 - Tela da inserção da infrequeência diária do SGE

The screenshot shows a grid for entering student absences. The columns represent dates from October 1st to October 31st. The rows list students numbered 1 through 10. A legend at the top right defines symbols: a green checkmark for presence, a red X for unexcused absence, and a red X with a underline for justified absence. A tooltip provides instructions: 'Após salvar as infrequeências só será permitida a alteração de Falta para Falta Justificada (vice-versa). Alterações serão permitidas para os registros até 30 dias após a data em que o registro foi salvo.' (After saving the absences, only the change from Unexcused Absence to Justified Absence will be permitted (vice-versa). Changes will be allowed for records up to 30 days after the date the record was saved.)

NÚMERO	ALUNO	RM	1	2	3	4	7	8	9	10	11	15	16	17	18	22	23	24	25	28	29	30	31
1			✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	X	✓
2			✓	✓	✓	✓	X	X	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
3			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
4			X	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	X	✓	X	✓	✓
5			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
7			✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
8			✓	✓	X	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
10			✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓

Fonte: SGE (2024).

As faltas dos estudantes do ensino infantil, anos iniciais, anos finais e EJA são inseridas diariamente no sistema. O "X" vermelho representa falta no dia, e o "X" laranja sublinhado indica a falta justificada no dia, que pode ter as seguintes justificativas, conforme imagem a seguir:

Figura 3 - Tela da inserção da infrequeência diária do SGE, opção de justificativa da falta selecionada

The screenshot shows a grid for entering student absences. The columns represent dates from October 1st to October 31st. The rows list students numbered 1 through 11. A justified absence dialog box is open for student 5, showing options: LUTO (bereavement), CASAMENTO (marriage), NASCIMENTO DE FILHO (newborn child), and ATRASO (late). A tooltip provides instructions: 'Após salvar as infrequeências só será permitida a alteração de Falta para Falta Justificada (vice-versa). Alterações serão permitidas para os registros até 30 dias após a data em que o registro foi salvo.' (After saving the absences, only the change from Unexcused Absence to Justified Absence will be permitted (vice-versa). Changes will be allowed for records up to 30 days after the date the record was saved.)

NÚMERO	ALUNO	RM	1	2
1			✓	✓
3			✓	✓
4			✓	✓
5			✓	✓
7			X	
8			✓	✓
9			✓	✓
10			✓	✓
11			✓	✓

Fonte: SGE (2024).

O aluno entra no sistema da Busca Ativa a partir do primeiro dia de falta e sai logo após retornar à escola, conforme a figura 4.

Figura 4 - Tela da Busca Ativa Escolar do SGE

Fonte: SGE - 2024.

Os ícones que estão no quadro representam o passo a passo da busca ativa a ser realizada pela escola, conforme explicação abaixo:

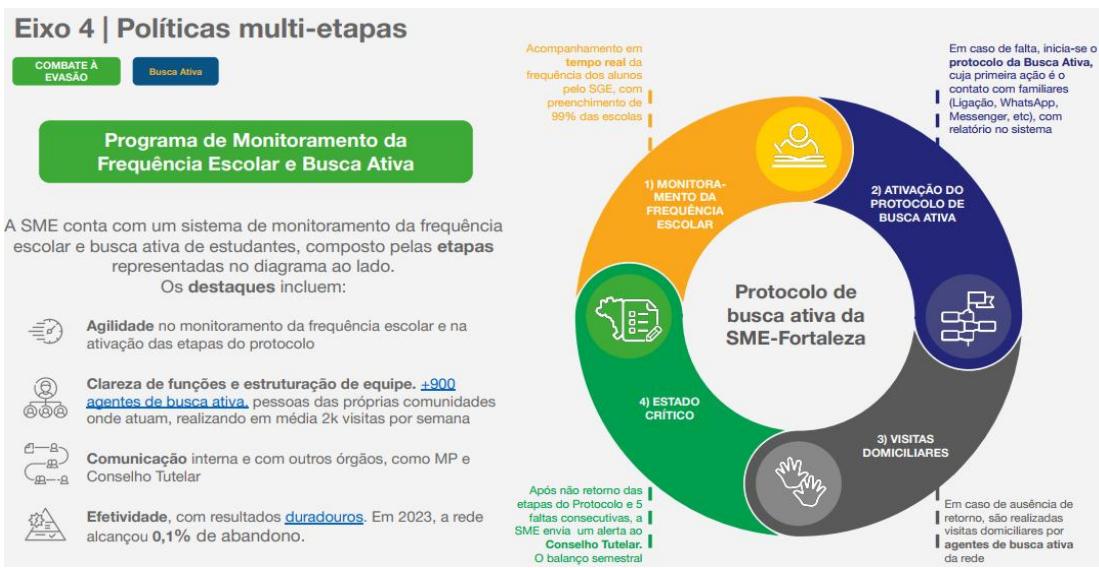
Quadro 5 - Quadro resumo dos ícones utilizados nos passos da busca ativa escolar

ÍCONE	DESCRIÇÃO
	A escola realiza telefonema a partir da primeira falta do estudante e faz o registro no sistema.
	No segundo dia deve ligar novamente e enviar comunicado à família por vizinhos, amigos, dentre outros, e fazer registro no sistema.
	Na continuidade das faltas, o agente da BAE deverá realizar visita domiciliar para saber o motivo das faltas e sensibilizar os responsáveis para o retorno do estudante.
	Após 5 (cinco) ou mais faltas consecutivas registradas no sistema e com todos os passos da busca ativa realizados sem sucesso e registrados, a situação do estudante deverá ser encaminhada ao conselho tutelar.

Fonte: Produzido pela autora com base no SGE.

Esse monitoramento das etapas da Busca Ativa e da frequência escolar está bem ilustrado no documento Mapeamento das Políticas Educacionais do Município de Fortaleza (2024), do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (CONSEC), como mostra a imagem abaixo. O relatório destaca que, em 2023, a rede municipal de Fortaleza reduziu a taxa de abandono escolar para 0,1%.

Figura 5 - Protocolo de busca ativa da SME – Fortaleza



Fonte: documento Mapeamento das Políticas Educacionais do Município de Fortaleza (CONSEC, 2024).

As crianças e adolescentes não localizados, mesmo com todo o protocolo da BAE realizado, são inseridos na plataforma da UNICEF para que as instituições parceiras possam ajudar a encontrar esses alunos por meio de informações em seus cadastros e sistemas, conforme já destacado anteriormente no ponto um da pesquisa (Direito à Educação).

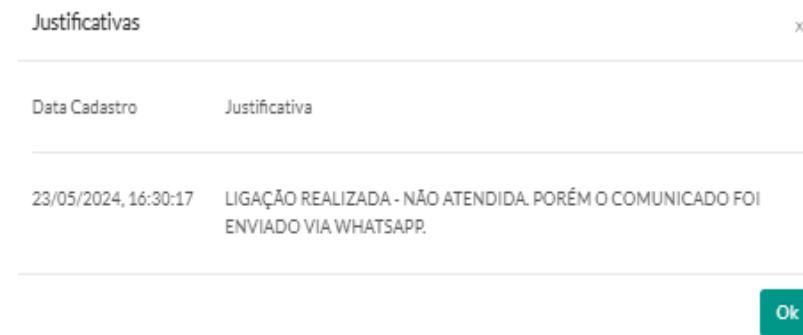
O histórico de faltas do estudante fica salvo no sistema com a devida justificativa, conforme imagem abaixo:

Figura 6 - Tela do SGE, histórico Busca Ativa

Histórico Busca Ativa	
Aluno:	
Histórico	Histórico
Unidade DIST - ESCOLA MUNICIPAL	Unidade DIST - ESCOLA MUNICIPAL
Turma 7º ANO A TARDE	Turma 7º ANO A TARDE
Data Início 17/06/2024	Data Fim 17/06/2024
Faltas Consecutivas 1	Data Início 23/05/2024
Contatos Realizados	Data Fim 24/05/2024
Histórico	Histórico
Unidade DIST - ESCOLA MUNICIPAL	Unidade DIST - ESCOLA MUNICIPAL
Turma 7º ANO A TARDE	Turma 7º ANO A TARDE
Data Início 23/04/2024	Data Fim 23/04/2024
Faltas Consecutivas 1	Faltas Consecutivas 1
Contatos Realizados	Contatos Realizados

Fonte: SGE (2024).

Figura 7 - Tela do SGE, histórico da inserção do passo da Busca Ativa



Fonte: SGE (2024).

O sistema permite à escola realizar estudos e ações de suas turmas sobre a Busca Ativa de forma rápida e eficiente, como mostra a figura abaixo:

Figura 8 - Tela do SGE, acompanhamento da Busca Ativa

PERÍODO LETIVO		DIST	ESCOLA	TURMA	
Ano	Turno	Selecionar	Filtrar Busca Ativa	Consultar	Selecionar
2024	SER	DIST	ESCOLA MUNICIPAL		
Selecionar	Selecionar				
Turma	Qtd Alunos	Qtd Alunos Busca Ativa	Qtd Sem Comunicação	Qtd Telefonomas	Qtd Comunicados
2º ANO - A - TARDE	23	1	0	0	1
2º ANO - B - TARDE	24	1	0	0	0
3º ANO - A - TARDE	28	2	0	2	0
4º ANO - A - TARDE	29	1	0	0	1
4º ANO - B - TARDE	30	1	0	1	0
5º ANO - A - TARDE	32	2	0	0	0
Total	306	18	0	5	9

Fonte: SGE (2024).

Além disso, possibilita o acompanhamento da Busca Ativa após o envio de ofício ao Conselho Tutelar (CT), de acordo com os termos do artigo 56, II, da Lei nº 8.069/90 (ECA), informando que o aluno está infrequente e, portanto, inserido na Busca Ativa, solicitando ao CT as providências necessárias para o retorno do estudante à unidade escolar.

Figura 9 - Tela do SGE, acompanhamento após notificação ao Conselho Tutelar

The screenshot shows a web-based application titled 'SGE' (Secretaria de Estado da Educação). The top navigation bar includes links for 'Escola', 'Planejamento', 'Documentos', and 'Relatórios'. On the right, there are icons for notifications, user profile, and download. The main header says 'Acompanhamento / Busca Ativa / Pós Conselho Tutelar'. Below this, a section titled 'ALUNOS' displays a table of student attendance data. The table has columns: Distrito, Escola, Aluno, RM, Idade, Mês, Série, Status matrícula, and Situação atual. The data shows four students from 'DIST' at 'ESCOLA MUNICIPAL'. The first student is 7 years old, in 2º ANO, with 'DESENTE MATRÍCULA' status and 'NÃO RETORNOU' situation. The second student is 11 years old, in 5º ANO, with 'DESENTE MATRÍCULA' status and 'RETORNOU' situation. The third student is 16 years old, in 9º ANO, with 'DESENTE MATRÍCULA' status and 'NÃO RETORNOU' situation. The fourth student is 6 years old, in 1º ANO, with 'DESENTE MATRÍCULA' status and 'RETORNOU' situation.

Distrito	Escola	Aluno	RM	Idade	Mês	Série	Status matrícula	Situação atual
DIST	ESCOLA MUNICIPAL			7		2º ANO	DESENTE MATRÍCULA	NÃO RETORNOU
DIST	ESCOLA MUNICIPAL			11		5º ANO	DESENTE MATRÍCULA	RETORNOU
DIST	ESCOLA MUNICIPAL			16		9º ANO	DESENTE MATRÍCULA	NÃO RETORNOU
DIST	ESCOLA MUNICIPAL			6		1º ANO	DESENTE MATRÍCULA	RETORNOU

Fonte: SGE (2024).

Observou-se que o sistema facilita o monitoramento e a gestão eficiente da política da Busca Ativa Escolar, permitindo o acompanhamento sistemático da frequência, a identificação rápida dos alunos faltosos e a viabilização de intervenções em tempo real. Portanto, não se comprehende mais o monitoramento da frequência sem a política de Busca Ativa Escolar. As escolas da pesquisa têm a cultura de identificação dos alunos faltosos, inserção no sistema e realização dos passos da Busca Ativa.

No item a seguir, tem-se o percurso metodológico e avaliativo da pesquisa, com as contribuições de diversos autores.

4 PERCURSO METODOLÓGICO E AVALIATIVO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, que se caracteriza como um estudo amplo do objeto de pesquisa, contemplando o contexto em que está situado e as características daquele determinado tempo, local e cultura (Minayo, 2010). Assim, busca-se, também, mapear os estudos já realizados sobre a temática, adquirir novos dados e dar abertura aos resultados, podendo fornecer, os mesmos, novas informações para as possíveis lacunas. De acordo com Knechtel (2014), a pesquisa qualitativa é uma abordagem essencial para estudar e entender fenômenos sociais sem compartmentalizar a realidade, bem como fornecer novas percepções importantes sobre os significados e as experiências das pessoas em seus próprios ambientes naturais.

Gussi e Breyner (2016), trazem um panorama diferente para a avaliação de políticas públicas, considerando conjunturas culturais, sociais e representativas, saindo do modelo tradicional de escolhas quantitativas e técnicas que desprezam a representação social e cultural. Empregam uma abordagem crítica, contextualizada e inclusiva, compreendendo as impressões significativas e práticas concedidas pelas pessoas que estão envolvidas com a política instituída.

Lejano (2012), considera importante ouvir os participantes da política. Interpretar e narrar as experiências e histórias da comunidade envolvida é de fundamental importância e valorização. Rodrigues (2008), por sua vez, destaca a importância de se avaliar a realidade social, cultural e econômica da comunidade afetada pela política. Uma avaliação em profundidade, com uma abordagem qualitativa, utilizando a observação participante, estudos de caso e entrevistas, pesquisando, *in loco*, os resultados da política pública. Busca-se um estudo extenso, verificando o comportamento da política a longo prazo, detectando os progressos e pontos de atenção, promovendo uma análise mais assertiva e contribuições sustentáveis e mais justas para a política.

Guba e Lincoln (2011), da mesma forma, rompem com as formas tradicionais de avaliação de políticas públicas, que utilizam abordagens positivistas e quantitativas. Nesse novo modelo, o processo torna-se participativo e construtivista, as vozes dos diversos atores envolvidos passam a ser consideradas, o diálogo revela os impactos da política, transformando a avaliação em um propulsor de equidade, justiça e transformação social.

A seguir, apresenta-se o percurso da pesquisa, dados coletados e análise dos achados.

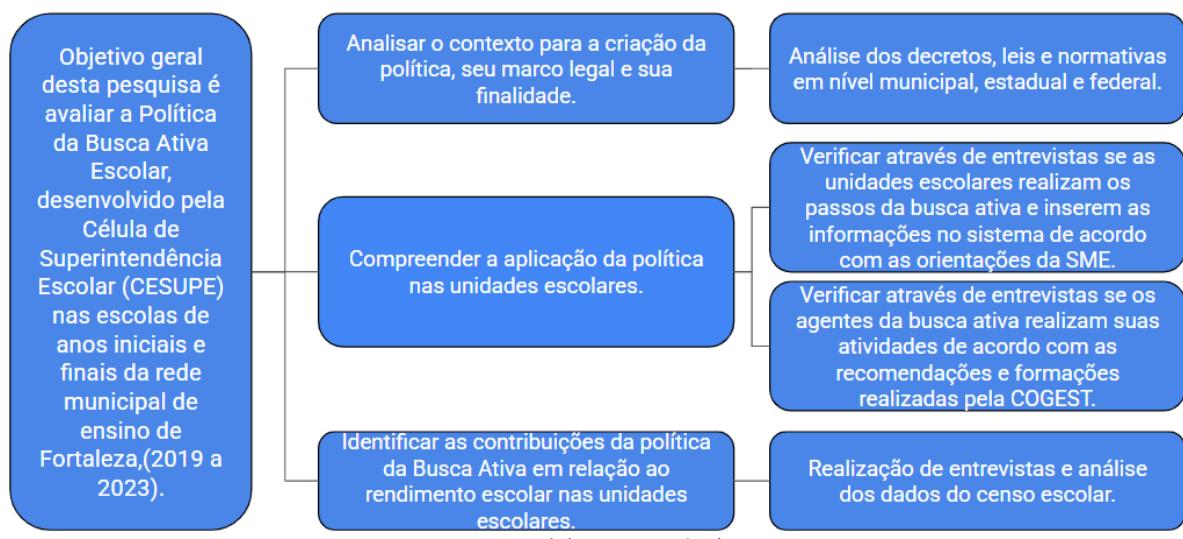
4.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa foi conduzida, inicialmente, pela busca de produção científica relativa ao projeto e, posteriormente, pela revisão bibliográfica de trabalhos (dissertações e teses) desenvolvidos sobre “Busca Ativa Escolar”, visando reunir e discutir alguns estudos, pelo levantamento do marco referencial da política em questão, no que se refere à base legal e aos documentos institucionais, assim como entrevistas semiestruturadas, que envolveram os atores responsáveis pelo acompanhamento da Busca Ativa em Escolas de Tempo Parcial (ETPs) do município e os pais/responsáveis dos estudantes.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, voltada à compreensão aprofundada de uma política pública em sua aplicação concreta. O estudo busca analisar como as diretrizes oficiais são efetivamente implementadas no cotidiano das escolas, identificando possíveis distanciamentos entre o que é proposto e o que é praticado. A partir dos achados, será elaborado um relatório técnico-diagnóstico com sugestões de aprimoramento, considerando não apenas a eficácia da política em reduzir os índices de infrequência, mas também sua efetividade, ou seja, sua capacidade de promover impactos reais e positivos na aprendizagem dos estudantes.

De acordo com o objetivo geral e os específicos, indica-se, abaixo, a figura com a visão metodológica.

Figura 10 - Descrição dos objetivos da pesquisa e metodologia proposta na avaliação



A partir do gráfico acima, é possível compreender os objetivos do estudo e relacioná-los aos dados coletados, analisando-os de forma esclarecedora.

4.2 Amostra e instrumentos de coleta de dados

O público-alvo são os gestores, os agentes da Busca Ativa Escolar nas unidades escolares e os beneficiados pela política em análise. Essas escolas estão localizadas em regiões de maior vulnerabilidade social de Fortaleza, ou seja, nos bairros de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, os sujeitos de interesse da investigação são compostos por três grupos, totalizando nove interlocutores, a saber: três gestores das unidades escolares; três técnicos responsáveis pela sua aplicação e acompanhamento; e três beneficiados (pais/responsáveis).

Para a realização do estudo, foi necessário construir os instrumentos de coleta de dados (Apêndices A, B e C) e, posteriormente, contactar a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, a fim de obter a autorização para a realização da pesquisa nas escolas, para as entrevistas narrativas e observação do contexto escolar.

Segundo os dados do IBGE (2010), os cinco piores desempenhos apresentados pelos bairros de Fortaleza no IDH são:

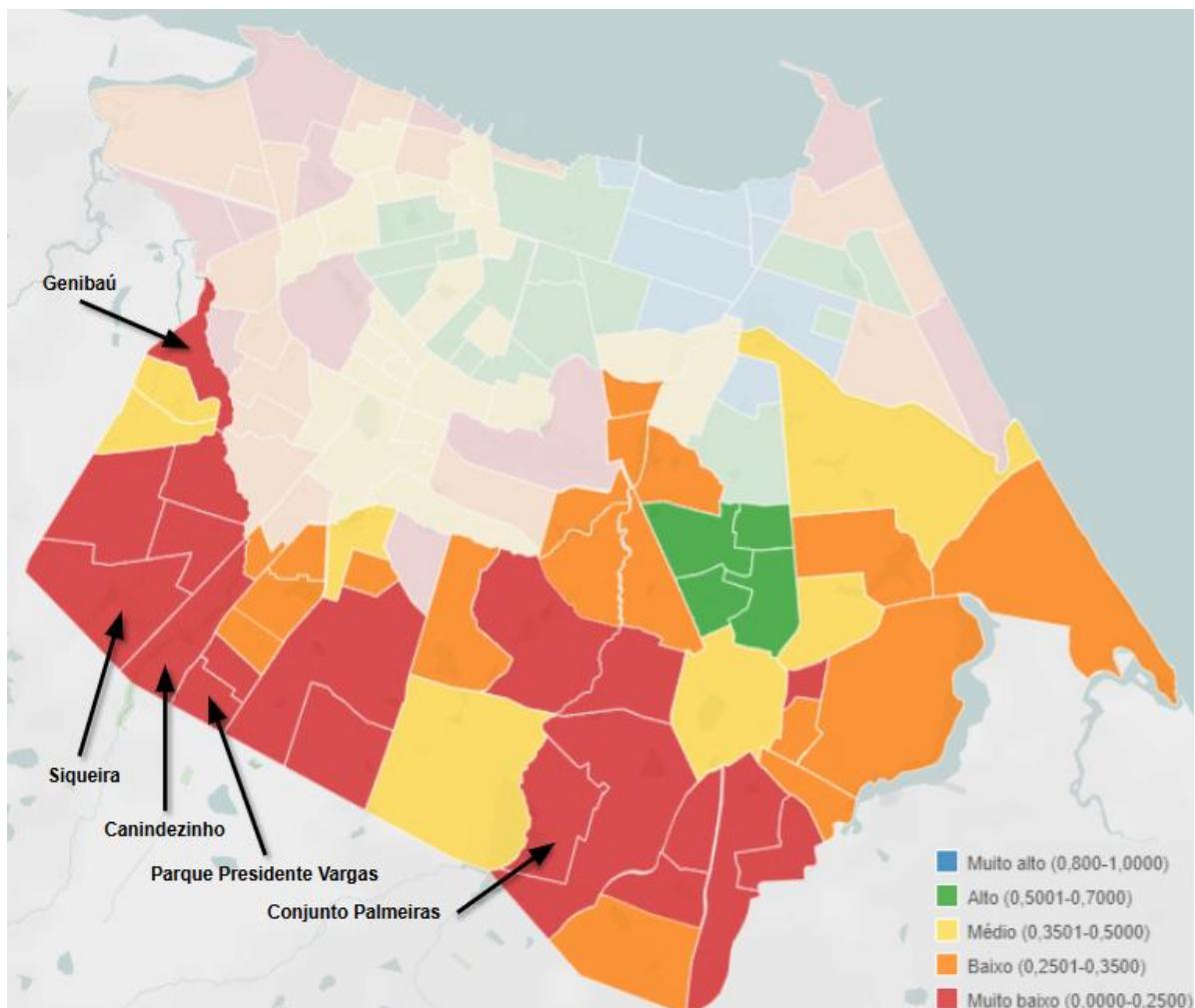
Quadro 6 - Lista dos 5 bairros de Fortaleza com os piores IDH

POSIÇÃO	BAIRRO	IDH
1º	Conjunto Palmeiras	0,1067
2º	Parque Presidente Vargas	0,1352
3º	Canindezinho	0,1363
4º	Genibáu	0,1386
5º	Siqueira	0,1487

Fonte: IBGE (2010).

É possível visualizar, no mapa de Fortaleza abaixo, os cinco bairros com os piores IDH, enquanto a situação dos demais bairros está detalhada no anexo A.

Figura 11 - Mapa com o IDH por bairro de Fortaleza



Fonte: Elaboração da própria, com base em dados da SDE (2015).

Segundo Demo (2013), o estudo de caso é uma abordagem de pesquisa que consiste na análise minuciosa e detalhada de um único caso ou de um pequeno número de casos dentro de seu contexto real. Essa metodologia é empregada para compreender e explicar fenômenos complexos, investigar contextos específicos e obter conhecimentos aprofundados sobre as particularidades do objeto de estudo.

Um dos instrumentos desta pesquisa é a entrevista narrativa, que se caracteriza como uma ferramenta metodológica não estruturada, a qual investiga, em profundidade, aspectos específicos do objeto de estudo, a partir dos quais emergem histórias de vida, que enlaçam fatores individuais ao contexto social. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social no qual está inserido (Muylaert *et al.*, 2014).

A seguir, temos a discussão dos dados educacionais de Fortaleza para melhor

compreensão do estudo.

4.3 Dados educacionais de Fortaleza (2019 - 2023)

De 2013 a 2018, muito se investiu no acompanhamento da frequência dos estudantes, a política da Busca Ativa Escolar passou a se concretizar a partir de 2018, com o sistema da BAE; portanto, focou-se nesse intervalo específico de 2019 a 2023, para compreender e revelar os resultados dessa política nas escolas públicas de Fortaleza. Nesse mesmo período, nos Anos Iniciais, observou-se um aumento no número de matrículas; o mesmo ocorreu nos Anos Finais, com exceção do período de 2022 para 2023, quando houve uma redução na matrícula escolar.

Importante ressaltar que todos os quadros exibidos a seguir, tiveram os dados impactados pela pandemia de Covid-19, que afetou a rotina escolar da rede pública de ensino de Fortaleza a partir de março de 2020, quando as aulas passaram a ocorrer de forma remota, retornando presencialmente, ainda de forma paulatina e intercalada, em setembro de 2021, com 100% dos alunos na modalidade presencial em 2022.

Tabela 3 - Número de matrículas nos Anos Iniciais e Finais no período de 2019 a 2023

Matrículas por Etapa		
Ano	Anos Iniciais	Anos Finais
2019	88152	70848
2020	89291	76771
2021	93364	82809
2022	93744	82377
2023	94085	80636

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

As taxas de rendimento, de 2019 a 2023, nos Anos Iniciais, apresentaram crescimento na aprovação, diminuição na reprovação e abandono zero em 2023. Importante salientar que houve orientação específica do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza (CME) no período da pandemia de COVID-19, com a Resolução nº 022/2020, que dispõe sobre a organização do calendário letivo de 2020 para o Sistema Municipal de Ensino de Fortaleza, com as seguintes orientações:

I – Reorganização do planejamento pedagógico a fim de que os objetivos do currículo do 1º ao 9º Anos sejam alcançados, incluindo no sistema de avaliação o conteúdo

trabalhado durante o regime de aulas não presenciais.

II - Uso das atividades domiciliares como complementares, e não substitutivas, aos dias letivos, registradas como horas aulas, prevendo estratégias de monitoramento para verificar sua eficácia e efetividade;

III – O município deverá dar suporte tecnológico, metodológico e de formação dos professores.

IV - Para os estudantes dos anos iniciais, poderão ser realizadas vídeo aulas e outras atividades remotas dos componentes curriculares de língua portuguesa e de Matemática e para os estudantes dos anos finais, vídeo aulas e outras atividades remotas de todos os componentes curriculares.

V - Todas as atividades realizadas durante o período de aulas ou atividades dirigidas, não presenciais, deverão ser documentadas para comprovação dos estudos efetivamente realizados aos órgãos do sistema.

VI - Cada Unidade Escolar e professor planejará a quantidade de atividades referentes ao período não presencial de acordo com a carga horária de cada componente curricular.

VII – A avaliação da aprendizagem poderá ser realizada através de atividades escritas ou on-line conforme os conteúdos trabalhados durante o regime especial de aulas não presenciais.

VIII – A participação dos estudantes poderá ser registrada nos Diários de Classe, físicos ou online, por meio de relatórios, Diário de Estudo e devolução das atividades propostas.

IX - Usar os meios de comunicação disponíveis para divulgar as ações que a Escola utilizará no período de aulas não presenciais, tais como: vídeoaulas, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais, ou não, que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

Tabela 4 - Taxas de Rendimento Escolar nos Anos Iniciais no período de 2019 a 2023

Taxas de Rendimento - Anos Iniciais (2019 - 2023)			
Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
2019	99,10%	0,70%	0,10%
2020	100%	0%	0%
2021	99,90%	0%	0,10%
2022	99,70%	0,10%	0,20%
2023	99,90%	0,10%	0,00%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

As taxas de rendimento de 2019 a 2023, nos Anos Finais, apresentaram crescimento na aprovação, diminuição na reprovação e abandono escolar.

Tabela 5 - Taxas de Rendimento Escolar nos Anos Finais no período de 2019 a 2023

Taxas de Rendimento - Anos Finais (2019 - 2023)			
Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
2019	96,90%	2,50%	0,60%
2020	99,90%	0%	0,10%
2021	99,80%	0,20%	0%

2022	98,50%	0,80%	0,70%
2023	99,00%	0,70%	0,30%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Logo abaixo, apresenta-se uma série histórica, de 2012 a 2023, no Ensino Fundamental, que revela o crescimento da aprovação geral e a diminuição nas taxas de reprovação e abandono. Nesse panorama apresentado, a educação de Fortaleza passou de 85,7% para 99,5% na aprovação; na reprovação, reduziu de 10,5% para 0,4%; e o abandono escolar caiu para 0,1%.

Gráfico 1 - Taxas de Rendimento Escolar (2012 a 2023)



Fonte: Elaboração SME, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

No quadro a seguir, comparando 2019 a 2023, todas as séries diminuíram a taxa de distorção idade-série em Fortaleza, porém é importante destacar que ainda existem alunos em defasagem idade-série em 2023, um olhar singular para o acompanhamento da frequência escolar e para a recomposição das aprendizagens desse estudante é urgente.

Tabela 6 - Indicadores de distorção idade-série no Ensino Fundamental de Fortaleza no período de 2019 a 2023

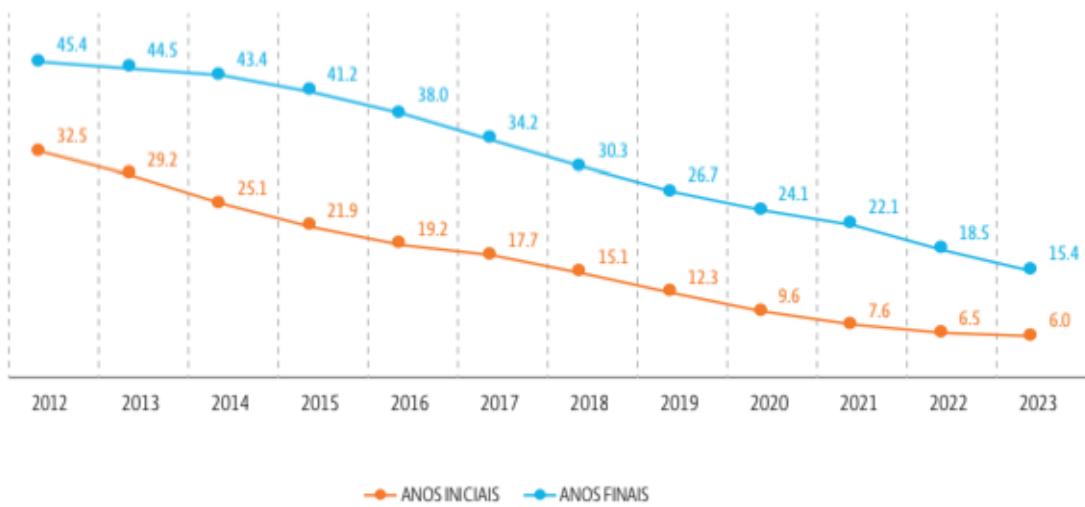
Indicador de distorção idade-série em Fortaleza					
Série/Ano	2019	2020	2021	2022	2023
1º	3,1%	2,3%	2,9%	3,1%	2,1%
2º	4,8%	4,1%	4,2%	5%	4,3%
3º	11,5%	7,8%	6,5%	6,3%	6,7%
4º	18,2%	13,5%	9,4%	8,1%	7,7%
5º	20,4%	18,0%	14,2%	10%	9,2%
6º	26,9%	22,4%	18,1%	14,8%	11,5%

7º	27,7%	26,1%	22,2%	17,9%	15,7%
8º	27,1%	24,6%	24,9%	19,9%	17,5%
9º	24,5%	23%	23,2%	21,3%	17,1%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Abaixo, apresenta-se uma série histórica, de 2012 a 2023, do Ensino Fundamental, em gráfico, que revela uma queda expressiva na distorção idade-série dos Anos Iniciais e Finais. Nesse panorama apresentado, a educação de Fortaleza passou de 32,5% para 6,0% nos Anos Iniciais e de 45,4% para 15,4% nos Anos Finais.

Gráfico 2 - Distorção Idade-Série nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental (2012 a 2023)



Fonte: Elaboração SME, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

No quadro a seguir, comparando os anos de 2019 a 2023, observou-se a continuidade do padrão desejável nos 2º anos; os 5º anos apresentaram desempenho adequado em língua portuguesa e intermediário em Matemática; os 9º anos, desempenho intermediário em língua portuguesa e crítico em Matemática. Percebeu-se um aumento na proficiência em todas as séries, comparando 2023 a 2022. Importante destacar que os resultados de 2019 foram obtidos antes da pandemia de Covid-19 e que não houve SPAECE nos anos de 2020 e 2021.

A Matemática continua sendo um grande desafio para os estudantes da rede municipal de ensino de Fortaleza, principalmente no 9º ano do Ensino Fundamental, apresentando padrão de desempenho crítico ano após ano.

Tabela 7 - Resultados de Desempenho e Participação em Fortaleza no SPAECE no período de 2019 a 2023

Resultados de Desempenho e Participação em Fortaleza no SPAECE			
Edição	Série	Proficiência Média	Indicação do Padrão de Desempenho
2019	2º Ano do Ensino Fundamental	202,0	Desejável
2022	2º Ano do Ensino Fundamental	164,3	Desejável
2023	2º Ano do Ensino Fundamental	195,7	Desejável
2019	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa	227,9	Adequado
2022	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa	222,4	Intermediário
2023	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa	226,3	Adequado
2019	5º Ano do Ensino Fundamental – Matemática	225,9	Intermediário
2022	5º Ano do Ensino Fundamental – Matemática	212,5	Intermediário
2023	5º Ano do Ensino Fundamental – Matemática	216,1	Intermediário
2019	9º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa	257,9	Intermediário
2022	9º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa	254,8	Intermediário
2023	9º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa	258,6	Intermediário
2019	9º Ano do Ensino Fundamental – Matemática	246,7	Crítico
2022	9º Ano do Ensino Fundamental – Matemática	241,3	Crítico
2023	9º Ano do Ensino Fundamental – Matemática	243,3	Crítico

Fonte: Elaborado pela autora, com base no dados do SPAECE.

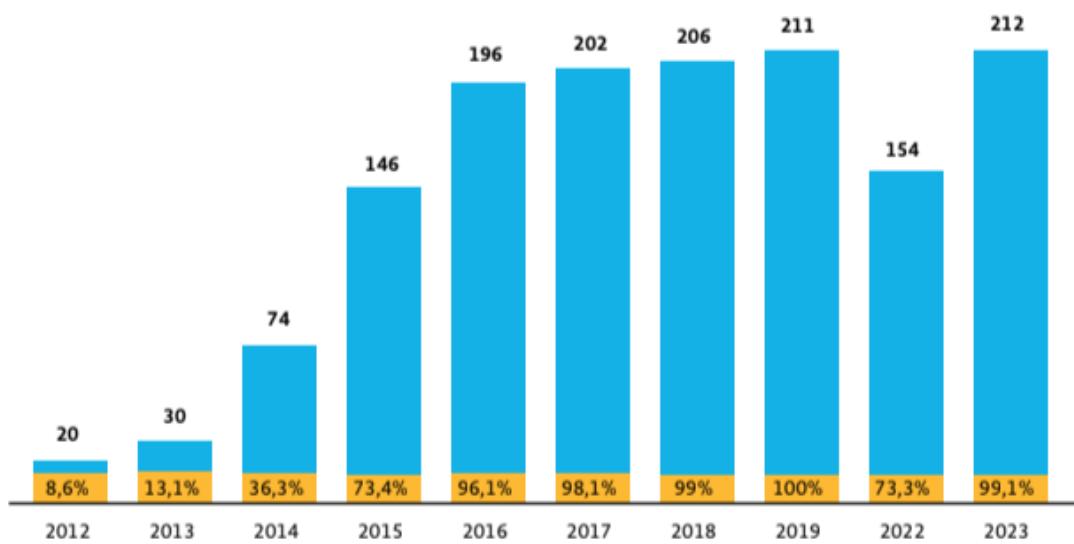
Observando a tabela que trata dos resultados de Matemática no SPAECE, é importante salientar que os indicadores apresentados, se confrontados com todo o esforço da busca ativa, não se configuram como um avanço considerável. Contudo, a partir de literaturas diversas, não se pode desconsiderar outros elementos, como escolas com metodologias mais atraentes, a insuficiência dos conhecimentos prévios dos alunos na matemática, infrequência e desmotivação dos estudantes, dentre outros. Outro elemento a se considerar está na formação inicial dos professores das áreas específicas, na qual a literatura acadêmica também apresenta um distanciamento entre a formação teórica e a realidade apresentada pelas salas de aula, essas considerações estão de acordo com os trabalhos de Silva (2020) e Brum (2025), embora os pesquisadores abordam contextos e séries diferentes (5º ano em Pacatuba/CE, Ceará, e 9º ano em uma escola do Rio de Janeiro/RJ), esses fatores transversais indicam desafios comuns na educação da matemática brasileira.

Ainda sobre o desempenho dos estudantes na matemática do ensino fundamental é importante que os professores utilizem na sua prática pedagógica, o Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor) como guia orientador para o domínio e a capacidade de utilizar conceitos e recursos matemáticos para investigar, elaborar hipóteses, compreender, atuar e argumentar no mundo com autonomia, criatividade e pensamento crítico, como afirma o documento, promovendo o ensino e a aprendizagem ao longo do Ensino Fundamental.

Logo abaixo, apresenta-se um panorama histórico, de 2012 a 2023, dos 2º anos do

Ensino Fundamental, que mostra o expressivo crescimento no número de escolas que atingiram o padrão desejável de aprendizagem no SPAECE-Alfa. Nessa série histórica apresentada, a educação de Fortaleza passou de 20 escolas em 2012, com padrão desejável, para 212 em 2023, revelando um crescimento de 99,1% de escolas com estudantes lendo e escrevendo na idade certa.

Gráfico 3 - Spaece-Alfa, número de escolas com padrão desejável de aprendizagem (2012 a 2023)



Fonte: Elaboração SME, com base nos dados da SEDUC.

Observou-se que as escolas realizam diversas ações para aumentar a frequência diária e, por conseguinte, elevar a participação no SPAECE, como: quadros de frequência, premiações para os alunos com 100% de frequência, passeios, grupos de WhatsApp com os responsáveis, reuniões com as famílias, dentre outros.

No quadro abaixo, observa-se que as metas projetadas para os anos de 2019 e 2021, no Ideb dos Anos Iniciais e Finais, foram alcançadas. Em 2023, houve crescimento na meta alcançada dos Anos Iniciais e, nos Anos Finais, a meta alcançada permaneceu a mesma de 2021. Importante destacar que, conforme nota explicativa do Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, até o momento, não foram pactuadas novas metas após o ciclo do Ideb de 2007 a 2021.

Tabela 8 - Metas para o Ideb nos anos 2019, 2021 e 2023

Metas para o Ideb - Prefeitura de Fortaleza				
Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Projetado	Alcançado	Projetado	Alcançado
2019	5,2	6,2	4,4	5,2
2021	5,5	5,8	4,7	5,2
2023		5,9		5,2

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

O sucesso nas avaliações externas depende de uma série de fatores. É importante dar continuidade ao acompanhamento da frequência e da busca ativa escolar, além das reuniões permanentes com os responsáveis, recomposição das aprendizagens, aulas interativas, formação continuada para os professores e canais de comunicação acessíveis para toda a comunidade escolar.

4.4 Os dados das entrevistas

As entrevistas foram conduzidas por perguntas que abordaram aspectos individuais e sociais, a saber: as percepções dos atores que atuam diretamente na política e a compreensão que os gestores têm da importância da frequência para o sucesso escolar. As entrevistas aplicadas foram gravadas e transcritas e submetidas ao software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ®)*. Trata-se de um software livre, que viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais (Camargo; Justo, 2021).

Na avaliação dos dados da pesquisa, foi utilizada a escala de *Likert*, que, de acordo com Singh (2006), consiste em uma série de afirmações sobre uma situação real ou hipotética, com base na percepção dos participantes, que são levados a indicar seu nível de concordância ou discordância (em vários graus) em relação a uma declaração proposta em uma escala métrica. Nesta escala, as declarações se combinam, revelando a dimensão específica da atitude em relação à questão, estando, portanto, interligadas. Segundo Júnior *et al.* (2024), a escala *Likert* é apresentada como imprescindível na catalogação dos dados qualitativos.

A abordagem de avaliação em profundidade, escolhida para avaliar essa política, baseia-se em quatro eixos analíticos: análise do conteúdo da política; análise do contexto da

formulação da política; trajetória institucional; e espectro temporal e territorial (Rodrigues, 2016).

De acordo com Rodrigues (2008), deve-se, primeiramente, atentar para o material institucional, os textos das políticas e os demais documentos oficiais referentes à situação em estudo. A avaliação das políticas públicas vigentes é necessária e importante, não podendo estar engessada aos resultados que devem ser alcançados.

No quadro descritivo, localiza-se, na coluna do lado esquerdo, as dimensões elencadas pela proposta da Avaliação em Profundidade (AP) e, na coluna do lado direito, encontram-se expressas as etapas correspondentes a cada dimensão da AP, que foram desenvolvidas ao longo da realização da pesquisa, conforme se observa a seguir:

Quadro 7 – Proposta da avaliação em profundidade e a pesquisa em ação

PROPOSTA DA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA
Análise de contexto da formulação da política	Pesquisas em sites oficiais, leituras de artigos, notícias de jornais, dentre outros meios que sinalizaram relação e vivência no contexto de criação e implantação da política.
Análise de conteúdo da política	Levantamento do marco referencial da política observando-se leis, decretos, portarias, documentos institucionais, regulamentações e trâmites de modificações e atualizações legais do âmbito da política.
Trajetória institucional da política da Busca Ativa Escolar	Compreender como os gestores e os agentes da busca ativa escolar analisam a forma como a política funciona. Acompanhamento às diferentes fases da política pública na implementação junto aos atores envolvidos.
Espectro temporal e territorial abarcado pela política da Busca Ativa Escolar	Sistematização dos dados coletados para atingir um maior nível de abstração e síntese.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Oliveira (2023).

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo é a transformação de dados brutos em dados tratados, buscando compreender os sentidos mais profundos presentes nos documentos e nas falas das pessoas, de forma fiel ao que foi comunicado.

Num segundo momento, foram coletadas informações nas três escolas elencadas para a pesquisa por meio de questionários aplicados aos agentes da busca ativa, enquanto para os diretores e pais/responsáveis foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), encontrado no Apêndice D, onde estão previstas as normas de autorização para a pesquisa.

Nas questões abertas das entrevistas, não se registraram os nomes dos diretores e pais/responsáveis. Foram feitas as seguintes correspondências:

Quadro 8 – Quadro de correspondências dos participantes das entrevistas

PARTICIPANTE	ABREVIACÃO
Diretor 1	D1
Diretor 2	D2
Diretor 3	D3
Pais/Responsáveis 1	R1
Pais/Responsáveis 2	R2
Pais/Responsáveis 3	R3
Pais/Responsáveis 4	R4
Pais/Responsáveis 5	R5
Pais/Responsáveis 6	R6

Fonte: Elaborado pela autora.

É relevante informar que as correspondências acima citadas e os pensamentos dos entrevistados não seguem uma ordem específica, sendo relacionadas às considerações de acordo com as questões elencadas, sem identificação dos participantes.

Destaca-se, também, que a pesquisa foi autorizada pela Secretaria Municipal da Educação (SME), mediante Termo de Autorização de Pesquisa (TAP).

4.5 Locus da pesquisa

O estudo foi realizado em três escolas públicas situadas no município de Fortaleza, uma das grandes metrópoles do país. Fortaleza possui 121 bairros, divididos em 12 regionais, de acordo com pesquisa realizada na plataforma Fortaleza em Bairros. A cidade apresenta uma área de 312,44 km², população de 2.428.708 habitantes (censo de 2022) e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754. Trata-se, portanto, de uma capital populosa, marcada por desafios como o crescimento da violência e a desigualdade social.

Observa-se que a Rede Municipal de Educação de Fortaleza cresceu significativamente em termos de equipamentos e matrículas ao longo dos anos, para atender à

demandas populacionais da capital, conforme ilustrado pelos gráficos do documento Memorial de Gestão da Rede Municipal de Educação de Fortaleza (2013-2024).

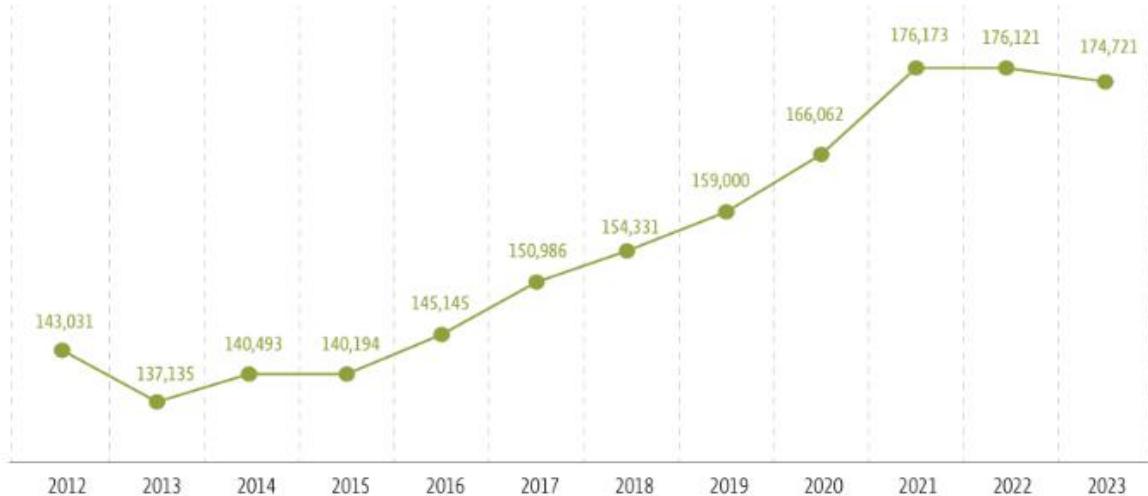
Tabela 9 - Evolução de equipamentos de ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza (2012 a 2024)

Ano	Escola tempo parcial	Escola tempo integral	Unidade anexa	Centro de atendimento educacional especializado	Total de equipamentos do ensino fundamental
2012	273	0	31	7	311
2013	280	0	14	7	301
2014	278	6	11	6	301
2015	272	13	9	8	302
2016	269	20	8	8	305
2017	269	21	10	8	308
2018	269	23	12	8	312
2019	276	25	10	8	319
2020	277	27	11	6	321
2021	277	27	9	7	320
2022	276	31	9	7	323
2023	273	36	9	7	325
2024	275	37	8	8	328

Fonte: SME.

Destaca-se, na tabela apresentada, o número de Escolas em Tempo Integral. Em 2012, não havia nenhuma unidade nessa modalidade e, ao final de 2024, o número chegou a 37. Outro dado relevante é o aumento de 5,47% no total de equipamentos do Ensino Fundamental. A seguir, apresenta-se o gráfico da evolução das matrículas nesse segmento.

Gráfico 4 - Evolução das matrículas do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza (2012 a 2023)

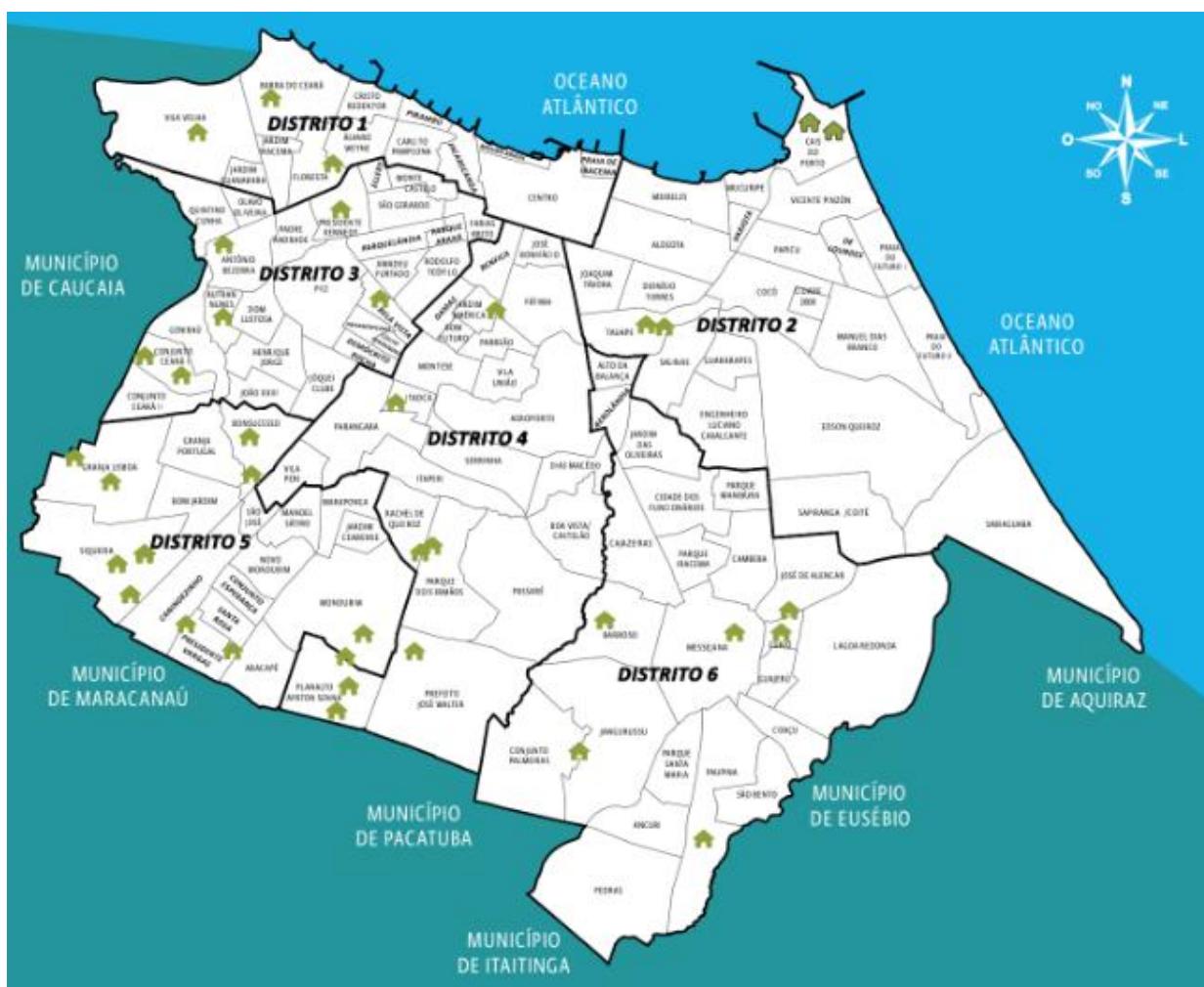


Fonte: Elaboração SME, com base nos dados INEP.

Apesar do aumento no número de equipamentos escolares, observou-se uma leve queda nas matrículas do Ensino Fundamental a partir de 2022, provavelmente em decorrência de prejuízos ainda impostos pela pandemia de Covid-19.

Abaixo, apresentam-se as Escolas em Tempo Integral (ETI), distribuídas pelos diferentes Distritos de Educação da cidade de Fortaleza.

Figura 12 - Distribuição das Escolas em Tempo Integral nos Distritos de Educação de Fortaleza (2025)



Fonte: Memorial de Gestão da Rede Municipal de Educação de Fortaleza. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1K_dvl_20SVY58ixOG_E38oP-Gyp6ZT8E/view. Acesso em: 15 mar. 2025.

O gráfico também foi utilizado para compreender a localização das Escolas de Tempo Parcial (ETP) selecionadas para a pesquisa, em seus respectivos distritos. Reforça-se que as unidades escolares foram escolhidas com base nos bairros de menor IDH. No mapa, é possível observar que o Distrito de Educação 3 (DE 3) está situado ao lado do município de Caucaia; o DE 5 faz divisa com Maracanaú; e o DE 6 faz fronteira com o município de Eusébio

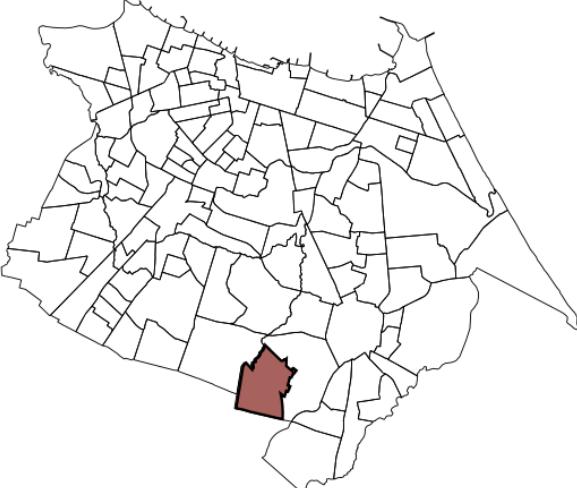
— regiões bastante distintas dentro da cidade de Fortaleza

Abaixo, apresenta-se a representação dos bairros, bem como um breve histórico, caracterizando o local de cada instituição municipal. Para preservar a identidade das escolas, utilizou-se a seguinte nomenclatura: Escola Municipal A (EM A), localizada no bairro Palmeiras; Escola Municipal B (EM B), no bairro Genibáu; e Escola Municipal C (EM C), no bairro Siqueira.

É necessário destacar algumas informações relevantes sobre as etapas de atendimento dessas escolas, no período de 2019 a 2023: 1) A EM A oferece anos iniciais e finais, mas em 2023 não apresentou turmas de 1º ano; 2) A EM B atende exclusivamente aos anos iniciais; 3) A EM C iniciou o ano de 2019 com anos iniciais e finais; em 2020 e 2021, ofertou apenas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental I; e, em 2022 e 2023, voltou a ofertar os anos iniciais completos (1º ao 5º ano).

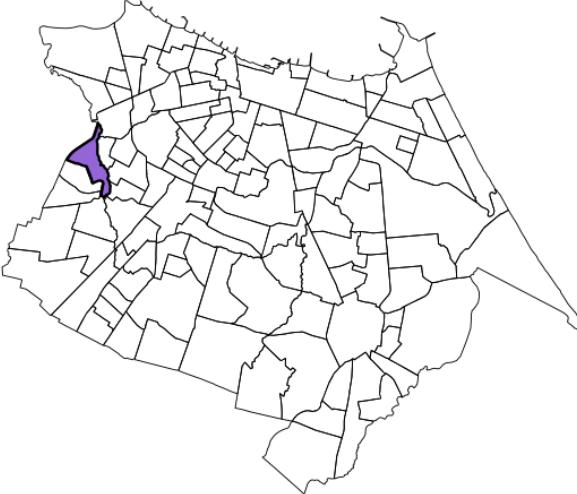
A seguir, apresentam-se os quadros com os mapas dos bairros em que se encontram as três unidades escolares.

Quadro 9 - Localização e características da Escola Municipal A

BAIRRO CONJUNTO PALMEIRAS	INFORMAÇÕES
	<p>Bairro Conjunto Palmeiras Regional 9 Área 5,49 km² População 36.599 pessoas Renda média R\$ 239,25 /mês IDH 0,11</p> <p>As famílias começaram a construir barracos em regime de mutirão na década de 1970, conquistando a demarcação de lotes. Na área havia muitas plantas, principalmente palmeiras, sendo utilizadas como telhado para as casas, passando a se chamar Conjunto Palmeiras. O bairro tem a sua própria moeda e banco, chamados de Palmas, desenvolvidos a partir das lutas sociais por melhorias para o povo e o lugar.</p> <p>A Escola Municipal A, pertence ao Distrito de Educação 6. Em 2023, matriculou 866 alunos, atendendo o Ensino Fundamental I e II</p>

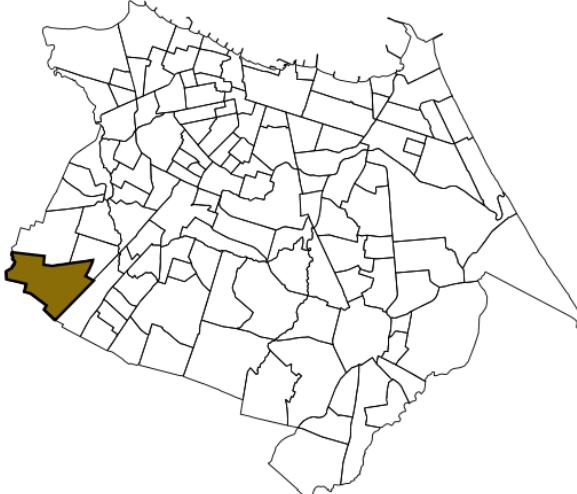
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma Fortaleza em Bairros. Acesso em: 26 dez. 2024.

Quadro 10 - Localização e características da Escola Municipal B

BAIRRO GENIBAÚ	INFORMAÇÕES
	<p>Bairro Genibaú Regional 11 Área 2,16 km² População 40.336 pessoas Renda média R\$ 329,98 /mês IDH 0,13 O bairro surgiu no ano de 1980, à beira do rio Maranguapinho, após muitas batalhas da comunidade, conquistaram escolas e equipamentos de saúde pública. Possuindo uma das maiores concentrações populacionais entre os bairros de Fortaleza. A Escola Municipal B, pertence ao Distrito de Educação 3. Em 2023, matriculou 809 alunos, atendendo o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma Fortaleza em Bairros.

Quadro 11 - Localização e características da Escola Municipal C

BAIRRO SIQUEIRA	INFORMAÇÕES
	<p>Bairro Siqueira Regional 5 Área 6,35 km² População 33.628 pessoas Renda média R\$ 326,8 /mês IDH 0,14 O bairro fica vizinho ao Maracanaú e dá nome ao Grande Siqueira, composto pelos bairros Grande Lisboa, Bom Jardim, e Canindezinho. Possui um aeródromo, destino de decolagem, pouso, movimentação e operação de algumas aeronaves. O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 informou que o bairro tinha a maior concentração de crianças e adolescentes até 14 anos da cidade de Fortaleza, com total de 30,4 % da população referente a esses grupos. A Escola Municipal C, pertence ao Distrito de Educação 5. Em 2023, matriculou 413 alunos, atendendo o Ensino Fundamental I.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma Fortaleza em Bairros.

Conhecer as características e a história dos bairros é essencial para compreender o perfil da população atendida pelas escolas. A seguir, apresentam-se os perfis obtidos nas entrevistas, com o intuito de caracterizar os atores envolvidos na pesquisa.

4.5.1 Perfil das unidades escolares

Os entrevistados (gestores, agentes da busca ativa e pais/responsáveis) informaram que as unidades escolares estão distribuídas nos Distritos de Educação 3, 5 e 6. As escolas A e B possuem entre 600 e 1.199 alunos matriculados, enquanto a escola C apresenta até 599 matrículas. A EM A oferece anos iniciais e finais; já as EM B e EM C ofertam apenas os anos iniciais.

4.5.2 Perfil dos gestores escolares

As entrevistas foram realizadas com duas mulheres e um homem, com idades entre 35 e mais de 55 anos. Quanto ao estado civil, os entrevistados declararam estar em união estável, casados(as) ou viúvos(as). Dois possuem graduação em Pedagogia com especialização e um possui graduação em letras – português/inglês e mestrado. Todos são servidores efetivos da Rede Pública Municipal de Fortaleza.

Os gestores possuem entre 16 e mais de 25 anos de atuação na área da educação. Apenas um deles atua em duas redes de ensino. Dois estão exercendo a função de gestor escolar entre 1 e 3 anos, enquanto um está há dez a 15 anos na função. Em relação ao tempo na escola em que atuam, um está há menos de um ano, outro entre um e dois anos e o terceiro, entre dois e três anos.

4.5.3 Perfil dos agentes da busca ativa escolar

As entrevistas foram realizadas com duas mulheres e dois homens. Desses, 75% possuem entre 18 e 25 anos e 25% entre 35 e 45 anos. Quanto ao estado civil, 75% são solteiros(as) e 25% casados(as). Em relação à formação acadêmica, 75% concluíram o ensino médio e 25% possuem formação superior. Todos informaram ter entre 1 e 3 anos de atuação na área da educação. Um entrevistado informou estar há menos de 1 ano na área, sendo considerado, para fins desta pesquisa, no grupo com até 3 anos de experiência.

Observou-se que, em geral, os agentes utilizam o espaço físico da secretaria escolar para realizar o trabalho de acompanhamento da frequência e a busca ativa dos estudantes. Foi possível acompanhar a coleta da frequência, a inserção dos dados no sistema e a realização de visitas domiciliares aos alunos com faltas prolongadas. Verificou-se que o agente da busca ativa

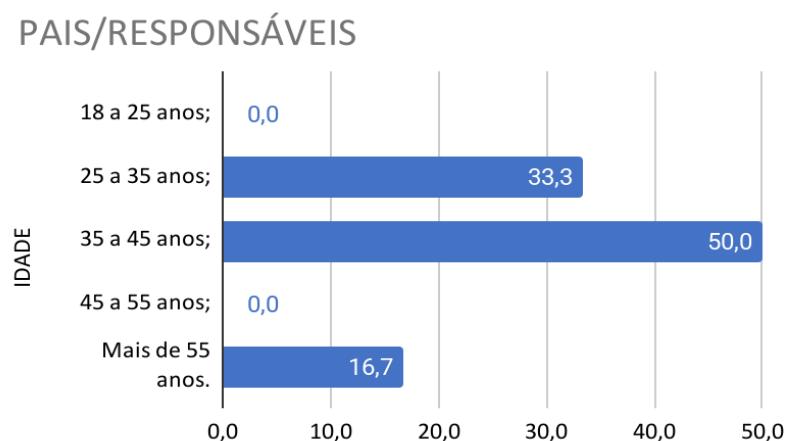
é uma figura conhecida e integrada à comunidade, com conhecimento da geografia do bairro.

De acordo com o Edital Permanente de Composição do Banco de Voluntários da Busca Ativa (EDITAL Nº 02/2024), os voluntários são resarcidos com o valor de R\$ 1.050,00 mensais, referentes às despesas com transporte e alimentação, desde que tenham cumprido as atividades previstas. A duração do serviço de voluntariado é de um (1) ano, a partir da assinatura do Termo de Adesão ao Voluntariado, devendo este ser publicado no Diário Oficial do Município (DOM). É vedada a prorrogação, bem como a participação de pessoas que já tenham prestado serviço voluntário por mais de 12 meses nos últimos dois anos à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

4.5.4 Perfil dos pais/responsáveis

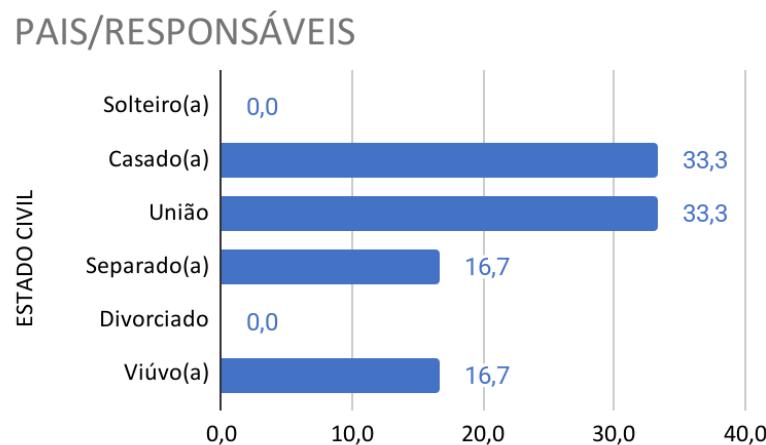
A totalidade dos entrevistados era composta por mulheres, sendo que mais da metade (66,7%) eram beneficiárias do programa Bolsa Família. Quanto à idade, estado civil e escolaridade, os dados estão representados nos gráficos apresentados a seguir.

Gráfico 5 - Idades dos Pais/Responsáveis



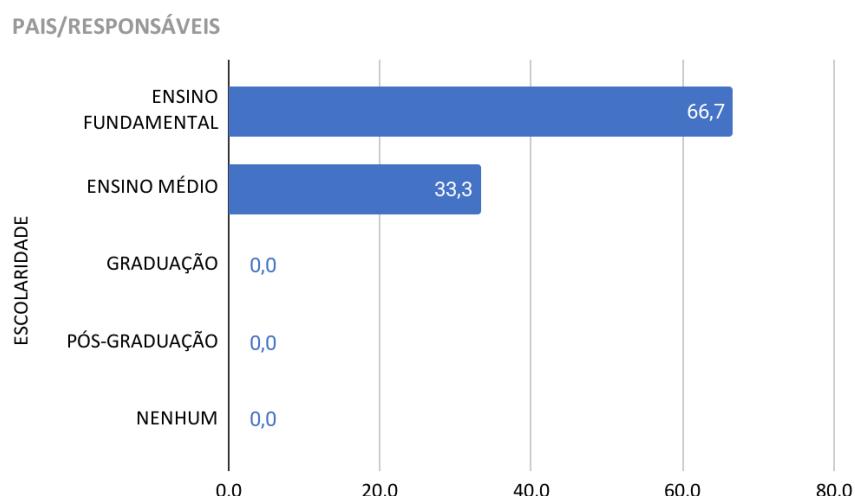
Fonte: Elaborado pela autora, a partir das respostas obtidas.

Gráfico 6 - Estado Civil dos Pais/Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora, a partir das respostas obtidas.

Gráfico 7 - Escolaridade dos Pais/Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora, a partir das respostas obtidas.

Os dados obtidos mostram que 50% das entrevistadas estão na faixa etária de 35 a 45 anos, e mais da metade está em situação de casadas ou em união estável. Quanto à escolaridade, observa-se que 66,7% possuem o ensino fundamental.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Em 2020, verificou-se que a Educação Municipal de Fortaleza conquistou o 1º lugar no Prêmio Projeto Inovador, com a plataforma Busca Ativa – Monitoramento da Frequência Diária do Estudante, na categoria Gestão, durante as atividades do 4º Seminário Internacional de Políticas Públicas para Cidades. Trata-se de um reconhecimento pela valorização e pelo êxito de iniciativas inovadoras na gestão municipal.

Para além da política da Busca Ativa Escolar, o documento Memorial da Educação de Fortaleza (2013-2024), evidencia a implementação de outras políticas, programas e projetos voltados ao fortalecimento da aprendizagem, à melhoria da qualidade do ensino e à garantia do direito à educação. Esses esforços concentraram-se especialmente nas áreas de alfabetização, inclusão, combate à evasão, protagonismo juvenil, cultura de paz, melhoria do desempenho em avaliações e inovações educacionais. Entre essas ações, destacam-se:

Quadro 12 - Programas e projetos da Educação de Fortaleza (2013-2024)

PROGRAMA	FUNÇÃO
Programa Aprender Mais	Ampliação da jornada escolar e o desenvolvimento de atividades voltadas para o fortalecimento da aprendizagem dos estudantes.
Projeto #EuNoIFCE	Incentivo e preparação dos estudantes no processo seletivo de ingresso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).
Projeto #PartiuEnsinoMédio	Busca conscientizar os estudantes, quanto à importância da continuidade dos estudos para sua formação pessoal, cidadã e profissional, estimulando-os a permanecer na escola ao longo do Ensino Médio.
Participação nas Olimpíadas Científicas	Incentivo à participação dos estudantes na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG), dentre outras.
Escola Areninha	Ação pedagógica que integra iniciativas educacionais com a política de esporte.
Projeto Bolsa Nota 10	Bolsas de monitoria aos alunos do ensino fundamental envolvendo atividades desenvolvidas pelos alunos para fortalecer as ações pedagógicas e os projetos da unidade escolar.
Selo Escola Antirracista	Fomento das práticas pedagógicas e ações que visem a promoção da educação antirracista nas unidades escolares da rede municipal de ensino de Fortaleza.
“Diga Aí, Escola!”	Canal de escuta e participação da comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

Programa de Promoção da Cultura de Paz no Ambiente Escolar – PROPAZ	Estímulo, fortalecimento e consolidação de práticas educacionais que criem um clima escolar positivo, princípio ao desenvolvimento saudável, pacífico e inspirador dos processos de ensino e aprendizagem, por meio da Mediação Escolar.
Festival de Protagonismo Juvenil	Desenvolvimento do estudante como protagonista.
Programa Acesso Mais Seguro - AMS	O programa promove a implementação de uma metodologia de gestão de riscos adaptada à realidade dos serviços públicos brasileiros, a metodologia tem como intuito proteger vidas, promover comportamentos mais seguros e fortalecer a resiliência dos profissionais que trabalham em áreas afetadas pela violência armada.
Programa de Segurança Escolar	Busca cumprir a responsabilidade do governo municipal de proteger os cidadãos, especialmente crianças, adolescentes e jovens, contra a violência crescente nas cidades, uma uma ação intersetorial com a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SESEC).
Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra Crianças e Adolescentes (CPPV)	A iniciativa contempla um calendário anual de atividades temáticas, abordando questões como combate à violência contra a mulher, prevenção ao bullying, combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outros temas relevantes.

Fonte:Elaborado pela autora, a partir do documento Memorial da Educação de Fortaleza (2013-2024).

Essas iniciativas fortalecem a política de Busca Ativa Escolar à medida que atuam de forma complementar no enfrentamento das causas da infrequência, do abandono e da evasão. Promovem, ainda, a valorização do espaço escolar como ambiente acolhedor, protetivo e significativo para os estudantes.

Quando articulados à política da Busca Ativa, esses projetos ampliam as possibilidades de prevenção à exclusão escolar e qualificam os processos de escuta, acompanhamento e intervenção junto às famílias e comunidades. Além disso, essas ações reforçam a corresponsabilidade entre os diferentes agentes envolvidos no processo educativo, promovendo respostas mais integradas, contextualizadas e eficazes, tanto na garantia do direito à educação quanto no enfrentamento das desigualdades sociais que afetam a permanência escolar.

Para analisar os resultados da política de Busca Ativa Escolar nas três escolas selecionadas, é fundamental compreender os dados referentes à matrícula, aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série e desempenho em avaliações externas.

O quadro a seguir demonstra que, nos anos iniciais, a EM A iniciou 2019 e finalizou 2023 com número de matrículas aproximado. Já as escolas EM B e EM C apresentaram crescimento no número de alunos matriculados. É importante destacar que a EM C, nos anos de 2020 e 2021, ofertou apenas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental I. Nos anos finais da EM A, observou-se uma redução no número de matrículas.

Tabela 10 - Número de matrículas nos Anos Iniciais e Finais no período de 2019 a 2023

Matrículas (2019-2023)				
Ano	EM A - Anos Iniciais	EM A - Anos Finais	EM B - Anos Iniciais	EM C - Anos Iniciais
2019	216	800	498	238
2020	225	839	519	150
2021	265	858	539	186
2022	268	803	575	426
2023	210	690	608	423

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Em relação à aprovação nos anos iniciais, todas as unidades escolares finalizaram o ano de 2023 com percentuais superiores aos de 2019, evidenciando crescimento nos índices de aprovação. No que se refere aos anos finais da EM A, observa-se também aumento no percentual de aprovação ao longo do período analisado, com desempenho superior em 2023 em comparação a 2019.

Destaca-se ainda que, nos anos iniciais, todas as escolas encerraram 2023 com taxa de reprovada igual a 0%, o que representa um resultado expressivo. No caso dos anos finais da EM A, houve redução da taxa de reprovada entre 2019 e 2023.

Tabela 11 - Taxas de Rendimentos das Escolas no período de 2019 a 2023

Taxas de Rendimento (2019 - 2023)									
Aprovação					Reprovada				
Ano	EM A - Anos Iniciais	EM A - Anos Finais	EM B - Anos Iniciais	EM C - Anos Iniciais	EM A - Anos Iniciais	EM A - Anos Finais	EM B - Anos Iniciais	EM C - Anos Iniciais	
2019	99,1%	95,8%	99,40%	98,2%	0,9%	2,4%	0,60%	1,8%	
2020	100,0%	100,0%	100%	100%	0,0%	0,0%	0,00%	0,0%	
2021	99,6%	99%	100%	100%	0,0%	0,0%	0,00%	0,0%	
2022	100,0%	100,0%	97,50%	98,8%	0,0%	0,0%	0,00%	1,2%	
2023	100,0%	98,5%	100%	99,8%	0,0%	1,5%	0,00%	0,2%	

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Além disso, todas as escolas pesquisadas apresentaram redução da taxa de abandono escolar para 0%, sinalizando um excelente resultado da política de permanência escolar.

Esses resultados positivos observados nas taxas de aprovação entre os anos de 2019

e 2023, tanto nos anos iniciais quanto nos finais do Ensino Fundamental, evidenciam os impactos da implementação de políticas públicas integradas, como o programa de Busca Ativa Escolar (BAE), corroborando com o estudo de Doro (2024), que evidenciou o resultado positivo da BAE na taxa de reprovação na rede municipal de São Leopoldo/RS que era de 12,2% em 2012, caindo para 9,0% em 2022.

O vínculo entre escola, família e comunidade tem contribuído de forma importante no processo educacional para garantir o acesso, a permanência e a escolarização, como é evidenciado pelos números aqui apresentados.

Os dados que revelam a reprovação zero em todas as escolas ao final de 2023 é um reflexo do fortalecimento da política, demonstrando que há um engajamento entre os sujeitos envolvidos na formação dos estudantes. Estando, assim, em consonância com a perspetiva de Lück (2009), que destaca o papel da escola como promotora do sucesso dos estudantes.

Enfatiza-se, ainda, a redução da taxa de reprovação, que pode ser relacionada ao trabalho articulado entre a escola e os demais setores envolvidos na Busca Ativa Escolar. Conforme apontam Sanchez e Bertolozzi (2007), a infância e a adolescência são fases marcadas por vulnerabilidades sociais e emocionais, demandando estratégias que reconheçam e acolham as singularidades de cada estudante. Ao enxergar cada estudante, enquanto indivíduo, dentro da coletividade escolar, verifica-se que as escolas com o apoio da BAE têm conseguido proporcionar condições para a permanência e o êxito escolar dos estudantes, de forma que contribuem para uma educação mais inclusiva.

Em consonância com Monteiro (2021), ao garantir a permanência e o engajamento dos estudantes, a busca ativa contribui para a melhoria do seu rendimento e, consequentemente, da sua taxa de aprovação.

Tabela 12 - Taxa de Abandono das Escolas no período de 2019 a 2023

Abandono (2019 - 2023)				
Ano	EM A - Anos Iniciais	EM A - Anos Finais	EM B - Anos Iniciais	EM C - Anos Iniciais
2019	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%
2020	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2021	0,4%	1,0%	0,0%	0,0%
2022	0,0%	0,0%	2,5%	0,0%
2023	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Doro (2024), também revelou em seu estudo a diminuição das taxas de abandono, assim como os dados da tabela 12, a rede municipal de São Leopoldo/RS apresentou uma redução de 2,8% para 1,7% ao longo dos últimos dez anos.

Assim, evidencia-se a necessidade urgente de ampliação dos investimentos em políticas públicas que visam a garantia do acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola, além de um acompanhamento constante da frequência escolar, de modo que exista uma parceria com as famílias. É essencial a promoção de uma educação significativa, que compreenda e dialogue com a realidade dos estudantes, de forma que seja capaz de contribuir para o seu desenvolvimento pleno, de modo que nenhum estudante seja deixado para trás, seja no processo de aprendizagem, no acesso a oportunidades ou no exercício da cidadania.

Prosseguindo com a análise dos dados de distorção idade-série nas unidades escolares investigadas, observa-se que todas as escolas apresentaram redução entre os anos de 2019 e 2023, com exceção de duas turmas específicas: o 3º ano da EM A, cuja taxa aumentou de 16,3% para 17%, e o 2º ano da EM C, que passou de 2,6% para 6,2%.

Tabela 13 - Indicador de distorção idade-série EM A

Distorção idade-série EM A					
Série/Ano	2019	2020	2021	2022	2023
1º	5,3%	10,5%	9,6%	2,7%	
2º	3,8%	4,3%	12,9%	13,3%	0%
3º	16,3%	13,3%	12,1%	12,2%	17%
4º	22,4%	11,7%	12,1%	20,0%	12,9%
5º	34,4%	25,5%	20,3%	20,8%	21,2%
6º	35,90%	30,50%	21,30%	22,10%	17%
7º	33,30%	35,80%	30,70%	26,20%	25,30%
8º	30,10%	32,50%	34,50%	30,90%	28,60%
9º	29,30%	29,10%	34,20%	28%	23,40%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Tabela 14 - Indicador de distorção idade-série EM B

Distorção idade-série na EM B					
Série/Ano	2019	2020	2021	2022	2023
1º	0%	0,8%	1,6%	1,6%	0,0%
2º	3,1%	1,0%	0,9%	4,7%	1,6%

3º	6,9%	6,9%	2,1%	4,1%	5,7%
4º	6,7%	7,9%	5,8%	2,2%	4,5%
5º	14,2%	7,9%	8,0%	8,1%	3,2%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

Tabela 15 - Indicador de distorção idade-série EM C

Distorção idade-série na EM C					
Série/Ano	2019	2020	2021	2022	2023
1º	5,6%	0,0%	1,8%	5,6%	3,7%
2º	2,6%	1,3%	5,6%	2,8%	6,2%
3º	15,7%			11,1%	4,0%
4º	22,6%			2,9%	15,1%
5º	22%			4,2%	4,2%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas 13, 14 e 15, é possível afirmar que, embora tenha havido avanços, ainda persiste um percentual significativo de estudantes em situação de distorção idade-série, o que se configura como um importante indicador de atenção para as unidades escolares envolvidas na pesquisa. O índice de distorção idade/ano na pesquisa de Doro (2024), também apresentou queda expressiva, passando de 26,4% em 2012 para 14,6% em 2022.

A análise contemplou também os resultados das avaliações externas SPAECE e IDEB das escolas selecionadas.

Tabela 16 - Resultados dos 2º anos de Desempenho e Participação das escolas A, B e C no SPAECE (2019 a 2023)

Resultados no SPAECE (2019 a 2023)			
Edição	Série	Proficiência Média	Indicação do Padrão de Desempenho
2019	2º Ano do Ensino Fundamental - EM A	159,80	Desejável
2022	2º Ano do Ensino Fundamental - EM A	137,0	Suficiente
2023	2º Ano do Ensino Fundamental - EM A	179,0	Desejável
2019	2º Ano do Ensino Fundamental - EM B	195,0	Desejável
2022	2º Ano do Ensino Fundamental - EM B	145,0	Suficiente
2023	2º Ano do Ensino Fundamental - EM B	176,0	Desejável
2019	2º Ano do Ensino Fundamental - EM C	212,8	Desejável
2022	2º Ano do Ensino Fundamental - EM C	209,0	Desejável

2023	2º Ano do Ensino Fundamental - EM C	267,0	Desejável
------	-------------------------------------	-------	-----------

Fonte: Elaborado pela autora, com base no SPAECE.

Conforme apresentado na tabela 16, embora as escolas estejam, em geral, dentro do padrão de desempenho desejável, é fundamental manter o foco na aprendizagem dos estudantes que ainda não atingiram esse padrão, especialmente aqueles com dificuldades nos processos de alfabetização e letramento.

Tabela 17 -Resultados dos 5º e 9º anos de Desempenho e Participação das escolas A, B e C no SPAECE (2019 a 2023)

Resultados no SPAECE (2019 a 2023)			
Edição	Série	Proficiência Média	Indicação do Padrão de Desempenho
2019	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM A	221,0	Intermediário
2022	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM A	197,0	Intermediário
2023	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM A	199,0	Intermediário
2019	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM A	213,4	Intermediário
2022	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM A	177,0	Crítico
2023	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM A	204,0	Intermediário
2019	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM B	226,5	Adequado
2022	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM B	220,0	Intermediário
2023	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM B	218,0	Intermediário
2019	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM B	212,0	Intermediário
2022	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM B	205,0	Intermediário
2023	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM B	199,0	Crítico
2019	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM C	224,1	Intermediário
2022	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM C	226,0	Adequado
2023	5º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM C	227,0	Adequado
2019	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM C	222,4	Intermediário
2022	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM C	206,0	Intermediário
2023	5º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM C	218,0	Intermediário
2019	9º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM A	243,0	Crítico
2022	9º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM A	223,0	Crítico
2023	9º Ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa - EM A	238,0	Crítico
2019	9º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM A	233,8	Crítico
2022	9º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM A	223,0	Crítico
2023	9º Ano do Ensino Fundamental - Matemática - EM A	238,0	Crítico

Fonte: Elaborado pela autora, com base no SPAECE.

No que se refere aos resultados do SPAECE para os 5º e 9º anos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, os dados revelam fragilidades nos padrões de desempenho,

indicando a necessidade de intervenções pedagógicas eficazes, voltadas à composição e recomposição das aprendizagens.

A tabela 17 evidencia que a EM A, única entre as três escolas que oferta o 9º ano, apresenta resultados críticos em Matemática, o que corrobora os dados já apresentados na tabela 7, que indicam baixo desempenho dos estudantes nessa disciplina.

Em relação ao IDEB dos anos iniciais, observa-se o seguinte panorama: A EM A superou a meta projetada em 2019, não atingiu a meta em 2021 e obteve índice de 5,5 em 2023; A EM B superou as metas projetadas em 2019 e 2021 e também obteve 5,5 em 2023; A EM C superou a meta em 2019, não ofertou o 5º ano em 2021 e alcançou um IDEB de 5,9 em 2023.

Tendo como base os resultados do SPAECE e IDEB ora apresentados, é possível observar que ainda persistem desafios significativos no processo de ensino-aprendizado dos estudantes envolvidos na pesquisa, sobretudo na disciplina de matemática. Os dados revelam que não é suficiente apenas assegurar a presença física dos estudantes no ambiente escolar, por meio das estratégias como a BAE, faz-se necessário ir além do acesso e permanência, com investimento em políticas e ações pedagógicas que promovam o aprendizado.

Lück (2009), destaca a importância de um ambiente escolar motivador, que estimule a formação integral dos estudantes (social, pessoal, acadêmica e profissional). Evidencia-se, pois, que o autor reforça a ideia de que o foco da escola deve estar voltado aos estudantes e às estratégias que visam favorecer o seu desenvolvimento. Os dados do IDEB de 2023 revelam que, ainda que tenha ocorrido avanços em determinadas escolas, como no caso da EM C, os resultados ainda não são os desejáveis.

A proposta da Busca Ativa, como foi implementada em Fortaleza segundo Máximo (2021), é relevante enquanto política de garantia de acesso e permanência escolar. Entretanto, os resultados do SPAECE demonstram que o acompanhamento da frequência e o resgate de alunos não bastam para assegurar o sucesso acadêmico. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as escolas alinhem a permanência escolar com o fortalecimento das práticas pedagógicas. Isso exige planejamento, formação continuada e um olhar atento para as dificuldades específicas de cada turma e dos estudantes. Assim serão criadas condições para que seja possível reverter os baixos indicadores de desempenho e garantir uma formação integral.

Tabela 18 - IDEB das escolas A, B e C (2019 a 2023)

Ano	IDEB							
	Anos Iniciais EM A		Anos Finais EM A		Anos Iniciais EM B		Anos Iniciais EM C	
	Projetado	Alcançado	Projetado	Alcançado	Projetado	Alcançado	Projetado	Alcançado
2019	5,4	6,2	4,4	4,5	4,7	5,8	5,1	5,7
2021	5,6	5,2	4,7	4,7	5	5,1	5,4	
2023		5,5		4,5		5,5		5,9

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar da Educação Básica, INEP

As escolas que não atingiram as metas projetadas devem reavaliar seus planos de ação voltados ao processo de ensino-aprendizagem, buscando intervenções pedagógicas eficazes para superar as dificuldades dos estudantes, especialmente aquelas relacionadas à infrequência escolar.

Concordando com Monteiro (2021), o impacto no rendimento e na aprendizagem ocorre porque a busca ativa visa superar os obstáculos que impedem a frequência escolar dos alunos. Ao garantir que os estudantes permaneçam na escola, cria-se o ambiente necessário para o "bom aproveitamento e a aprendizagem". A infrequência escolar compromete diretamente o aprendizado, e a permanência na escola é indispensável para o pleno desenvolvimento da aprendizagem.

Em contrapartida Sebastião (2024), diz que a busca ativa escolar é fortemente correlacionada com a redução da evasão e o fortalecimento da permanência, e em sua pesquisa salienta que os dados sobre seu impacto direto na taxa de aprovação ou rendimento pedagógico pós-pandemia precisam ser analisados com cautela, e sugere que essa é uma área para estudos futuros mais aprofundados.

A seguir apresenta-se a análise das entrevistas sobre a política da busca ativa escolar.

5.1 Análise das entrevistas sobre a política da busca ativa escolar

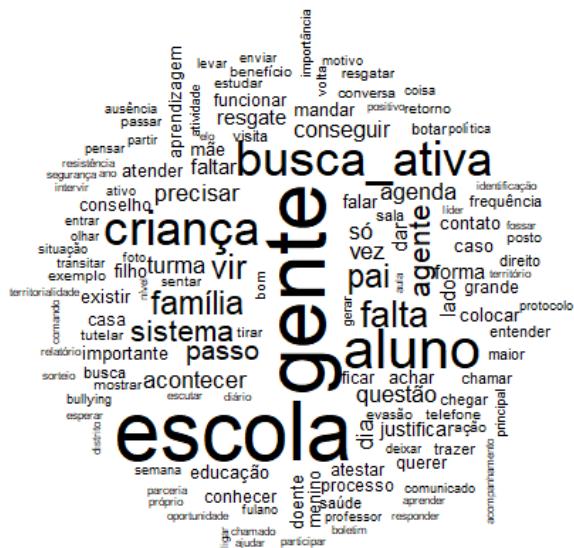
As entrevistas ocorreram nas três escolas pesquisadas durante o mês de outubro de 2024, nos turnos manhã e tarde. Durante esse período, foi possível observar as rotinas escolares, bem como o trabalho realizado por gestores e agentes da busca ativa escolar, e a presença das famílias.

Foram entrevistados os três gestores escolares e todos os agentes da busca ativa escolar. Em relação aos pais e responsáveis, priorizou-se a escuta de um a dois responsáveis por turma, especialmente nos quintos e nonos anos, por serem séries avaliadas pelo IDEB. No entanto, devido à disponibilidade limitada dos pais, foram também consideradas as respostas de dois responsáveis por estudantes do quarto ano.

É importante destacar que, além da transcrição integral das conversas, as respostas foram tabuladas em planilhas de Excel, com o objetivo de organizar os dados e evidenciar com maior clareza os principais elementos resultantes dos diálogos.

As entrevistas dos gestores e pais/responsáveis foram processadas no *software IRaMuTeQ*, que gerou uma nuvem de palavras. Nessa representação gráfica, o destaque (tamanho) de cada termo está diretamente relacionado à frequência de sua ocorrência no corpus analisado.

Figura 13 - Nuvem de Palavras geradas com as entrevistas dos gestores pelo programa *IRaMuTeQ*



Fonte: Elaborado pela autora.

A nuvem de palavras, construída a partir do corpus das entrevistas, revelou que os termos de maior destaque visual — "gente", "escola", "aluno", "criança" e "busca ativa" — foram os mais recorrentes. Em segundo plano, mas ainda com relevância, destacam-se palavras como "vir", "falta", "sistema", "agente", "passo", "pai" e "família".

Para uma interpretação adequada dessa representação gráfica, foi necessário retomar a leitura integral dos relatos, com o intuito de compreender os sentidos atribuídos pelos participantes aos termos mais destacados. Esse procedimento é fundamental para evitar

interpretações descontextualizadas, baseadas apenas na frequência dos vocábulos, sem considerar sua inserção nos discursos.

A análise revelou que, no contexto das entrevistas, os termos "gente" e "escola" surgem frequentemente como semanticamente próximos. Nas falas dos gestores escolares, por exemplo, "gente" é comumente utilizado como sinônimo de "escola", revelando uma concepção coletiva da gestão, representada pelos sujeitos envolvidos no acompanhamento da busca ativa. O mesmo ocorre com as palavras "aluno" e "criança", utilizadas de forma intercambiável para representar o coletivo dos estudantes beneficiados pela política.

No caso específico da nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas com pais/responsáveis, observou-se o reconhecimento da importância da política de busca ativa escolar, o que evidencia o impacto positivo percebido pelas famílias.

Figura 14 - Nuvem de Palavras geradas com opinião dos pais/responsáveis sobre os benefícios da busca ativa escolar pelo programa IRaMuTeQ



Fonte: Elaborado pela autora.

A frequência dos termos no *corpus* das entrevistas evidencia que o vocábulo "escola" foi o mais recorrente, conforme apresentado no gráfico da Nuvem de Palavras. Em segundo plano, também com relevância, aparecem os termos "família", "pai", "filho", "aluno" e "junto".

A análise detalhada das entrevistas revelou que o termo "escola", para os pais e responsáveis, possui múltiplos significados, sendo geralmente associado a todos os profissionais que atuam na unidade de ensino e estão envolvidos na política de busca ativa escolar. Já os termos "família" e "pai" fazem referência aos responsáveis legais pelos estudantes, enquanto "filho" e "aluno" são utilizados como sinônimos para se referirem às crianças e adolescentes atendidos pela escola. A palavra "junto" é recorrente nas opiniões dos

entrevistados, reforçando a compreensão de que o sucesso escolar depende de uma ação conjunta entre família e escola.

5.2 Análise da política da busca ativa pelo olhar dos gestores escolares

Os gestores afirmaram que diariamente são desenvolvidas atividades de busca ativa nas escolas. Todos os passos previstos no protocolo da política foram mencionados nas entrevistas, no entanto, o contato telefônico e as visitas domiciliares se destacaram como as ações mais frequentes e efetivas.

Dois gestores relataram que a frequência diária dos estudantes em suas respectivas unidades escolares varia entre 80% a 94%, enquanto um terceiro informou que essa taxa é inferior a 79%. Sobre os principais motivos das faltas, destacaram-se doenças e casos de bullying, além de alegações de motivos pessoais e familiares por parte dos responsáveis. Um dos entrevistados mencionou também o conflito territorial como um fator relevante para a infrequência dos estudantes.

A seguir, serão apresentados trechos dos depoimentos dos gestores sobre o significado da política da busca ativa escolar.

D2. “O papel principal é resgate da frequência, resgate dessa criança que está em casa ociosa e que pode estar sofrendo algum tipo de violência, pode estar tão somente ocioso, perdendo o seu processo de aprendizagem.”

D1. “A tentativa do resgate desses alunos para a escola, garantir o retorno deles pra escola, então hoje busca ativa é resgate.”

“Oportunidades para esse aluno, pra que ele possa ter cidadania plena, para que ele possa ter a construção, sabe, de uma vida profissional, as oportunidades, então a busca ativa, ela vem exatamente nesse sentido, impedir que o aluno fique fora do sistema, fique fora da escola, então o benefício é proporcionar essas oportunidades de melhoria de vida para o aluno.”

D3. A extermínio da evasão, porque antes da busca ativa a evasão escolar era muito constante, hoje a gente vai até a família, conversa, mostra a importância da criança estar na escola. Ver o que está acontecendo, busca uma ajuda, faz uma parceria, então eu acredito que a evasão escolar, ela tende a zerar mesmo com essa política, pelo menos na nossa escola.”

Em relação ao Sistema da Busca Ativa Escolar, os gestores fizeram reflexões sobre a importância de manter o Sistema de Busca Ativa diariamente atualizado, cumprindo as medidas estabelecidas no procedimento operacional padrão integrante do sistema.

D2. “A gente precisa ter de fato um acompanhamento que seja mais perto do real possível para entender a infrequência do aluno. Se nós deixarmos qualquer passo para trás, a gente não consegue fazer uma cronologia do que vem acontecendo para saber a ação exata que tem que ser feita para resgatar esse aluno. Então, partindo do princípio que eu tenho tudo atualizado aqui, eu consigo de forma mais rápida saber o que está acontecendo com essa criança e tomar uma atitude que seja mais coerente

para resolver e trazer a criança para a escola.

D1. [...] “É importante que continue e que os protocolos possam ser seguidos, principalmente para que a gente tenha uma sequência lógica das ações, para que cada um não haja de acordo com o que você acha que deve ser feito, ou que deve ser prudente, o protocolo é necessário.”

Abaixo, acrescentam-se relatos dos diretores sobre a percepção dos pais e responsáveis em relação à política de busca ativa escolar.

D1. “Não há uma reação contrária à busca ativa. Eu não gosto da busca ativa, eu acho que essa busca ativa não funciona, não é isso que vai fazer meu aluno, meu filho voltar pra escola, não, é essa resistência. Existe uma resistência ao retorno da família pela questão da territorialidade, não é, a busca ativa se vê até como algo positivo, favorável. Ah, ainda bem que vocês vieram aqui porque o fulano tá doente, ele não conseguiu atestado, tá internado, aí ele foi pro interior, viajou com a mãe, com a avó e tal, tal, tal. Então, assim, eles veem a família, no caso, vê a busca ativa como esse elo que estava temporariamente perdido ou quebrado, e aí faz essa junção de entender e de dar a explicação, que a escola entende e a família se justifica, então é esse elo.

D3. “Eles conhecem o passo a passo. É passada em toda reunião. A questão do telefonema, depois do comunicado, visita e eles sabem que a partir de 5 faltas, o sistema automaticamente envia para o conselho tutelar. Geralmente não chega na quinta falta, a gente tem uma parceria muito boa, falo pra eles que através desse trabalho com a busca ativa a gente está evitando uma evasão.”

D2. “Muitos, como eu disse, se sentem acolhidos pela escola, se sentem importantes, eles acham que a escola ao buscar o aluno, muitas vezes quando a gente vai pra visita domiciliar, a gente escuta. É a primeira vez que a gente vê a escola vindo atrás do menino, a gente que ia atrás da escola, e isso é muito importante para a gente ouvir, porque a devolutiva a maior parte das vezes é positiva, e eles se sentem assim bem assistidos. Tanto que o fluxo de ligações para o pessoal da gestão diminuiu bastante, porque como eles têm esse canal aberto com os agentes da busca ativa, esse tornou-se assim uma atividade dentro da escola que tem sua autonomia.”

Observou-se que a aproximação entre escola e família é mais evidente no caso dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (seis a dez anos de idade), uma vez que as crianças dependem dos responsáveis para o deslocamento até a escola. Nesse contexto, a presença dos pais nas escolas tende a ser maior, favorecendo o acompanhamento da frequência escolar.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, verifica-se uma maior autonomia dos estudantes, o que contribui para o afastamento dos responsáveis da rotina escolar. Essa característica foi reforçada por um dos pais entrevistados: “Às vezes o adolescente, quando vem para escola, os pais acham que eles estão na escola, muitos vão sozinhos, e os pais ficam desocupados, e quando os agentes que trabalham na escola, sentem a falta do aluno, comunicam aos pais, isso é muito importante. E aí a família fica sabendo, se tem algum problema com o aluno, porque ele não está indo para escola, porque ele está mentindo para o pai e para mãe.” Esse depoimento destaca a importância do papel da escola na comunicação com as famílias e na identificação precoce de situações de risco de abandono.

Em relação aos motivos que levam à infrequência escolar, os gestores apontaram

fatores mais complexos e diversos, como: falta de interesse pela escola; falta de transporte escolar; violência escolar; doença do aluno; gravidez na adolescência; *bullying*; trabalho infantil; conflito territorial, esses dados estão de acordo com os obtidos por Doro (2024) e Sebastião (2024).

Esses fatores exigem ações articuladas com outras instituições e serviços públicos, pois os gestores reconhecem que, embora os pais e responsáveis compreendam o papel da escola na política da busca ativa, muitas famílias enfrentam desafios sociais e econômicos que dificultam a permanência dos estudantes na escola.

A análise dos dados revela que a presença e o acompanhamento das famílias na vida escolar dos estudantes são mais intensos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, devido à dependência das crianças para o deslocamento até a escola. Já nos anos finais, a crescente autonomia dos adolescentes contribui para o distanciamento dos pais da rotina escolar, o que pode dificultar a identificação precoce de situações de infrequência ou abandono.

No entanto, frisa-se que a simples comunicação entre escola e família não é suficiente para reverter os quadros de ausência escolar, visto que os motivos para a infrequência e evasão escolar vão além, muitas vezes estão enraizados em fatores sociais, econômicos e estruturais. Os dados e os relatos dos gestores demonstram que a infrequência e a evasão estão atreladas a contextos complexos, que extrapolam o ambiente escolar e demandam ações intersetoriais, envolvendo diferentes políticas públicas e órgãos de proteção social, os dados coletados também demonstram uma forte correlação com as descobertas apresentadas por Doro (2024) e Sebastião (2024).

Nessa esteira, Maceno e Neves (2013) argumentam que a democratização da educação básica exige a superação das causas estruturais que perpetuam a exclusão educacional, como a concentração de renda e a pobreza intergeracional. Deste modo, a evasão escolar não deve ser tratada com medidas punitivas, devendo ser encarada como resultado de um ciclo de exclusão que precisa ser rompido com políticas inclusivas e efetivas. Santiago (2017) complementa que programas sociais deveriam funcionar como instrumentos de transformação social, e não como mecanismos de coerção. A escola, portanto, precisa ser compreendida como espaço de acolhimento e de superação das desigualdades, com o Estado garantindo as condições necessárias para isso.

Diante disso, torna-se essencial que as instituições de apoio — como os Conselhos Tutelares, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os postos de saúde, os conselhos de direitos e demais órgãos de proteção e garantia de direitos — sejam devidamente açãoadas e cumpram sua função no enfrentamento das vulnerabilidades que afetam a

frequência escolar:

- **Conselho tutelar** atua na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ao ser acionado pela escola, nos casos de evasão, negligência familiar ou abandono escolar, são responsáveis por notificar os responsáveis e acionar os serviços de apoio.
- **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)** atuam na identificação de famílias vulneráveis e oferecem apoio social, incluindo-as em programas de proteção, renda e fortalecimento de vínculos familiares.
- **Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)** auxiliam adolescentes que estão em situação de exploração, violência, trabalho infantil, dentre outros, ou seja, fatores que poçam evadir o estudante da escola.
- **Postos de saúde:** atendimento primário de saúde de crianças e adolescentes, e nos casos de identificação de sinais de evasão escolar durante atendimento, informar a escola e o CRAS para que juntos resgatem esse estudante para retornar à escola.
- **UNICEF:** programa "Busca Ativa Escolar" em parceria com a secretaria municipal da educação de Fortaleza.
- **A Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza** é responsável pela continuidade e fortalecimento da busca ativa escolar e a articulação permanente com as instituições acima citadas, dentre outras, criando uma rede de apoio aos estudantes da escola pública para combater as faltas e o abandono escolar.

Em entrevista, um dos diretores escolares reforça a importância da atuação articulada entre diferentes instituições no apoio à política da Busca Ativa Escolar:

D2. “Um avanço que eu pensei que poderia melhorar na busca ativa era a atuação de um segundo órgão para nos ajudar. Como no caso do Conselho Tutelar, sei lá, uma parceria com os CRAS, ou então com postos de saúde, que tivessem, vamos dizer assim, como fosse uma avenida com várias saídas, tem os braços de retorno. ... A gente resgata o menino, nós fazemos um histórico das faltas, e aí entra várias situações, e nós poderíamos ter esses auxílios, do Conselho Tutelar, da assistência social, de um atendimento num posto de saúde, isso dá, vamos dizer assim, uma acelerada no retorno dessa criança.”

D3. “Já entregamos relatório no sistema, sim. Mas o Conselho não foi. Contato mínimo, a demanda é grande. A gente se vira.”

Conforme o depoimento anterior, o gestor sinaliza fragilidade na parceria com o Conselho Tutelar, especialmente pela falta de retorno frente às situações de risco vivenciadas pelos estudantes. É imprescindível o apoio dos diversos órgãos municipais, estaduais, dentre outros, na busca dos estudantes que estão evadidos e no apoio após o retorno dos mesmos,

agindo de forma acolhedora, integrada e respeitosa, enfrentando não só os sintomas do abandono, mas também as causas profundas — como a desmotivação, a exclusão social, as diversas vulnerabilidades e as dificuldades de aprendizagem. A unidade escolar sozinha não dá conta dos diversos casos e situações de ausência de crianças e adolescentes do espaço de aprendizagem da escola.

O enfrentamento da evasão escolar e o acolhimento institucional dos estudantes exige um esforço articulado, que não deve ser apenas da instituição escolar. Faz-se necessário um trabalho conjunto entre diversos órgãos, que atuem de forma conjunta, tratando não apenas os efeitos visíveis que motivaram o abandono.

Nesse contexto, é fundamental compreender que os programas, políticas e/ou ações voltadas à educação precisam ser analisados a partir dos sujeitos a quem se destinam, para que então possam ser implementados e, posteriormente, avaliados quanto à sua eficácia. O conteúdo das ações merece ênfase, mas não só ele; faz-se necessário voltar os olhos aos sujeitos envolvidos, suas necessidades reais e os motivos que levaram à criação da política. É preciso, pois, compreender para quem e por que determinada ação foi pensada, o que permite maior coerência entre o problema identificado — nesse caso, a evasão escolar. Isso garante uma maior chance de sucesso, conduzindo as estratégias propostas para a possível solução do problema, com respostas mais eficazes e contextualizadas (Vasconcellos *et al.* 2023).

Sobre um dos principais desafios encontrados para a efetivação da política da busca ativa, um(a) dos(as) diretores(as) entrevistados(as) fez o seguinte relato.

D1. “Hoje é o conflito territorial, que a gente vai, faz o contato do telefone, a família diz, não, eu não posso ir, porque a gente não pode passar pro lado daí, aí a família vai em busca, na casa, não, mas vamos tentar e talvez se consigue, e a família é relutante, não é que a família não queira mandar o aluno, não é que o aluno não quer vir pra escola, o aluno ele tá sendo impedido de vir pra escola. A nossa escola, ela funciona meio que uma faixa de gaza, então nós somos o divisor de águas, da escola pra baixo, funciona um segmento, da escola aqui pra cima, funciona outro segmento, então os alunos que estão do lado de lá, do lado, vamos chamar de partido A, partido B, lado A, os alunos que estão do lado A só podem transitar no lado A, então eles precisam encontrar escolas que estejam situadas no lado A, consequentemente a mesma coisa acontece com o lado B, e essas mudanças elas acontecem de acordo com as ocorrências de dominação de território, então famílias que eram do lado B, aqui sendo o lado A, que tinham seus filhos aqui em um determinado momento, quando há mudança, de território, então existe a, vamos chamar o comando de não, não pode mais transitar pra esse lado, aí a família realmente não vem, aí a busca ativa ela não tem como atuar dessa forma, porque a família não vai arriscar, mandar o filho, tem toda uma questão de preocupação com a segurança, e o que a gente tenta fazer, em casos mais extremos, entrar em contato com outras escolas, pra ver se tem vaga, pra poder alocar esse menino lá, e consequentemente receber, da mesma forma, alunos que tenham problema, que estudavam lá, e que tem que passar a estudar aqui, então existe uma dança das cadeiras, nos diários, muito grande, aliás, não diria muito grande, mas com uma certa frequência, e não é porque a mãe não gosta da escola, que o aluno não gosta da escola, que tem acontecido bullying na escola, os nossos casos de

bullying aqui, são mínimos, a gente tem situações assim, corriqueiras, de aluno implicar com outro, tal, que a gente considera dentro de uma, de um rol que hoje a gente chama de bullying, mas não é algo, não é o motivo da busca ativa."

Considerando que esse relato casa com os dados apresentados por Soares (2021), onde conflitos territoriais têm uma influência direta na evasão de estudantes. Sua pesquisa aponta que o reordenamento da rede municipal de Fortaleza (1995 - 2020) produziu efeitos imediatos, como a evasão de alunos devido a conflitos territoriais, essa reorganização das escolas não considerou as "zonas de conflito" ou "fronteiras impostas" por facções que dominam certas regiões da capital, tornando essas áreas "invisíveis às políticas educativas". Essa situação levou a que alguns alunos não pudessem frequentar determinadas escolas por estarem em áreas "comandadas por outro grupo, que era rival da escola onde ela estava", o que fez com que as crianças e seus pais sentissem medo.

Constatou-se também que a política da busca ativa influencia diretamente os resultados de aprendizagem dos estudantes. Foi possível comprovar essa afirmação ao analisar os dados da rede, das escolas pesquisadas e as falas dos diretores entrevistados.

D3. "Criança na escola empenha uma aprendizagem significativa de forma contínua, sem quebra. E os resultados que a gente vem tendo têm sido muito bons, graças a maioria das vezes muito por conta da busca ativa mesmo. A criança aqui na escola, elas mesmo faltando, estudam em casa. Quando a criança falta, a gente manda a foto da agenda, todo o passo a passo da aula que acontece, e aí os nossos pais já têm essa parceria conosco, colocar a criança para fazer as atividades. Quando ela vem, ela não vem com aquela aprendizagem como na sala de aula, mas ela já vem sabendo todo o processo do que está acontecendo. E às vezes tem pais que fazem questão de estudar junto, aí elas já não perdem tanto".

Aqui, o entrevistado destaca a importância da Busca Ativa para o processo de aprendizagem contínua, fortalecendo o papel da agenda escolar, a continuidade da rotina escolar por meio das atividades em casa e a parceria com os responsáveis. Observa-se que existe uma cultura de comunicação entre escola e família para os eventos de ausência. Alguns gestores relataram que possuem grupos de WhatsApp com os responsáveis para manter um canal de diálogo, escuta e parceria com as famílias, fortalecendo o vínculo escola-família, com comunicação rápida e direta.

Analizando os anos relacionados à pesquisa (2019 a 2023), constatou-se que houve o crescimento da matrícula durante os anos, aumento da aprovação, diminuição da reprovação e abandono, redução da distorção idade-série, além do crescimento na proficiência das avaliações externas, principalmente se comparados aos anos anteriores a 2013, quando ainda não havia o acompanhamento da frequência e a política da Busca Ativa Escolar em rede.

Conforme relatam os diretores 1 e 2:

D1. “Dos alunos que a gente consegue resgatar, melhora, porque existe o compromisso, não só de trazer, mas de permanecer com o aluno. Então, quando vai pra busca ativa, a coordenação sabe que esse aluno estava ausente, quando ele retorna, os professores veem na chamada, então existe todo o trabalho de resgate, de avaliação de conteúdo, de notas, pra que possa ser gerada uma avaliação, e aí, se esse aluno ele não está dentro do nível esperado, então ele vai para o contraturno, tem a necessidade de manter o aluno na escola, pra poder fazer a aceleração do que ele não está respondendo para o que se espera do nível dele na série, na turma, então é importante isso.”

D2. “A criança na escola aprende.”

Observa-se no relato o compromisso com o resgate do aluno, para que recupere a aprendizagem e permaneça na escola. Existe uma rede de apoio para que esse aluno retorne e, ao retornar, seja monitorado quanto às suas dificuldades e necessidades escolares, buscando superar todos os desafios encontrados no ambiente escolar e fora dele.

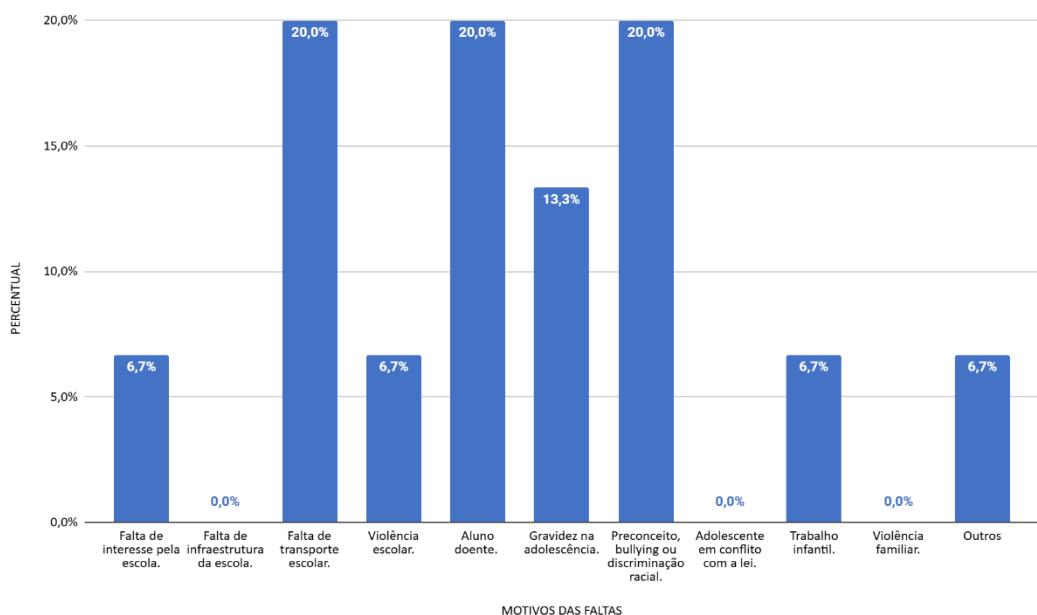
Isso não significa que não haja fragilidades e desafios para essa política. A relação com as instituições e, principalmente, o conflito territorial são pontos nevrálgicos no combate ao abandono e à evasão escolar. Valorizar a presença de cada criança e adolescente na escola é dar continuidade às ações da Busca Ativa Escolar, assegurando a reconstrução de jornadas educacionais descontinuadas e, principalmente, evidenciando que é necessário ampliar e fortalecer o diálogo intersetorial, proporcionando condições para que a escola consiga, de fato, exercer seu papel na formação pessoal, intelectual, cidadã e emocional, contribuindo para a transformação de realidades sociais e para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

No próximo tópico, apresenta-se a análise da política da busca ativa pelo olhar dos agentes da BAE.

5.3 Análise da política da busca ativa pelo olhar dos agentes da busca ativa

Os agentes afirmaram, categoricamente, que conseguem realizar suas atribuições diariamente, desenvolvendo atividades relacionadas à Busca Ativa Escolar e que realizam todos os tipos de ações para resgatar os estudantes, tais como: o contato telefônico, o comunicado por escrito, a visita domiciliar e a notificação ao Conselho Tutelar. Metade dos agentes entrevistados informou que a frequência diária dos estudantes fica em torno de 80% a 94%, e os outros 50% destacaram que a frequência é inferior a 79%. Os principais motivos apontados para a falta dos estudantes foram a falta de transporte escolar, aluno doente e o *bullying*, conforme planilha abaixo.

Gráfico 8 - Os principais motivos apontados para a falta dos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora, a partir das respostas obtidas.

Em segundo lugar, destacou-se a gravidez na adolescência, e os demais motivos foram a falta de interesse pela escola, a violência escolar, o trabalho infantil e, no campo “outros”, foi apontado o conflito territorial como motivo das faltas dos estudantes.

Ainda sobre o trabalho infantil, conforme Souza (2023), a conjuntura de vulnerabilidade econômica das famílias, fortemente influenciado por uma lógica neoliberal que tende a direcionar parte da população para uma formação voltada à mera subsistência, configuram-se como fatores determinantes que impulsionam, ou historicamente impulsionaram, o ingresso precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Essa realidade tem repercussões diretas em suas trajetórias escolares, muitas vezes interrompidas ou fragilizadas por essas condições.

A seguir tem-se a análise dos agentes de busca ativa sobre seu papel e desempenho.

5.3.1 Análise da atuação dos agentes de busca ativa sobre seu papel e desempenho

Os agentes da Busca Ativa Escolar foram questionados sobre suas atribuições, conforme descrito no edital da seleção simplificada de voluntários (Edital nº 02/2024). Foi considerado necessário verificar se esse ator estratégico da política comprehende e realiza seu papel.

As tabelas a seguir revelam as expectativas positivas, neutras ou negativas em relação ao trabalho realizado pelos agentes da Busca Ativa Escolar nas três escolas pesquisadas. Ao todo, responderam ao questionário quatro voluntários.

As questões 14, 15, 16 e 21 (Apêndice A), apresentam os resultados sobre o acompanhamento diário da frequência dos estudantes, as visitas domiciliares, os acompanhamentos dos casos e o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes estabelecidas pela SME/Distritos. Desses respondentes, 25% concordam parcialmente e 75% concordam totalmente, ou seja, 100% concordam com as afirmações, demonstrando uma postura positiva em relação a essas atribuições.

Para compreender melhor o que foi perguntado aos agentes da BAE, segue o texto das questões: Questão 14 - Sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve apoiar a escola no acompanhamento diário da frequência do estudante e identificar os alunos em situação de possível abandono. Questão 15 - Sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve realizar visitas em campo para identificar estudantes em situação de possível abandono. Questão 16 - Sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve acompanhar os casos que estão sob minha responsabilidade e todas as informações relacionadas a estes. Questão 21 - Sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve desenvolver as atividades do Programa, conforme as diretrizes e orientações pedagógicas determinadas pela SME/Distritos de Educação.

Tabela 19 - Consolidado das respostas da Questão 14 do questionário dos Agentes da Busca Ativa

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	0%	25%	75%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

Tabela 20 - Consolidado das respostas da Questão 15 do questionário dos Agentes da Busca Ativa

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	0%	25%	75%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

Tabela 21 - Consolidado das respostas da Questão 16 do questionário dos Agentes da Busca Ativa

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	0%	25%	75%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

Tabela 22 - Consolidado das respostas da Questão 21 do questionário dos Agentes da Busca Ativa

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	0%	25%	75%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

As questões 17 e 22 (Apêndice A), que tratam respectivamente: Sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve apoiar a escola no diálogo com a família ou responsáveis pela criança ou adolescente com o objetivo de coletar informações sobre os motivos da infrequência e evasão escolar, e Sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve apoiar a escola no cumprimento de todo o protocolo do Sistema de Monitoramento da Frequência Escolar e busca ativa, apontam os resultados da pesquisa sobre o apoio às escolas nos diálogos com as famílias e o cumprimento do protocolo do Sistema de Monitoramento da Frequência Escolar e Busca Ativa. 100% dos respondentes demonstraram concordância com essas competências.

Tabela 23 - Consolidado das respostas da Questão 17 do questionário dos Agentes da Busca Ativa

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

Tabela 24 - Consolidado das respostas da Questão 22 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

A questão 18 (Apêndice A), versa sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve elaborar relatório de Análise Técnica, que servirá de base para a tomada de decisões estratégicas para (re)matrícula da criança ou do adolescente, revelou que 75% dos respondentes apresentaram concordância com a elaboração de relatório de análise técnica, enquanto 25% manifestaram posição neutra em relação a essa atribuição.

Tabela 25 - Consolidado das respostas da Questão 18 do questionário dos Agentes da Busca Ativa.

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	25%	50%	25%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

Sobre o cumprimento da carga horária, na questão 19 (Apêndice A) aborda sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve cumprir carga horária de acordo com as diretrizes e especificidades do Programa, sendo que um respondente manifestou discordância parcial, e três respondentes apresentaram concordância total com a carga horária atribuída, de acordo com as diretrizes.

Tabela 26 - Consolidado das respostas da Questão 19 do questionário dos Agentes da Busca Ativa

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	25%	0%	0%	75%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

Sobre as formações, 75% dos respondentes demonstraram concordância total com

a atribuição da questão 20 (Apêndice A), que trata sobre a atuação como Agente da Busca Ativa, deve participar das formações realizadas pela SME/Distritos de Educação e Escolas, e uma pessoa se posicionou de forma neutra.

Tabela 27 - Consolidado das respostas da Questão 20 do questionário dos Agentes da Busca Ativa

Negativo		Neutro	Positivo	
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
0%	0%	25%	0%	75%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, baseada nos dados coletados da pesquisa.

Assim, observou-se a relevância do trabalho do agente da Busca Ativa Escolar para a escola. Acompanhar a frequência, registrar no sistema e realizar os passos da BAE é essencial para assegurar a presença do estudante na escola. Verificou-se, ainda, que o agente da Busca Ativa Escolar conhece seu papel e concorda com as atribuições delegadas. Ratificando o trabalho de Martins (2024), que afirma que trabalho do agente da Busca Ativa Escolar é de fundamental relevância para a escola, pois impacta diretamente na sua capacidade de combater a infrequência e a evasão escolar, garantir o direito à educação, promover o aprendizado e fortalecer a relação com a comunidade.

Os diretores também destacaram o importante papel dos agentes da Busca Ativa Escolar nas entrevistas:

D3. “Eu digo para o agente da busca ativa que um dos papéis mais importantes nessa escola, a nível das funções, é o do dele. Porque o agente que cuida de trazer a criança para a escola, que entra em contato com os pais, que visita os pais, que convence a criança, conversa com a criança, motiva a criança a vir. E ele tem que ter um elo muito forte, tanto com a família, quanto com os alunos.”

D1. “A busca ativa procura entender porque o aluno não está vindo pra escola, o não sucesso do contato telefônico faz com que os agentes da busca ativa, estejam in loco, na residência para poder fazer o contato com a família, daí, a importância de serem pessoas da comunidade, que tenham livre acesso, que todo mundo conhece, inclusive, foi agora feito um fardamento, uma blusa especial, esse pessoal sai com a identificação que é da escola, para que também a gente não coloque em risco a segurança deles.”

D2. “Uma valorização, inclusive, da atuação desses meninos aqui dentro da escola, fortalecendo também uma política de inserção desse jovem que estava em caso ansioso e agora trabalha contribuindo com uma ação tão importante que é resgatar esse aluno de volta pra escola.”

Evidenciou-se que o agente da Busca Ativa Escolar exerce um papel importante na escola, atuando no resgate dos estudantes que faltam ou se evadem. São profissionais

conhecidos por toda a comunidade escolar e essenciais para transformar a política pública em ação concreta, prevenindo e combatendo o abandono escolar, além de promover a cidadania e a inclusão.

A seguir, apresenta-se a análise da política da busca ativa pela visão dos pais/responsáveis.

5.4 Análise da política da busca ativa pelo olhar dos pais/responsáveis

Nas conversas com os pais/responsáveis, percebeu-se que conhecem e estão familiarizados com a política da Busca Ativa Escolar e com seus efeitos na prática, embora alguns não a associem ao nome oficial. Seguem os depoimentos:

R1. “Porque é do interesse da minha filha, e ela não quer estudar. A escola faz a parte dela, mas, a minha filha tem que fazer a dela.”

R2. “Porque muitas vezes a criança sai de casa, e tem os pais que não vêm deixar, não acompanham. A criança se evade da escola, os pais vêm dizer que não estão nem sabendo. No meu caso não acontece isso, pois, eu vou deixar na escola e venho buscar. Quero saber o que é que está acontecendo. Quando a minha filha vem eu estou sempre aqui junto dela e quando ela sai da escola, eu já estou na porta esperando.”

R3. “É um benefício no geral, há uma troca entre a família e escola, isso leva ao sucesso do aluno, eu costumo dizer isso. Escola e família têm que caminhar juntos. Se a gente não caminhar junto, a gente não progride.”

R4. “É bem legal porque a escola se preocupa mesmo com os alunos. Quando alguém falta, eles já entram em contato rapidinho. Até às oito da manhã a escola já sabe quem não foi e mandam mensagem no WhatsApp para pais perguntando o motivo. Dá pra ver que eles se importam de verdade e estão sempre em contato com as famílias.”

R5. “É bom porque a escola se preocupa com os nossos filhos, com o bem estar. Desde a época que o meu filho estudava na creche, sempre teve isso, o busca ativa, e eu sempre gostei. Nunca me trouxe mal nenhum. Sempre respondi quando elas ligavam para mim, era algo normal e fazia parte da escola.”

R6. “É muito bom, porque é um meio de comunicação da escola com as famílias.”

É nítido, nos depoimentos dos pais/responsáveis, que eles percebem a preocupação da escola com seus filhos. A Busca Ativa Escolar já faz parte da rotina escolar no acompanhamento dos estudantes faltosos. Destacam, ainda, que essa política se tornou cultura, ou seja, uma prática integrada ao cotidiano. Ressaltam também a importância da comunicação, do acompanhamento e da parceria entre escola e família.

Essa valorização por parte dos pais está diretamente relacionada ao reconhecimento de seu papel no processo educativo. Quando afirmam que “escola e família têm que caminhar juntos” ou que “é um meio de comunicação da escola com as famílias”, os responsáveis tornam evidente o quanto se sentem incluídos e respeitados pelas ações da escola. Esse sentimento de reconhecimento está em consonância com o que afirma Epstein (1988), ao destacar que pais e familiares, assim como os professores, apreciam ter suas qualidades e experiências valorizadas,

e que programas escolares devem ser adaptados a essa realidade.

Assim, revela-se que a eficácia da política de Busca Ativa vai além do controle de frequência dos estudantes, ela fortalece vínculos, faz com que haja uma maior confiança entre os sujeitos envolvidos e cria um ambiente colaborativo entre eles. Ao considerar e respeitar as vivências dos responsáveis, a escola promove um espaço de escuta e participação ativa, alinhando-se à proposta de Epstein (1988), de uma educação centrada na cooperação e na valorização mútua entre os diversos agentes envolvidos no processo educativo.

Em harmonia com Máximo (2021), Monteiro (2021), Doro (2024), Martins (2024) e Sebastião (2024), o estudo evidencia a importância estratégica da política pública de Busca Ativa Escolar no enfrentamento da exclusão e da evasão escolar. Reconhecida como ferramenta essencial de inclusão, essa política contribui significativamente para promover a equidade educacional e fortalecer o papel da escola como parte integrante da rede de proteção social.

Ainda, a Busca Ativa Escolar se destaca como uma ação eficaz no combate à infrequência e ao abandono escolar, sendo amplamente valorizada pelos profissionais entrevistados, que relatam impactos positivos na recuperação de alunos e na redução das taxas de evasão. É vista também como um elo fundamental para a garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sobretudo em contextos onde a escola representa o único canal de acesso a serviços básicos e onde violações de direitos podem ser identificadas com maior rapidez.

Ao promover uma abordagem personalizada e sensível no contato com as famílias, a Busca Ativa fortalece os vínculos de confiança e incentiva a permanência dos estudantes na escola, com foco na aprendizagem e na construção de um projeto de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou avaliar a implementação e o desenvolvimento da Política de Busca Ativa Escolar em três escolas da rede municipal de Fortaleza, no período de 2019 a 2023. Os dados evidenciaram a relevância da política da Busca Ativa Escolar (BAE) como um instrumento estratégico no enfrentamento à evasão e ao abandono escolar, com destaque para os territórios marcados por vulnerabilidades sociais. A BAE revelou-se uma resposta importante aos desafios impostos à permanência dos estudantes na escola, contribuindo, de maneira significativa, para o fortalecimento do direito à educação.

A articulação entre escola, comunidade e instituições públicas foi identificada como elemento essencial para o êxito da política. O trabalho conjunto desses atores permite a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, sensível às realidades locais e capaz de responder às demandas de crianças e adolescentes em risco de exclusão educacional.

Importante destacar que ainda existem tarefas significativas a serem fortalecidas, entre elas, a efetividade das parcerias interinstitucionais, que precisam ser continuamente renovadas e valorizadas. É fundamental que os papéis de cada parceiro sejam reconhecidos e reafirmados, destacando sua importância na articulação de ações que favoreçam a permanência dos estudantes na escola.

Quanto ao primeiro objetivo, que consistia em analisar o contexto para a criação da política, seu marco legal e sua finalidade, verificou-se que, em Fortaleza, a política da Busca Ativa Escolar foi instituída por meio da Portaria nº 0603/2018 da Secretaria Municipal da Educação (SME), que estabeleceu um protocolo de atuação composto por quatro etapas: contato telefônico, envio de comunicado por escrito, visita domiciliar e, quando necessário, acionamento do Conselho Tutelar. Em 2019, o Decreto nº 14.405, de 22 de abril, aprovou o regulamento da Secretaria Municipal da Educação. Essa política foi ainda mais fortalecida, passando a contar com um acompanhamento contínuo de diversos setores da SME, reforçando o compromisso com a permanência de cada estudante nas unidades escolares.

Observou-se que esse protocolo vem sendo periodicamente revisado pela SME, com o objetivo de garantir o resgate de estudantes em situação de abandono ou infrequência escolar. No entanto, ainda existem aspectos a serem aprimorados, especialmente em relação ao período de atuação do voluntário e ao resarcimento para despesas com transporte e alimentação.

A vigência do trabalho voluntário é de um ano, contado a partir da assinatura do Termo de Adesão ao Voluntariado, devendo o mesmo ser publicado no Diário Oficial do

Município, sendo vedada sua prorrogação, conforme o edital de seleção simplificada para composição do banco de voluntários para atuação como agentes escolares da busca ativa (EDITAL N° 01/2025). Recentemente, em 16 de maio de 2025, a SME divulgou aditivo ao Edital nº 01/2025, no qual a vigência do serviço de voluntariado passou a ser de 02 (dois) anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante avaliação da unidade de ensino.

Também foi permitida a participação de qualquer pessoa física que atenda aos critérios estabelecidos no edital de seleção pública, independentemente de participações anteriores em programas de voluntariado da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Em relação ao resarcimento, não houve alteração: permanece o valor de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) mensais, conforme os dias em que o voluntário desenvolveu suas atividades.

A atuação dos agentes da Busca Ativa Escolar, configura-se como um dos pilares fundamentais da política. Esses profissionais, em sua maioria oriundos das próprias comunidades onde atuam, desempenham um papel estratégico como ponte entre a escola e as famílias. Por meio de uma escuta ativa e de sua presença nos territórios, conseguem identificar as causas da infrequência escolar e propor encaminhamentos, realizando resgates diários dos estudantes e imprimindo a cultura da busca ativa nas escolas públicas municipais de Fortaleza. Para o fortalecimento da política, torna-se imprescindível investir em uma relação trabalhista mais justa, garantindo reconhecimento, estabilidade e dignidade a esse trabalhador.

Os dados obtidos nas entrevistas indicam que os agentes compreendem plenamente suas atribuições e demonstram comprometimento com a política. A atuação destes agentes vai além do monitoramento da frequência, incluindo dimensões importantes como o acolhimento, a mediação de conflitos e a articulação com outras políticas públicas.

No segundo objetivo específico, buscou-se compreender como ocorre a operacionalização dos procedimentos da busca ativa nas unidades escolares. Nas unidades pesquisadas, essa operacionalização mostrou-se bem estruturada e coerente com as diretrizes propostas. O fluxo de ações envolve desde o acompanhamento diário da frequência escolar até a realização de visitas domiciliares e o registro das ações em sistemas informatizados, garantindo o monitoramento dos casos e possibilitando intervenções adequadas a cada realidade.

Os agentes responderam positivamente sobre sua atuação, com 100% indicando concordância (total ou parcial) quanto às suas atribuições: acompanhamento da frequência, visitas domiciliares e ações em conformidade com as diretrizes da SME.

Os gestores foram categóricos ao relacionarem a busca ativa a uma política de

resgate dos estudantes e à relevante contribuição do agente da busca ativa nas unidades escolares. Afirmaram que a garantia ao acesso e à permanência são pontos inegociáveis, e que o estudante precisa estar presente no espaço escolar para que seus direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento enquanto cidadão sejam atendidos.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, almejou-se identificar as contribuições da política da Busca Ativa em relação ao rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) nas unidades escolares. Os resultados das escolas analisadas apontaram avanços significativos no que diz respeito à melhoria das taxas de aprovação, à eliminação dos casos de abandono escolar e à redução da distorção idade-série. Esses progressos indicam um esforço institucional consistente em favor da permanência dos estudantes e da correção de trajetórias escolares.

O impacto dessa política reflete-se no reconhecimento das famílias, que se sentem valorizadas ao perceberem que a escola se preocupa com os estudantes, e relatam que o acompanhamento acontece desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. É notória a satisfação com a comunicação permanente da escola e o reconhecimento de que a frequência é o ponto de partida para a aprendizagem de seus filhos.

Os dados demonstram que a política de Busca Ativa Escolar teve um impacto direto na melhoria dos indicadores de permanência e na redução do abandono, ao passo que ainda enfrenta desafios quanto à aprendizagem, sobretudo nos anos finais e no componente de Matemática. Tais resultados reforçam a necessidade de intervenções pedagógicas mais específicas, integradas e adaptadas ao contexto pós-pandêmico, capazes de garantir a aprendizagem com equidade.

Ainda sobre os anos finais, acredita-se que uma ampliação do programa pé-de-meia¹⁸ pode significar melhoria na frequência dos alunos nesse nível de ensino. Isso porque, conforme apresentado anteriormente, a ampliação da renda familiar contribui para que esse aluno não tenha que assumir outras atividades, quer domésticas ou de natureza trabalhistas. Fomentando assim, a inclusão educacional e estimulando o avanço socioeconômico.

Sobre a segurança pública é preciso garantir a promoção do direito de ir e vir, sobretudo nas áreas mais vulneráveis da cidade, de forma a contribuir para que as crianças e adolescentes tenham condições seguras de deslocamento até a escola, minimizando situações

¹⁸Programa de incentivo financeiro para os estudantes matriculados no ensino médio público, beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O programa funciona como uma poupança para incentivar a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. Seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens.

de medo, aliciamento ou exposição a riscos no trajeto. Dessa forma, quando pautada por abordagens educativas e respeitosas, contribui de maneira importante para o enfrentamento à infrequência e ao abandono escolar.

As escolas relatam, ainda, que é recorrente a ausência de retorno por parte do Conselho Tutelar aos diversos relatórios enviados a partir do sistema de Busca Ativa Escolar. Sabe-se que as equipes são reduzidas, existem problemas estruturais e sobrecarga de demanda, mas também é sabido que o papel principal do Conselho é zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Assim, a ausência de retorno por parte do Conselho não pode ser compreendida apenas como mera omissão, mas como consequência de um sistema que ainda necessita de articulação, diálogo e corresponsabilização entre os diversos setores envolvidos na garantia do direito à educação.

Diante desse cenário, recomenda-se o fortalecimento e a ampliação da política da Busca Ativa Escolar, bem como a criação de novas estratégias que consolidem uma rede de proteção escolar acolhedora, eficaz e comprometida com a redução das desigualdades. Projetos que favoreçam o vínculo entre escola e comunidade também devem ser incentivados, por seu papel no engajamento das famílias e na promoção de uma educação mais participativa.

Por fim, destaca-se a necessidade de continuidade dos estudos, com aprofundamento em outros contextos e maior atenção à atuação das instituições parceiras, especialmente ao Conselho Tutelar e à segurança pública. A integração entre educação, assistência social, saúde e segurança, de forma preventiva e humanizada, representa um caminho promissor para o fortalecimento da política, contribuindo para a efetivação do direito à educação e para a construção de uma escola pública mais inclusiva, digna e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, ano I, n. 01, jul./dez. 2013.

BACELAR, T. **As políticas públicas no Brasil:** heranças, tendências e desafios. Rio de Janeiro: Editora Fase, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. 3. reimpr. da 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 2017b. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 169/2014, de 12 de setembro de 2014.** Dispõe sobre a gestão democrática e participativa da rede pública municipal de ensino de Fortaleza. Fortaleza: 2014. Disponível em:
<https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/leicomplementar/2014/17/169/lei-complementar-n-169-2014-dispoe-sobre-a-gestao-democratica-e-participativa-da-rede-publica-municipal-de-ensino-de-fortaleza-institui-o-programa-municipal-de-manutencao-e-desenvolvimento-do-ensino-pmde-modifica-o-estatuto-do-magisterio-de-fortaleza-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 2017a. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Organização Mundial da Saúde classifica coronavírus como pandemia.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRUM, M. M. S. Baixo desempenho em Matemática no Programa de Avaliação da Educação Básica dos alunos do 9º ano de uma escola da rede estadual mineira. 2025. 149 f. Dissertação - Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para o uso do software de análise textual Iramuteq**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição/UFSC, 2021. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugu es_22.11.2021.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

CORREA , C. da S. , **Retorno às atividades presenciais pós-pandemia e a dificuldade de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: Uma avaliação do nível de leitura e escrita alfabetico**. Research, Society and Development, v. 11, n. 15, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37307>. Acesso em: 5 jan. 2025.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2013.

DORO, D. da S. **Busca Ativa Escolar**: uma política de enfrentamento ao abandono escolar na Rede Municipal de São Leopoldo/RS no contexto pandêmico da Covid-19. 2024. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2024.

EPSTEIN, J. L. Parents and schools: How do we improve programs for parent involvement? **Educational Horizons**, 66, 57-59, 1988.

FONSECA, A. C. *et al.* **Busca Ativa Escolar e o trabalho em rede**. Brasília: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/19616/file/busca-ativa-escolar-e-o-trabalho-em-rede.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FORTALEZA. **A Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza: um olhar para todos**. Fortaleza: SME, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Haelapwyf8BUCEvSYVFeasqJ1WKDuO7Y/view>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FORTALEZA. **Aditivo 01 ao Edital nº 01/2025**. Seleção simplificada para composição do banco de voluntários para atuação como Agentes Escolares da Busca Ativa. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18WEu7GfiUrD5p3m0IgEd_yWNFAlr3skm/view. Acesso em: 29 mai. 2025.

FORTALEZA. **Decreto nº 14.405, de 22 de abril de 2019**. Aprova o regulamento da Secretaria Municipal da Educação. Diário Oficial do Município, Fortaleza, 30 abr. 2019.

FORTALEZA. **Lei nº 10.371/2015, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) 2015–2025. Fortaleza: SME, 2015. Disponível em: https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/files/2018/PME_2015_2025.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

FORTALEZA. **Orientações para Construção do Plano da Gestão Escolar 2021–2025**. Fortaleza: SME, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oev9-ki5dxha43cZPrMkAWRaaYLfsbnx/view>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FORTALEZA. **Resolução CME nº 022/2020**. Orienta sobre a reorganização e cumprimento do Calendário Letivo do ano de 2020 no Sistema Municipal de Ensino de Fortaleza, observando as medidas de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (COVID-19). Fortaleza: CME, 2020. Disponível em:

https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/files/2020/RESOLUO_CME_022_2020_SOBRER_EORGANIZAO_DOCALENDARIOLETIVO_2020.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

FORTALEZA. Rotina de trabalho das Equipes Gestoras das Unidades de Ensino de Fortaleza. Fortaleza: SME, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1f4YnyBQP4XIdqKrLpSsRqcLfW-pO58t/view>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação. Portaria nº 0603/2018, de 25 de junho de 2018. Institui as normas do Sistema de Busca Ativa para a Rede Municipal de Educação de Fortaleza, define diretrizes gerais para a gestão do referido Sistema e dá outras providências. Fortaleza: SME, 2018. Disponível em:

<https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/downloaddiario?objectId=workspace://SpacesStore/21611d5a-87ca-427c-a5c7-dec65d525a85;1.0&numero=16287>. Acesso em: 9 jun. 2024.

FORTALEZA. Seleção simplificada para composição do banco de voluntários para atuação como Agentes Escolares da Busca Ativa. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qekkJF-d0FssGbxHa3YwCvGZsp_dM2iH/view. Acesso em: 29 mai. 2025.

FORTALEZA. Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor): Matemática. LUSTOZA, R. M. R. *et al.* (org.); AMARAL, M. D.; ARAÚJO M. F. da S (coord.). In: **Documento Curricular Referencial de Fortaleza:** incluir, educar e transformar Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 4, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1hTHC74mVkQcPHnoMemPuTSPr_5WMkFh. Acesso em: 5 jan. 2025.

FREIRE, P. A educação na cidade. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Avaliação de quarta geração. Tradução de Beth Honorato. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GUSSI, A. F.; BREYNNER, R. O. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

IBGE. Indicadores sociais de moradia no contexto da pré-pandemia de Covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101830.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

JUNIOR, J. F. C. et al. Um estudo sobre o uso da escala de Likert na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 360-376, 2024.

KNECHTEL, M. R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaber, 2014.

LARISSA, C. de A. et al. Frequência escolar e ensino remoto: desafios à educação em tempos de pandemia. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 10, n. 2, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/5236>. Acesso em: 5 jan. 2025.

LEJANO, R. P. Políticas para análise de políticas: a fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2012.

LÜCK, H. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACENO, E. N.; NEVES, L. S. Programa Bolsa Família: a condicionante frequência escolar. **Revista Iberoamericana De Educación**, nº 63/1, 2013. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/793/1512>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MÁXIMO, E. M. R. Implementação da Busca Ativa / Monitoramento da frequência diária do estudante em escolas da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, como política pública para garantia de permanência dos alunos na escola. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará – UECE.

MARTINS, F. M. P. P. A Busca Ativa Escolar no município cearense de Cariré: dilemas da burocracia no nível da rua. 2024. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas - FGV.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTEIRO, M. C. B. Direito à permanência escolar: contribuição para políticas públicas. 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo – USP.

MOREIRA, T. B. S.; ELIAS, L. S. Efeitos sobre a escolaridade no Brasil: um estudo com dados em painel no período 2002-2014. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 13, e29101321110, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21110>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MUYLAERT, C. J. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, p. 193-199, 2014.

NASCIMENTO, G. C.; ARRAIS, G. S. Matrícula a qualquer tempo: um passo importante para garantir o direito à educação. Brasília: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/25651/file/matricula-a-qualquer-tempo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

OLIVEIRA, L. G. Avaliação da política educacional de ampliação da jornada escolar: Programa Aprender Mais da rede municipal de ensino de Fortaleza-CE no período de 2019 a 2023. 2023. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

PERES, A.; BAUER, M. Busca Ativa Escolar: entenda a metodologia social e a ferramenta

tecnológica. Brasília: UNICEF; Instituto TIM; Congemas; Undime, 2017. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/downloads/guias-e-manuais/guia-metodologia-social-e-a-ferramenta-tecnologica.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SANCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em saúde coletiva? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.

SANTIAGO, M. G. O. **Condisionalidade escolar do Programa Bolsa Família no processo de escolarização de crianças: Análise dos relatórios de frequência escolar e de acompanhamento familiar do Sistema Único de Assistência Social**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SEBASTIÃO, R. R. P. V. **Por trás da ausência**: busca ativa escolar e o fortalecimento da escola na rede de proteção social. 2024. 82 f. Dissertação – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2024.

SILVA, M. A. S. **A aplicação da rotina de matemática do programa Mais Paic pelos professores do 5º ano do ensino fundamental no município de Pacatuba - Ceará**. 2020. 138 f. Dissertação - Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SINGH, Y. K. **Fundamental of research methodology and statistics**. New Delhi: New Age International Ltd, 2006.

SOARES, E. A. **Reordenamento da rede municipal de Fortaleza: impactos nas práticas da gestão escolar em tempos de avaliação em larga escala**. 2021. 221 f. Tese (Doutorado em 2021) - Universidade Estadual do Ceará.

SOUZA, G. A. **Trabalho e escolarização na perspectiva de trabalhadores que não concluíram o Ensino Fundamental I**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

TEIXEIRA, A. Bases preliminares para o Plano de Educação referente ao Fundo Nacional de Ensino Primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 88, p. 97-107, out./dez. 1962. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/bases3.html>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VASCONCELLOS, Daniella Martins; GASPARINI, Isabela; OLIVEIRA, Elaine H. T.; VIEIRA, Thales; MELLO, Rafael Ferreira. Sistemas de frequência escolar: avanços, desafios

e atuais perspectivas. In: WORKSHOP DE APLICAÇÕES PRÁTICAS DE LEARNING ANALYTICS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO BRASIL (WAPLA), 2., 2023, Passo Fundo/R.S. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 61-70. DOI: <https://doi.org/10.5753/wapla.2023.236153>.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM
AGENTES DA BUSCA ATIVA ESCOLAR**

01. Qual sua idade (em anos)?

- De 18 a 25 anos;
- De 25 a 35 anos;
- De 35 a 45 anos;
- De 45 a 55 anos;
- Mais de 55 anos.

02. Gênero *Marcar apenas uma opção.

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não informar
- Outro _____

03. Qual seu estado civil? *Marcar apenas uma opção.

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- União estável
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

04. Qual a sua formação? *Marque a sua última formação.

- Educador com pós-graduação
- Educador com formação superior
- Estudante de licenciatura
- Estudante do ensino superior
- Educador com ensino médio na modalidade normal
- Educador com ensino médio

05. Há quantos anos atua na área de educação?

- De 1 a 3 anos

- () De 4 a 9 anos
- () De 10 a 15 anos
- () De 16 a 25 anos
- () Mais de 25 anos

06. Qual o Distrito de Educação está vinculado à escola em que você atua?

- () Distrito 1
- () Distrito 2
- () Distrito 3
- () Distrito 4
- () Distrito 5
- () Distrito 6

07. Qual o número aproximado de alunos matriculados na escola em que atua?

- () Até 599 alunos
- () De 600 a 1.199 alunos
- () Acima de 1.200 alunos

08. Na escola em que você é agente da busca ativa, qual o nível do ensino fundamental atende?

- () Somente os anos iniciais do ensino fundamental
- () Somente anos finais do ensino fundamental
- () As duas etapas
- () Outros

09. Com que frequência as atividades da busca ativa são desenvolvidas na sua escola?

- () Uma vez por semana
- () De duas a três vezes por semana
- () De três a quatro vezes por semana
- () Todos os dias da semana

10. Quais os tipos de ações de busca ativa que a escola realizou para resgatar os alunos? (pode marcar mais de uma opção)

- () Contato telefônico
- () Comunicado por escrito

- Visita domiciliar
- Notificação ao Conselho Tutelar
- Todos os itens acima

11. Em média qual o percentual de presença diária dos estudantes na escola que você trabalha?

- De 95% a 100%
- Entre 80% a 94%
- Menor que 79%

12. A partir do contato com pais/responsáveis, quais foram os principais motivos apontados para os estudantes faltarem à escola? (pode marcar mais de uma opção)

- Falta de interesse pela escola.
- Falta de infraestrutura da escola.
- Falta de transporte escolar.
- Violência escolar.
- Aluno doente.
- Gravidez na adolescência.
- Preconceito, bullying ou discriminação racial.
- Adolescente em conflito com a lei.
- Trabalho infantil.
- Violência familiar.
- Outros... Especifique: _____

13. Consigo realizar minhas atribuições diariamente?

- Sim
- Não. Motivo: _____

As questões de 14 a 22 seguem a escala Likert.

14. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve apoiar a escola no acompanhamento diário da frequência do estudante e identificar os alunos em situação de possível abandono.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro

- 4 – Concordo Parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

15. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve realizar visitas em campo para identificar estudantes em situação de possível abandono.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo Parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

16. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve acompanhar os casos que estão sob minha responsabilidade e todas as informações relacionadas a estes.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo Parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

17. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve apoiar a escola no diálogo com a família ou responsáveis pela criança ou adolescente com o objetivo de coletar informações sobre os motivos da infrequência e evasão escolar.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo Parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

18. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve elaborar relatório de Análise Técnica, que servirá de base para a tomada de decisões estratégicas para (re)matrícula da criança ou do adolescente.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro

- () 4 – Concordo Parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

19. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve cumprir carga horária de acordo com as diretrizes e especificidades do Programa.

- () 1 – Discordo totalmente
- () 2 – Discordo parcialmente
- () 3 – Neutro
- () 4 – Concordo Parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

20. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve participar das formações realizadas pela SME/Distritos de Educação e Escolas.

- () 1 – Discordo totalmente
- () 2 – Discordo parcialmente
- () 3 – Neutro
- () 4 – Concordo Parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

21. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve desenvolver as atividades do Programa, conforme as diretrizes e orientações pedagógicas determinadas pela SME/Distritos de Educação.

- () 1 – Discordo totalmente
- () 2 – Discordo parcialmente
- () 3 – Neutro
- () 4 – Concordo Parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

22. Sobre a **atuação como Agente da Busca Ativa**, deve apoiar a escola no cumprimento de todo o protocolo do Sistema de Monitoramento da Frequência Escolar e busca ativa.

- () 1 – Discordo totalmente
- () 2 – Discordo parcialmente
- () 3 – Neutro
- () 4 – Concordo Parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES MUNICIPAIS

01. Qual sua idade (em anos)?

- De 18 a 25 anos;
- De 25 a 35 anos;
- De 35 a 45 anos;
- De 45 a 55 anos;
- Mais de 55 anos.

02. Gênero *Marcar apenas uma opção.

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não informar
- Outro _____

03. Qual seu estado civil? *Marcar apenas uma opção.

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- União estável
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

04. Qual a sua formação? *Marque a sua última formação.

- Graduação - Licenciatura
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

05. Em qual/quais curso(s) você é graduado(a)? *

06. Há quantos anos atua na área de educação?

- () De 1 a 3 anos
- () De 4 a 9 anos
- () De 10 a 15 anos
- () De 16 a 25 anos
- () Mais de 25 anos

07. Qual o Distrito de Educação está vinculado à escola em que você trabalha?

- () Distrito 1
- () Distrito 2
- () Distrito 3
- () Distrito 4
- () Distrito 5
- () Distrito 6

08. Qual o número aproximado de alunos matriculados da sua escola?

- () Até 599 alunos
- () De 600 a 1.199 alunos
- () Acima de 1.200 alunos

09. Na escola em que você é gestor, qual o nível do ensino fundamental atende?

- () Somente os anos iniciais do ensino fundamental
- () Somente anos finais do ensino fundamental
- () Os dois níveis
- () Outros

10. Trabalha em qual/quais redes de ensino * Você pode assinalar mais de uma opção.

- () Pública municipal
- () Pública estadual
- () Pública federal
- () Privada

11. Em relação ao seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, você é servidor(a):

- Efetivo(a)
- Cedido(a) de outra rede de ensino
- Cargo comissionado exclusivo

12. Há quantos anos você é gestor(a) escolar?

- De 1 a 3 anos
- De 4 a 9 anos
- De 10 a 15 anos
- De 16 a 25 anos
- Mais de 25 anos

13. Há quantos anos você é gestor(a) da escola em que trabalha atualmente?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 2 a 3 anos
- De 3 a 4 anos
- Mais de 4 anos

14. Com que frequência as atividades da busca ativa são desenvolvidas na sua escola?

- Uma vez por semana
- De duas a três vezes por semana
- De três a quatro vezes por semana
- Todos os dias da semana

15. Quais os tipos de ações de busca ativa que a escola realizou para resgatar os alunos? (pode marcar mais de uma opção)

- Contato telefônico
- Comunicado por escrito
- Visita domiciliar
- Notificação ao Conselho Tutelar
- Todos os itens acima

16. Em média qual o percentual de presença diária dos estudantes na escola que você trabalha?

- De 95% a 100%

- Entre 80% a 94%
- Menor que 79%

17. A partir do contato com pais/responsáveis, quais foram os principais motivos apontados para os estudantes faltarem à escola? (pode marcar mais de uma opção)

- Falta de interesse pela escola.
- Falta de infraestrutura da escola.
- Falta de transporte escolar.
- Violência escolar.
- Aluno doente.
- Gravidez na adolescência.
- Preconceito, bullying ou discriminação racial.
- Adolescente em conflito com a lei.
- Trabalho infantil.
- Violência familiar.
- Outros... Especifique: _____

18. Baseado na sua experiência escolar, o que a política da busca ativa significa pra você?

19. Quais os benefícios da busca ativa escolar?

20. Quais os principais desafios enfrentados para a efetivação da Busca ativa Escolar?

21. Qual o papel dos agentes da busca ativa na escola?

22. Como os responsáveis pelos estudantes reagem a política da busca ativa escolar?

23. Qual a importância em manter o Sistema de Busca Ativa diariamente atualizado, cumprindo as medidas estabelecidas no procedimento operacional padrão integrante do sistema?

24. Qual o impacto da ação da busca ativa para a melhoria dos resultados de aprendizagem da escola?

25. Em sua opinião, o sistema de Busca Ativa da SME necessita de algum ajuste/melhoria?

Caso sua resposta seja sim, favor justificar

() Não () Sim Justifique: _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PAIS E RESPONSÁVEIS

01. Qual sua idade (em anos)?

- De 18 a 25 anos;
- De 25 a 35 anos;
- De 35 a 45 anos;
- De 45 a 55 anos;
- Mais de 55 anos.

02. Gênero *Marcar apenas uma opção.

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não informar
- Outro _____

03. Qual seu estado civil? *Marcar apenas uma opção.

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- União estável
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

04. Qual é o seu grau de escolaridade?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Pós-graduado
- Nenhum

05. Qual o Distrito de Educação está vinculado à escola em que seu filho(a) estuda?

- Distrito 1
- Distrito 2

- () Distrito 3
- () Distrito 4
- () Distrito 5
- () Distrito 6

06. Qual o número de filhos matriculados na escola?

- () 1
- () 2
- () 3
- () Mais de 3

07. Sua família é beneficiada pelo programa Bolsa Família?

- () Sim
- () Não

08. Há quantos anos seu(s) filho(s) estuda(m) nessa escola?

- () Menos de 1 ano
- () De 1 a 2 anos
- () De 2 a 3 anos
- () De 3 a 4 anos
- () Mais de 4 anos

09. Seu filho faltou esse mês?

- () Sim
- () Não

10. Com que frequência você foi contatado pela equipe da busca ativa nesse mês?

- () Uma vez por semana
- () De duas a três vezes por semana
- () De três a quatro vezes por semana
- () Todos os dias da semana
- () Nenhuma vez

11. Quais os tipos de ações de busca ativa que a escola realizou para resgatar seu filho? (pode

marcar mais de uma opção)

- () Contato telefônico
- () Comunicado por escrito
- () Visita domiciliar
- () Notificação ao Conselho Tutelar
- () Todos os itens acima
- () Não se aplica

12. Em média qual a quantidade de faltas que o seu filho tem por mês??

- () 1
- () 2
- () 3
- () 4 ou mais faltas
- () Nenhuma falta

13. Quais foram os principais motivos para o seu filho faltar à escola?

- () Falta de interesse pela escola.
- () Falta de infraestrutura da escola.
- () Falta de transporte escolar.
- () Violência escolar.
- () Aluno doente.
- () Gravidez na adolescência.
- () Preconceito, bullying ou discriminação racial.
- () Adolescente em conflito com a lei.
- () Trabalho infantil.
- () Violência familiar.
- () Outros... Especifique: _____

14. Você conhece a política da busca ativa escolar?

- () Sim
- () Não

15. Em sua opinião, quais os benefícios da busca ativa escolar?

16. Em sua opinião, o sistema de Busca Ativa Escolar necessita de algum ajuste/melhoria?

Caso sua resposta seja sim, favor justificar

() Sim () Não Justifique: _____

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar do estudo: “**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE BUSCA ATIVA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA NOS ANOS INICIAIS E FINAIS NO PERÍODO DE 2019 A 2023**” realizado por Carla Andrea de Freitas Bezerra. Nesse estudo pretendemos avaliar o impacto da Busca Ativa (BA) no rendimento escolar de algumas escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza.

Para atingir este objetivo, a pesquisa incluirá, em sua metodologia, a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores municipais, envolvidos diretamente com a temática da BA, além da escuta com agentes responsáveis pelo seu acompanhamento nas unidades escolares. Com tais agentes, ainda, será aplicado um formulário de diagnóstico, de forma que sejam identificadas as potencialidades e limitações do Programa Busca Ativa Escolar.

É importante que se faça a leitura de todo este documento e que, em caso de dúvidas, faça as perguntas necessárias para que fique comprehensível todo o processo metodológico e o roteiro para entrevista. Cumpre destacar também que a sua participação é voluntária e em caso de recusa, não será empregada nenhuma penalidade ou medidas relativas

Serão garantidos o sigilo do seu nome e a privacidade dos dados coletados durante todas as fases da pesquisa.

Ressalto que a sua participação nesta pesquisa não implica em recebimento de qualquer valor financeiro, tampouco na cobrança por parte dos pesquisadores. E, a qualquer momento, caso se sinta prejudicado por participar, pode recusar seguir oferecendo as suas contribuições, sem lhe gerar qualquer prejuízo.

Ao término do presente estudo, você poderá acessar as informações e todos os resultados produzidos a partir do que foi discutido. Todo o material coletado a partir dos instrumentos empregados na pesquisa ficará com o pesquisador responsável pela condução do trabalho por tempo determinado de 05 anos, e, em seguida, será destruído

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará impresso em duas vias: uma a ser arquivada comigo (pesquisador), e outra a ser fornecida a você. Ambas assinadas para fins de registro.

Caso queira mais informações sobre a pesquisa ou esteja com alguma dúvida, solicito que realize contato com o professor orientador deste trabalho, o Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso, lotado no Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará, Campus do Pici. Telefone: (85) 3366-9664.

Eu declaro que li cuidadosamente o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e afirmo estar de acordo em participar dessa pesquisa.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

ANEXO A - IDH DOS BAIRROS DE FORTALEZA

